



UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL:
POLÍTICA E MEMÓRIA (1975-1986)**

DANIEL FILIPE QUINZERREIS RAMALHO

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA MODERNA E
CONTEMPORÂNEA**

LISBOA

2015



UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL:
POLÍTICA E MEMÓRIA (1975-1986)**

DANIEL FILIPE QUINZERREIS RAMALHO

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA MODERNA E
CONTEMPORÂNEA, ORIENTADA PELO PROF. DOUTOR
SÉRGIO CAMPOS MATOS**

LISBOA

2015

Índice

Resumo	2
Abstract	3
Agradecimentos.....	4
1. Introdução. A Problemática	5
2. Comemorações e Cultura Cívica	11
2.1 Modelos de organização das comemorações: que ritualizações?	17
2.2 Interpretações e narrativas históricas - linhas de força.....	21
3. As Comemorações: continuidades e inovações.....	32
3.1. Passado e futuro: o 25 de Abril e outros momentos históricos.	32
3.2. Comemorações de rua: que tipo de iniciativas foram tomadas?	37
3.3. Comemorações oficiais: que estratégias de memória?	53
3.4. Festas partidárias: a retórica usada pelos partidos.	78
3.5. Suportes materiais da memória: que originalidades?	86
3.6. Práticas culturais: que novidades?	93
4. Conclusões	108
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	116
I. FONTES.....	116
1. Publicações oficiais	116
2. Imprensa Periódica	116
3. Memórias	117
a) de militares	117
b) de políticos e intelectuais	119
c) outras fontes	121
4. Fontes audiovisuais	121
II. BIBLIOGRAFIA.....	123
1. Obras de referência	123
1.1. Dicionários e enciclopédias	123
1.2. Estudos em obras de carácter geral.....	123
2. Estudos	124
2.1. Sobre comemorativismo histórico e memória	124
2.2. Sobre o 25 de Abril.....	126
2.3 Outros estudos	127

À memória do meu avô Joaquim Severino Quinze-Reis (1920-1997), minha eterna referência na resistência à ditadura salazarista pelo proletariado alentejano.

Resumo

A presente dissertação de mestrado, intitulada *Comemorações do 25 de Abril: Política e Memória (1975-1986)*, visa estudar as práticas comemorativas subjacentes ao 25 de Abril. Na análise que fizemos sobre as ritualizações desta efeméride, quisemos compreender como se processaram as comemorações, buscando linhas de continuidade em relação ao passado e/ou eventuais inovações introduzidas ao nível das práticas rituais associadas à rememoração histórica – ou seja, perceber que evolução houve na memorialização do passado, e que tipos de mensagem política que se tenha procurado, dessa forma, veicular.

Os problemas centrais a que procuraremos dar resposta ao longo da nossa tese são, pois, os seguintes: Que transformações houve na memória do 25 de Abril? Quais as continuidades e inovações? Que figuras e acontecimentos históricos do passado foram evocados?

Tendo em vista responder a estas perguntas, delimitámos o nosso objecto de estudo com duas balizas cronológicas bem definidas: a primeira, em 1975, marca o primeiro aniversário da revolução (simultâneo, aliás, da eleição da Assembleia Constituinte, encarregada de redigir o novo texto constitucional, aprovado cerca de um ano depois); a segunda, 1986, é justificada com a adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia (C.E.E.), ponto de viragem significativo, de diversos pontos de vista, na história recente.

Este estudo baseia-se sobretudo em periódicos de diferentes tendências – entre os quais destacamos o *Diário de Lisboa*, *República*, *Jornal Novo*, *Expresso*, *O Dia* ou *O Diabo* –, bem como memórias dos intervenientes e ainda documentários audiovisuais que foram produzidos sobre o período em causa.

Palavras-chave:

25 de Abril de 1974; História; Memória; Comemorações

Abstract

This MA thesis, entitled *Comemorações do 25 de Abril: Política e Memória (1975-1986)*, aims to study the commemorative practices related to the Portuguese April 25th, 1974 Revolution. In our analysis concerning the ritualization of this historical event, we intended to understand how the historical celebrations were processed, seeking for some continuities and/or innovations regarding the ritual practices associated with the commemoration of a historical event – that is, to realise trends of evolution and/or stagnation in the memorialisation of the past, and if there was some kind of political message beyond it.

The main issues we want to answer with this thesis are as follows: which transformations occurred in the memorialisation of the April 25th, 1974? Which were continuities and which were innovations? Which historical figures and events were remembered in this process?

In order to answer these questions, we set up two well-defined dates: the first one (1975) marks the first anniversary of the revolution (at the same time that took place the election for the Constituent Assembly which draft the Portuguese constitutional text, ratified a year later); the second (1986) is justified with the accession of Portugal to the European Economic Community (EEC), important turning point, from several points of view, in recent history.

This study is based mainly in some newspapers from different political angles – such as the *Diário de Lisboa*, *República*, *Jornal Novo*, *Expresso*, *O Dia* or *O Diabo* –, memories of the participants as well as some TV documentaries that have been produced about this period.

Keywords:

April 25th, 1974; History; Memory; Comemorations

Agradecimentos

Um trabalho da natureza de uma dissertação, seja de mestrado ou doutoramento é, em si mesmo, um trabalho solitário. Requer uma investigação sólida às suas fontes e bibliografia selecionada para o efeito, tal como exige avanços e recuos de modo a produzir um trabalho *historiográfico* consistente. Porém, no final deste trabalho, o investigador deve ter em consideração as pessoas que sempre o apoiaram em todas as horas, uma vez que o sentimento de gratidão é eterno.

Devo, por isso, um primeiro agradecimento aos meus pais, já que este trabalho exigiu sacrifícios de grande envergadura, no entanto, o seu apoio foi um estímulo essencial para continuar sempre em frente, apesar das dificuldades e tensões a que o investigador chega num trabalho desta dimensão.

Também devo expressar a minha gratidão e apreço aos amigos e colegas que sempre me apoiaram nesta longa batalha, dando desse modo, uma palavra de agradecimento aos investigadores e amigos Centro de História da Universidade de Lisboa, mas claro, em especial aos meus estimados amigos Gonçalo Matos Ramos, Nuno Magalhães e André de Oliveira Leitão pelo apoio voluntário que sempre me deram.

Passando para outro campo, o do foro académico, devo, inequivocamente um grande agradecimento ao meu professor e orientador, Sérgio Campos Matos, pela ideia extraordinária que teve para a realização deste trabalho, tal como pelas sugestões, conselhos e recomendações necessárias para que o mesmo fosse levado a bom porto. Agradeço também à professora, Maria Alexandre Lousada pelas recomendações e aprendizagem na sua cadeira *Associativismo e Cultura Cívica*, e à professora Maria Inácia Rezola, especialista no período do 25 de Abril, pelos conselhos bibliográficos dados.

Por fim devo também um agradecimento especial à Associação 25 de Abril, na pessoa do seu presidente, Coronel Vasco Lourenço, pelos apoios prestados e material oferecido, a título voluntário, bem como aos restantes Capitães de Abril e aos funcionários da referida Associação.

1. Introdução. A Problemática

Para melhor compreendermos as práticas comemorativas e as dinâmicas de memória inerentes a uma efeméride como o 25 de Abril, tal como as mensagens que lhe estão subjacentes, é preciso primeiro percebermos a razão da existência do fenómeno histórico em questão. Temos também de ter em consideração que o estudo do 25 de Abril é ainda hoje um exercício de interpretação histórica complexo, visto que nos deparamos com um acontecimento que mexe com a consciência de muitos portugueses, inclusive com as consciências dos seus autores morais e práticos: os capitães. Desse modo, cabe a quem tenta interpretar um acontecimento histórico como este, ter o máximo de distanciação possível sobre o fenómeno em estudo para não misturar o sujeito com o objecto e contextualizar a acção em causa de modo a perceber as razões que motivaram os militares a operarem uma ruptura histórica que mudou a vida e a sociedade portuguesas do último quartel do século XX.

O 25 de Abril de 1974 teve como um dos antecedentes próximos, uma reivindicação de carácter corporativo ao Decreto/Lei Nº 353/73 elaborado pelo Ministro da Defesa general Sá Viana Rebelo, que propunha aos oficiais do Quadro de Complemento ultrapassar os oficiais do Quadro Permanente mediante a frequência de um curso com a duração de dois semestres. Face ao exposto pelo decreto/lei, surgiu a indignação de uma grande maioria de capitães e alguns majores que viam a sua carreira militar ser forjada e denegrida pelo governo. Neste contexto, nasceu o Movimento dos Capitães com o intuito de responder a esse decreto. Não obstante, a resposta do governo ainda foi mais dura: Sá Viana Rebelo ordenou a instauração de um processo disciplinar aos capitães. Dada esta situação, que podiam fazer os oficiais? Manter as reivindicações de teor profissional ou perceber que os seus intentos iriam pôr em causa a política ultramarina do regime?

Chegaram à conclusão de que as reclamações exclusivamente militares não eram suficientes começando a questionar, em primeiro lugar, se o poder político ainda era capaz de fazer face aos problemas do país. Essa consciencialização lavrou no interior das forças armadas devido ao prolongamento da guerra que se revelou, ao fim de treze anos, falida de razoabilidade para continuar. Essa inexequibilidade do conflito colonial era, por um lado, fruto da sua experiência de combate e, por outro lado, o resultado da politização de alguns oficiais, que advinha, em parte, da sua frequência das

Universidades – um dos centros nevrálgicos da oposição ao Estado Novo como ficou comprovado em 1962 em Lisboa e em 1969 em Coimbra com as greves estudantis – e que os levou a questionar até que ponto o poder político tinha legitimidade para impor uma luta sem sucesso em África, ou seja, desligada da realidade internacional. Será esta transição da contestação corporativa para a contestação política que levará os militares a discernir que a única forma de resolver os problemas nacionais seria através do emprego da força, isto é, a via do golpe de Estado passará a ser um imperativo nas suas consciências que, na madrugada de 25 de Abril de 1974, leva o Movimento das Forças Armadas a realizar um golpe militar, derrubando em menos de 24 horas, um regime ditatorial de 48 anos. Não obstante, no próprio dia 25 de Abril, a ideia de uma revolta exclusivamente militar foi ultrapassada pela dinâmica popular que se gerou em seu apoio, tornando-se fundamental para o êxito do Movimento. Foi essa dinâmica popular que se concentrou no Largo do Carmo a apoiar os militares revoltosos, que fizeram o golpe militar adquirir características de um processo revolucionário que originou uma autêntica mudança no sistema político, económico, social e cultural do país, tal como ocorreu com a Revolução Liberal de 1820.¹ De qualquer modo, como se operou essa viragem repentina da fase conspirativa para a fase revolucionária?

Tratou-se de um processo que teve momentos significativos nas comemorações do 1º de Maio de 1974 (que a Junta de Salvação Nacional institucionalizou logo como Dia do Trabalhador) e em mudanças operadas nesse período revolucionário de 1975 como as nacionalizações, a reforma agrária, a unicidade sindical, as campanhas de dinamização cultural da 5ª Divisão, as eleições para a Assembleia Constituinte e a Constituição de 1976, que institucionalizou as designadas «conquistas de Abril», tal como o regime democrático e pluralista. Ainda hoje estes acontecimentos estão presentes na memória dos cidadãos que participam nas comemorações populares do 25 de Abril, tal como na memória dos políticos que celebram a efeméride nas comemorações oficiais. O 25 de Abril adquiriu uma natureza revolucionária e permaneceu na memória colectiva não como sinónimo “(...) de um retorno do mesmo ao mesmo, mas do aparecimento, brusco e violento, da novidade.”² Esta ideia de novidade também trouxe uma revolução semântica em termos como «povo», «poder

¹ “Portugal 74-75 – O Retrato do 25 de Abril (Documentário)”, s.d.. [Online] Disponível em: <http://www.25abril.org/a25abril/index.php?content=279> [Acedido em 17 de Março de 2015].

² OZOUF, Mona, “Revolução”, *Dicionário Crítico da Revolução Francesa* (coord. de François Furet e Mona Ozouf), 2ª Reimp., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 841.

popular», «direitos», entre outras que assim “(...) adquiriram também uma nova centralidade ou foram investidos de sentidos radicalmente novos.”³

Actualmente, o 25 de Abril não constitui nenhuma surpresa para o debate historiográfico, pois os estudos já efectuados remetem-nos sempre para a ascensão do Movimento dos Capitães e a evolução do processo democrático português (1974-1976). Como tal a historiografia contemporânea já realizou algumas teses de doutoramento valiosas. Podemos destacar a de Josep Sánchez Cervelló que analisou o 25 de Abril numa perspectiva exógena, isto é, de que maneira o processo revolucionário influenciou a transição democrática em Espanha, tirando as respectivas ilações da agitação político-militar portuguesa. Kenneth Maxwell integrou a transição democrática portuguesa através de factores externos, ou seja, dos apoios internacionais de que Portugal dispôs para consolidar uma democracia parlamentar. Já Maria Inácia Rezola trabalhou a importância do Conselho da Revolução e as suas implicações no «Verão quente» de 1975, enquanto Raquel Varela investigou a política exercida pelo Partido Comunista durante o PREC e Sónia Vespeira de Almeida debruçou-se sobre as campanhas de dinamização cultural levadas a cabo pelo M.F.A., isto é, de que forma o efeito de persuasão cívica dos militares influenciou o povo português e de que maneira essa população se sentiu envolvida pelas mesmas. Temos ainda uma tese de mestrado sobre o golpe das Caldas da Rainha a 16 de Março de 1974 de Joana de Matos Tornada que trabalhou a influência que este acontecimento teve na preparação minuciosa do 25 de Abril e no respectivo derrube do regime.⁴

Para além destes trabalhos de pendor académico, têm proliferado ao longo dos anos uma panóplia de memórias e depoimentos políticos e outros testemunhos de dirigentes militares que participaram activamente no golpe militar e que transmitiram a sua «verdade» acerca dos acontecimentos, tal como os testemunhos de jornalistas que viveram os acontecimentos na sua plenitude. Todavia, a historiografia contemporânea

³ FERREIRA, Fátima Sá e Melo, “Do moderno conceito de povo em Portugal: constituição e usos (1807-1850)”, *Como se faz um Povo. Ensaio em História Contemporânea de Portugal* (coord. de José Neves), Lisboa, Tinta-da-china, 2010, p. 25.

⁴ Sobre este assunto podemos destacar CERVELLÓ, Josep Sánchez, *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola (1961-1976)*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1993; MAXWELL, Kenneth, *A Construção da Democracia em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1999; REZOLA, Maria Inácia, *Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a Transição para a democracia em Portugal (1974-1976)*, Lisboa, Campo da Comunicação, 2006; VARELA, Raquel, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, Lisboa, Bertrand, 2011; ALMEIDA, Sónia Vespeira de, *Camponeses, Cultura e Revolução. Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do M.F.A. (1974-1975)*, Lisboa, Edições Colibri * IELT, 2009; TORNADA, Joana de Matos, *Nas Vésperas da Democracia em Portugal: o golpe das Caldas de 16 de Março de 1974*, Coimbra, Almedina, 2009.

ainda não se dedicou às comemorações do 25 de Abril, isto é, ainda não examinou as práticas comemorativas com a finalidade de perceber como é que se construiu e evoluiu a memória desta efeméride.

Os problemas centrais que pensamos incluir no nosso inquérito baseiam-se nestas três premissas: que transformações houve na memória do 25 de Abril? Quais as continuidades e inovações? Que figuras e acontecimentos históricos do passado foram evocados? É este domínio que pretendemos averiguar não descurando a contextualização histórica que lhe está inerente.

Para a realização desta dissertação utilizamos vários tipos de fontes, tendo em conta as balizas cronológicas adoptadas para este trabalho, que se verificaram nas comemorações do 25 de Abril, no período que vai de 1975 à adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia. Inicialmente, pensáramos trabalhar numa cronologia mais alargada que visava o primeiro aniversário da revolução até à inauguração da Expo'98 (1998), no entanto dadas as dimensões convencionadas para uma dissertação de mestrado, que procuram incentivar a capacidade de síntese do investigador, resolvemos adoptar uma cronologia mais curta.

As fontes utilizadas para a realização desta dissertação versam sobre a imprensa da época em estudo de várias tendências como o *República*, *O Dia*, *O Diabo*, *Diário de Notícias*, *Diário de Lisboa*, *O Diário*, *Jornal de Notícias*, *O Primeiro de Janeiro*, *O País*, *Tempo*, *Expresso*, *Jornal Novo*, *O Século*, *Portugal Hoje* entre muitos outros. Também temos revistas ou publicações periódicas como *Portugal Informação*, *Vida Mundial*, *Opção*, *Boletim da Associação 25 de Abril*, *As Forças Armadas Informam*. Através destas publicações periódicas queremos descobrir quais as práticas comemorativas adoptadas no 25 de Abril, mas também qual a leitura ideológica das mesmas em relação à efeméride. Temos ainda documentários televisivos que também nos servem como fonte de memória oral e ilustrativa dos acontecimentos históricos que pretendemos estudar. Neste caso utilizamos especificamente os sites da *RTP Arquivo*, da *Associação 25 de Abril* e o *Youtube*. Utilizamos ainda o site da Comissão Nacional de Eleições, especificamente para comprovar os resultados eleitorais que pudessem estar enquadrados aos momentos políticos vividos nas comemorações como o caso das eleições para a Assembleia Constituinte em 1975, das eleições legislativas de 1976 e das eleições Presidenciais de 1976 e 1986.

Outro tipo de fontes importantes para este estudo são os artigos de opinião feitos por cronistas ou intervenientes do mundo político, cultural e militar, tal como as

memórias deixadas pelos vários protagonistas do acontecimento histórico, sejam dirigentes políticos, militares, jornalistas ou civis de reconhecido mérito.

A bibliografia usada baseia-se essencialmente em obras de teor historiográfico ou de reflexão mais conceptual e teórica. Temos para isso obras de carácter geral e monografias. Neste âmbito podemos destacar como estudos relevantes o de Fernando Catroga intitulado “Ritualizações da História” da obra *História da História em Portugal* (1996) como também a dissertação de doutoramento de Maria Isabel João *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)* (2002).

No respeitante à estrutura do trabalho, dividimo-lo em quatro conjuntos que nos permitem desenvolver uma abordagem de teor mais conceptual e outra de teor mais prático. Para isso, a primeira parte deste trabalho incide sobre a apresentação dos aspectos introdutórios ao tema específico, tal como da problemática que lhe está inerente. Numa segunda parte partimos para uma reflexão acerca de conceitos como comemorações e cultura cívica, para depois fazermos um pequeno levantamento histórico dos modelos de ritualização utilizados nas comemorações da Monarquia Constitucional, da I República e do Estado Novo que nos permitam compreender como foi elaborado o fenómeno comemorativo e que herança nos deixou. Posteriormente, passaremos a uma análise das raízes explicativas do 25 de Abril e das múltiplas interpretações que acerca dele se desenvolveram para perceber quais foram as grandes linhas de força que motivaram a revolta militar. Que relevância se atribui à guerra colonial? E a outros motivos?

Numa terceira parte partiremos então para o estudo histórico das comemorações do 25 de Abril e, para tal, dividimos o trabalho em várias opções temáticas que se cruzam com o universo cronológico em estudo: em primeiro lugar, queremos saber que conexões históricas se estabeleceram entre o 25 de Abril e outros momentos que marcaram a história de Portugal, isto é, qual a relação de historicidade. Depois iremos analisar as comemorações de rua e verificar que tipo de iniciativas foram tomadas, o que nos levou a restringir a nossa análise às comemorações populares de Lisboa e do Porto, tendo em conta que são as cidades de escala europeia na época em causa. Não descurámos, todavia, algumas novidades que consideremos pertinente noutras regiões do país (Coimbra, Évora e Aveiro).⁵ Nas comemorações oficiais da efeméride

⁵ Consideramos pertinente incluir estas três cidades, porque Coimbra congregou as lutas dos estudantes universitários ao regime, Évora por ser o local simbólico da primeira reunião do Movimento dos Capitães e Aveiro porque foi realizado, nesse local, o 3º Congresso da Oposição Democrática em 1973.

pretendemos perceber quais foram as estratégias de memória usadas pelos diversos órgãos de soberania e as narrativas elaboradas pelos partidos com representação parlamentar nessas cerimónias, com o intuito de verificarmos como evoluíram as políticas de memória e de contra memória bem como as linguagens partidárias adoptadas. Nas festas partidárias queremos saber quais os meios usados pelos partidos. Além disso, também queremos averiguar a retórica usada pelos oradores dos partidos para passarem a sua narrativa acerca do acontecimento aos seus militantes. Nos suportes materiais da memória, procurámos apurar como foi representada e perpetuada a memória do 25 de Abril em objectos comemorativos e na toponímia municipal ou partidária e quais as originalidades. Por fim, nas práticas culturais iremos examinar também as novidades existentes e a evolução da cultura e das suas práticas nesta efeméride.

Depois deste levantamento temático, planeamos concluir como evoluiu ou não a memória do 25 de Abril, quais as continuidades e inovações nas práticas comemorativas levadas a cabo e qual foi a mensagem veiculada nestas comemorações: será que nelas se afirmou uma ruptura com o passado e a inauguração de um tempo novo com o 25 de Abril? Começemos, desde já, a dar-lhes a resposta *possível*.

2. Comemorações e Cultura Cívica

As comemorações são cerimónias solenes, nas quais a faculdade de conservar a reminiscência dos acontecimentos passados ou ausentes se torna efectiva. Elas visam renascer ou não a memória dos silenciados, daqueles que partiram para o eterno acampamento à procura de um sono imortal. Esta função geral de conservação das experiências vividas ou adquiridas realiza-se através da recordação. Mas como é que nós vemos essas experiências? Existirá algum veículo de transmissão?

Sim, esse veículo transmissível chama-se memória e destina-se à comunicação um saber metamemórico, isto é, dum saber que transcende a própria memória e que se apresenta “(...) como uma cadeia narrativa em que os elementos, as recordações, se caracterizam, à maneira dos signos linguísticos (...)”.⁶ Como tal, para se fazer recordar o passado recorre-se à reprodução de uma imagem que se torna viva aos olhos da humanidade, uma vez que, conserva os hábitos “ (...) de pendor comemorativo, que o indivíduo faz de um modo compartilhado e onde predomina a chamada “recordação - imagem.”⁷

Contudo, por um lado, nem sempre as sociedades estão predispostas a optar pela lembrança dos acontecimentos, uma vez que essa transmissão de recordações gera incómodos para o indivíduo que passa essa mensagem a alguém sobre o seu tempo. Por outro lado, também existem mecanismos de controlo das lembranças que impõem quais as que são mais convenientes, ou seja, o poder político. Esse controlo da memória obriga a uma consciencialização do passado, tal como ele é e a uma auto-reflexão por parte dos cidadãos, isto é, àquilo a que chamamos consciência histórica. Essa tomada de consciência do passado, construída a partir dos vários fragmentos cerebrais dos homens, e que constituem um elemento importante no trabalho do historiador, consolida-se como memória histórica. Este tipo de memória sendo um diálogo (transmissível ou não) em que se compilam os factos presenciados pelos actores em questão, alicerça-se nos vestígios deixados pelo passado. Torna-se por isso indispensável arquivar os valores deixados pelos antepassados, com o intuito de os inscrever num acto de consciência histórico - memorial.

⁶ BERNARDES, Joana Duarte, “Memória e Narração. Invólucro do silêncio na expressão do vário”, *Revista de História das Ideias*, vol. 27, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006, p. 531.

⁷ CATROGA, Fernando, *Os passos do homem como restolho do tempo. Memória e fim do fim da história*, 2ª Ed., Lisboa, Almedina, 2011, p. 11.

Não obstante, existem sempre obstáculos neste caminho infinito onde predomina, em primeira ordem o esquecimento que alheia ou não os homens da realidade e os desapega do que mais apetece tornando-se o principal inimigo do espírito cívico. Mas esta adversidade só surge se não conseguirmos reerguer aquilo que aprendemos e damos desprezo ao nosso semelhante, pois quando recordamos estamos a representar algo não só para nós, mas também para os outros, isto tendo em consideração também que pretendemos dar voz a um passado que outrora fora desligado, acordarmos de um sono profundo e abrirmos as portas a um caminho novo para os homens.⁸

É neste contexto de combate ao esquecimento que as comemorações cívicas se enquadram de modo a proporcionar um meio de aproximação aos cidadãos de todos os quadrantes ideológicos e restabelecer uma conexão entre passado e presente, inscrevendo-se numa linha de continuidade que permita abrir ou reabrir o silêncio que se perpetua na memória nacional. Desse modo, conjuga-se aqui uma coligação de afectos entre o cidadão e a figura ou efeméride evocada que se converte numa fraternidade cívica, ou seja, na junção da felicidade humana com o código deontológico do homem, procurando também fomentar o crescimento da solidariedade social e combater a “ (...) amnésia colectiva (...) ”.⁹

Nesse sentido, dar-se-á à luz uma nova memória que anestesiará o esquecimento e trará a mudança necessária para se conseguir um futuro auspicioso. E é esta memória que agrupa os vários pensares históricos numa unidade autónoma e coesa, restringindo o vasto leque de memórias particulares, isto é, “ (...) grupos profissionais, partidos, organizações sindicais ou até grupos étnicos (...) ”.¹⁰ Decorrente desta interacção, haverá um ponto de reencontro com a consciência colectiva, o qual, do ponto de vista social é a pedra basilar para o desenvolvimento moral dos cidadãos, dado que puxa pelas suas emoções, anseios e equívocos e eleva as esperanças.

Mas será a festa cívica suficiente para fazer erigir uma memória social? Ela não está sempre sujeita a mecanismos de manipulação?

Segundo Fernando Catroga a comemoração de figuras ou efemérides simbólicas reveste-se de um carácter festivo, na medida em que promove o consenso em torno do

⁸ Idem, *ibidem*, pp. 23-24.

⁹ CATROGA, Fernando, “Ritualizações da História”, *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 550.

¹⁰ MATOS, Sérgio Campos, *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Edições Colibri, 1998, p. 59.

acontecimento que é celebrado, da mesma forma que deve legitimar a população na edificação do novo contrato social.¹¹ Ao mesmo tempo, o fenómeno comemorativo é um acto estruturante do historicismo cívico, ou melhor, da relação que os homens estabelecem com o tempo histórico no seu passado, presente e futuro, é ter consciência da mudança do tempo reportado, a fim de ressuscitar o passado através de lugares ou monumentos que dizem presente, quer dizer, que retêm uma simbologia e uma força motriz capaz de cristalizar o nosso olhar.¹²

Por isso, comemorar visa trazer à memória feitos pretéritos, sendo os mesmos relatados através de discursos, conferências, exposições, visto que os vários grupos sociais estabelecem relações entre si e contribuem com olhares diferentes sobre a sua própria realidade. Posto assim, a recordação nunca é um acto isolado, porque “ (...) os pontos de referência que cada indivíduo utiliza para codificar, armazenar e recuperar informação são definidos socialmente.”¹³ Isto significa que o *modus operandi* comemorativo de cada cidadão está definido pelas características de similitude que um indivíduo tem com o grupo social em que se insere.

Em Portugal, a ressurreição do passado foi feita através da convocação «dos grandes homens» ao presente, como forma de comunhão e partilha de afectividades entre os mesmos. Dessa maneira, a liturgia portuguesa inclui manifestações múltiplas, desde “ (...) o juramento das Bases e depois da Constituição, cortejos cívicos e alegóricos, desfiles militares, proclamações, discursos (...) “. ¹⁴ Na opinião de Maria Isabel João, as comemorações em Portugal são resultantes do pensamento das Luzes e da Revolução Francesa, pese embora o facto de o modo de celebração lusitana ainda estar ligado às tradições do Antigo Regime, do que aos costumes revolucionários da França. Por isso o paradigma comemorativo da monarquia constitucional ficava aquém das expectativas tornando-se um processo repetitivo que não era adequado aos novos tempos que se avizinhavam.

Era então necessário criar uma nova dinâmica comemorativa para o período oitocentista e que perdurasse para além dela, por isso, a componente festiva dividiu-se em três direcções: pelo uso da oratória em conferências, cerimónias oficiais ou artigos

¹¹ CATROGA, Fernando, *Op. Cit.*, p. 628.

¹² MATOS, Sérgio Campos, *Op. Cit.*, p. 58.

¹³ CABECINHAS, Rosa e outros, “Identidades nacionais e memória social: Hegemonia e polémica nas representações da história”, *Identidades Nacionais em Debate* (Org. de Joana Miranda e Maria Isabel João), Oeiras, Celta Editora, 2006, p. 69.

¹⁴ JOÃO, Maria Isabel, “Comemorações e Mitos da Expansão”, *História da Expansão Portuguesa* (dir. de Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri), vol. 4, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p. 403.

publicados pela imprensa; a preparação dos cenários para a representação de imagens nos cortejos cívicos, exposições, entre outros hábitos evocativos; a síntese afectiva entre aquele que é representado e entre quem o representa.¹⁵ Esta dinâmica celebrativa tem eco na obra de Teófilo Braga *Os Centenários como Synthese affectiva nas sociedades modernas*, porque ela apresenta a consciencialização da cidadania enquanto construtora de um novo mundo, por isso, é que “ (...) os Centenários dos Grandes Homens se tornam a synthese affectiva d’esta nova comcórdia moral.”¹⁶

Como ponto de partida para estes centenários há um consenso geral à volta do Tricentenário de Camões em 1880. Mas porquê este Centenário?

O Centenário camoniano seria então o caminho inicial, visto que existia entre os portugueses e Camões uma ligação umbilical que simbolizava a grandeza do país em séculos anteriores e, no plano externo, mostrava também à Europa aquilo que de melhor a nossa tradição histórica tinha.¹⁷ Ao mesmo tempo, a figura de Camões traria as energias necessárias para que Portugal renascesse das cinzas. Portanto, estas comemorações camonianas, para além de apreenderem os cidadãos em actividades que envolvem o seu país, também lhe concedem um carácter externo, a fim de “(...) projectar imagens que singularizam e identificam o país, que lhe conferem visibilidade e um estatuto de prestígio (...)”.¹⁸

Como é evidente existem mecanismos de manipulação decorrentes destas acções ritualistas que assentam numa preocupação constante de tentar “(...) impor determinadas interpretações do passado, para moldar a recordação.”¹⁹ dando impulso a uma decapitação da memória resultante do facto de o homem não agir segundo a sua própria consciência. Dentro desta perspectiva, toda a escrita da História é um exercício de memória porque tenta explicar ou narrar os testemunhos deixados pelos homens. Por consequente, há uma pergunta que se impõe: estará, por isso, o discurso historiográfico condicionado pelos ditames da memória?

É uma questão discutível, porque a História quer-se como uma ciência independente e a memória como um objecto complementar da sua feitura. Apesar de,

¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 405.

¹⁶ BRAGA, Teófilo, *Os Centenários como Syhthese affectiva nas sociedades modernas*, Porto, Typ. de A.J. da Silva Teixeira, 1884, p. IX.

¹⁷ BRAGA, Teófilo, *História das Ideias Republicanas em Portugal*, 3ª Ed., Lisboa, Nova Veja, 2010, pp. 192-193.

¹⁸ JOÃO, Maria Isabel, *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, FCG-FCT, 2002, pp. 13-14.

¹⁹ BURKE, Peter, “Capítulo XIV - A história como memória social”, *O mundo como teatro - estudos de antropologia histórica*, Lisboa, Difel, 1992, p. 241.

ela ter o seu peso na escrita histórica enquanto auxiliar, é preciso ter em consideração que a memória joga com factores emocionais e espontâneos que não permitem uma construção racional do facto histórico enquanto instrumento de análise.²⁰ Neste campo mnésico instala-se uma figura nova que é fruto do acontecimento histórico, pois viveu-o na sua plenitude: a testemunha. Mas como testemunhar algo implica presenciar determinado facto ou dito, essa percepção significa que criámos uma imagem dentro de nós que pode estar em constante modificação, o que deixa antever que os testemunhos de hoje podem não ser os mesmos testemunhos de amanhã.²¹ A História deve então manter uma relação científica com o passado e construir-se numa distanciação crítica em relação às intimidades próprias que a memória traz quando questionada. Mas será que o historiador enquanto analista tem que se manter distanciado do seu próprio tempo? Tem que ter um estatuto diferente dos outros cidadãos em relação ao seu presente?

Admitimos que o historiador deve fazer interagir o seu trabalho com o meio social em que vive, pois não pode ficar imune a esse espaço em que está envolvido no seu passado mais remoto, deve antes contribuir para uma consciencialização histórica dos seus contemporâneos.²² Só através da consolidação desse conhecimento, universalmente válido e logicamente necessário, e de uma intervenção cívica mais forte, poderá a cidadania reivindicar o seu “direito à memória”, uma vez que, estando os homens no gozo dos seus direitos civis e políticos, não existirá regime algum que consiga asfixiar a memória histórica dos acontecimentos passados, porque esses actos ficam sempre registados.

A cultura cívica é uma arte ou maneira de cultivar aquilo que respeita ao país, é uma dedicação ao interesse público e um modo de proceder a condutas morais não só para consigo mesmo, mas também para com os outros. Mas de que modo se procede a esta função social? Quais são os instrumentos usados?

Uma das grandes ferramentas é a Associação, pois permite uma intervenção mais activa dos indivíduos, une-os para um determinado fim, cria laços de solidariedade entre os mesmos, o convívio social é o seu espaço de afirmação perante o todo colectivo. Além disso, é também uma escola de formação moral, tendo em vista, incutir ao cidadão o princípio associativo. Por outro lado, o associativismo cívico quando visa

²⁰ TRAVERSO, Enzo, *O Passado, modos de usar. História, Memória e Política*, Lisboa, Edições Unipop, 2012, pp. 21-26.

²¹ Idem, *ibidem*, pp. 16-17, 21-22.

²² PONTES, Joana, “História, memória e política”, *Ler História*, Nº 60, 2011, p. 188.

questões de teor político, é considerado como um campo de treino para o exercício pleno da democracia através da organização de listas, da votação em todos os actos eleitorais, da elaboração de programas e realização de actividades de esclarecimento. Mas como é que a educação cívica se fazia noutros séculos? Que mecanismos de difusão eram usados?

Teófilo Braga advogou que o tricentenário de Camões em 1880 teve a sua importância não só pela comemoração da efeméride em si, mas também pela constituição das Associações de Lisboa com a finalidade de acabar com os interesses de classes e aglutinar os cidadãos numa sociedade una, a fim de discutir “(...) as condições do sucessivo desenvolvimento social, intelectual e económico.”²³

Mas de que modo este carácter não religioso penetraria na sociedade portuguesa oitocentista?

Esse estado só seria atingido através do ensino nas Escolas da História de Portugal como elemento de conhecimento crítico do passado, e não como forma de relativismo da sua verdade através de ideologias pré-concebidas para atingir objectivos pessoais.²⁴ No entender de Fernando Catroga, a Associação funcionava como um contrato que um cidadão estabelecia com o seu país. Esse contrato social, tendo em conta a promoção do indivíduo enquanto homem livre e comunitarista (característica próxima da ideologia republicana), só podia ser concretizado através da conjugação dos direitos e liberdades individuais com os da colectividade como meio para atingir o bem-estar geral.²⁵

Contudo, o problema que aqui se impõe é saber se os homens estão dispostos a serem os agentes da mudança no seu país através do seu civismo ou, se pretendem impor os seus interesses pessoais à custa da liberdade colectiva. Por isso, Sérgio Campos Matos reforça a ideia de que a Escola, enquanto elemento de formação cívica, moral e intelectual mostraria os graves problemas do século XIX aos homens, entre os quais, se notava a incipiente e lenta escolarização e alfabetização da sociedade portuguesa traduzindo-se em consequência, numa ausência de participação cívica.²⁶

²³ BRAGA, Teófilo, *Op. Cit.*, p. 63.

²⁴ MATOS, Sérgio Campos, “Historiografia e Intervenção Cívica em Portugal no século XIX: de Herculano à I República”, *Historiografia e Memórias (Séculos XIX-XXI)* (Org. de Sérgio Campos Matos e Maria Isabel João), Lisboa, CHUL - CEMRIUAb, 2012, pp. 153-154.

²⁵ CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, 3ª Ed., Lisboa, Casa das Letras, 2010, p. 153.

²⁶ MATOS, Sérgio Campos, *Consciência Histórica e Nacionalismo*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 29.

Já Maria Cândida Proença afina pelo mesmo diapasão, defendendo que a instrução do povo seria um veículo essencial “(...) à sua consciencialização cívica e à sua elevação moral e espiritual (...)”²⁷. Todavia, só o ensino primário não seria só por si suficiente para alcançar esse objectivo. A autora afirma também que a escola republicana introduziu um novo conceito de cidadania - o «Homem - novo» com a finalidade de laicizar o ensino e o próprio homem. Para isso, introduziu-se a educação cívica como disciplina de modo a promover uma “(...) inculcação de valores, e também de alguns cultos cívicos como rituais simbólicos de uma pretendida nova religiosidade cívica - o culto da pátria, da bandeira e dos grandes heróis (...)”²⁸

Isto significa que há toda uma panóplia e uma dinâmica pluralista de ritualizações cívicas, que incluem uma variedade de práticas e expressões de foro espiritual e social. Esta multiplicidade cerimonial permite também recriar e reforçar a identidade de uma nação, embora estas festividades só transformassem o presente comemorado em futuro promissor se servissem para “(...) estudar problemas, meditar directrizes, criticar certezas dogmáticas, caso contrário, mumificam os vivos, sem ressuscitar os mortos.”²⁹ Assim sendo, o comemorativismo histórico enquanto privilegiar o mediatismo e a propaganda das grandes figuras nacionais em detrimento da importância do seu culto histórico para a população o rememorar, de nada servirá senão apenas para “(...) mobilizar o sentimento popular em torno de uma memória personalizada (...)”³⁰, ou seja, a evocação de figuras do passado deve servir para tirar ilações do seu legado e servir de figura de referência no presente, tornando-se o sinal de pista para a descoberta do caminho do futuro.

2.1 Modelos de organização das comemorações: que ritualizações?

As balizas cronológicas adoptadas para este levantamento comemorativo situam-se entre o início do ciclo comemorativo em Portugal em 1880 e o V Centenário do Infante D. Henrique em 1960. Esta nova forma de cultuar e manter presente a memória das figuras mais proeminentes da história portuguesa visou ressuscitar a nacionalidade portuguesa das cinzas e promover a divulgação e o ensinamento ao povo da cultura

²⁷ PROENÇA, Maria Cândida, “A educação”, *História da Primeira República Portuguesa* (coord. de Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo), 2ª Ed., Lisboa, Tinta-da-china, 2011, p. 170.

²⁸ Idem, *ibidem*, p. 175.

²⁹ GODINHO, Vitorino Magalhães, “Comemorações e História (A descoberta da Guiné)”, *Vértice*, nº 63, Nov.-Dez. 1994, p. 74.

³⁰ MATOS, Sérgio Campos, *Op. cit.*, p. 136.

histórica do país, do qual Camões era um actor privilegiado. O programa comemorativo do Marquês de Pombal seguiu as mesmas directrizes do modelo utilizado com Camões: conferências, exposições e cortejos cívicos.

Com a revolução republicana vitoriosa saída do 5 de Outubro de 1910 seria de esperar que, por definição ideológica, fossem criadas novas condições para a celebração das efemérides realizadas no final do regime deposto, no entanto a instabilidade partidária e a mobilização de esforços e verbas para a defesa das colónias em virtude da Primeira Guerra Mundial, fez com que as expectativas dos republicanos saíssem goradas, embora tenha havido espaço para algumas celebrações.

Em 1912 a Sociedade de Geografia de Lisboa solicitou ao governo de Duarte Leite o seu parecer sobre a realização do duplo centenário de Ceuta e da morte de Afonso de Albuquerque que calhou em 1915 (esse a ser celebrado na Academia das Ciências). Com efeito, o governo elaborou um decreto para designar as regras de formação duma comissão organizadora do evento. Em termos práticos, tiveram lugar cortejos terrestres e marítimos, regatas e corridas com algumas inovações: «barcos – automóveis», aviação, automóveis e motocicletas; concursos de teor histórico, literário e artístico, congressos internacionais onde, num deles, se abordou particularmente, o tema das «Raças». Em relação a Afonso de Albuquerque, a Academia das Ciências já tinha editado documentos sobre a sua vida e obra. No fundo, estas comemorações justificaram-se pelo facto de, Ceuta ter representado o início do caminho rumo aos Descobrimentos e Afonso de Albuquerque ser apresentado como o paladino da consolidação do Império Português.

As comemorações do Centenário da Independência do Brasil em 1922, decorreram num ambiente de decadência nacional, marcado pelo pós-guerra e onde a I República se defrontava com problemas internos surgindo, por isso o cansaço relativamente ao paradigma comemorativo adoptado para as festas cívicas. Desse modo, este centenário foi encarado como um meio de fortalecimento da Nação perante os seus concidadãos, mas também de reatamento das relações entre os dois países. Assim sendo, o Presidente da República António José de Almeida deslocou-se ao Brasil para participar nesta iniciativa e foi acompanhado de uma comitiva constituída por dois ministros, jornalistas e intelectuais como Jaime Cortesão e João de Barros. Houve também uma sessão solene no Congresso da República e a edição de uma medalha comemorativa, contudo a participação de Portugal ficou peremptoriamente marcada

pela realização do primeiro voo de Lisboa ao Rio de Janeiro por Gago Coutinho e Sacadura Cabral.

Com o advento do Estado Novo em 1933 (anteriormente à sua instauração existia a Ditadura Militar instituída pelo golpe militar de 28 de Maio de 1926), os centenários comemorativos continuaram sob o ímpeto da defesa do Império Colonial Português e do culto patriótico a ele associado, de modo a combater os ataques exteriores às colónias portuguesas. Por isso, o regime salazarista desejou continuar “(...) esta tradição comemorativa que se afirmara no final do século XIX, adoptando-a, porém, às suas directrizes políticas e ideológicas.”³¹

Por isso, a comemoração do Duplo Centenário de 1940 tinha a intenção de, como já acontecera com solenidades anteriores, reforçar a unidade da Nação através do partido único, a União Nacional. Esta festividade teve ainda o apoio de outras organizações filiadas na ideologia política e cultural do Estado Novo como o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) e organizações paramilitares como a Legião e a Mocidade Portuguesa. Por outro lado, a nível externo, o regime procurou passar uma nova imagem de Portugal perante o estrangeiro, enaltecendo o Império Colonial e a sua grandeza como fonte matriarcal da Nação, além disso o Duplo Centenário e o seu programa festivo só tiveram uma única figura a deliberar as linhas de rumo a concretizar – Salazar, ao contrário do que era habitual em festividades pretéritas. No concernente às manifestações de júbilo pela efeméride em causa, tivemos a Exposição do Mundo Português, congressos, festas e espectáculos, festas cívicas e religiosas, iluminações de bairros mais antigos, sessões solenes com discursos do Presidente do Conselho Oliveira Salazar e do Presidente da República marechal Óscar Carmona e o hastear da Bandeira Nacional com as respectivas saudações militares. A estratégia do regime passou sempre pela consolidação da sua ideologia política às massas populares, tendo em consideração que a simbologia e a obra associada aos Descobrimentos foi usada para a conjugar com a obra que o Estado Novo construiu: a de um Portugal renascido das «trevas» que o período liberal e republicano, na concepção salazarista tinha deixado.

As Festas Henriquinas de 1960 surgiram num clima de crescimento de um espírito crítico em redor do Império Colonial Português, fruto dos efeitos da 2ª Guerra

³¹ SOUSA, José Manuel Guedes de, *Vitorino Magalhães Godinho: história e cidadania nos anos 40*. Tese de Mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2012. (Exemplar policopiado), p. 72.

Mundial. Em consequência, o Estado Novo teve de reformular a sua política colonialista de modo a adaptar-se a um período em que os «ventos de mudança» (para trazer à colação uma expressão do primeiro-ministro britânico Harold Macmillan) do exterior e as vagas de descolonização das colónias asiáticas e africanas tinha acelerado, sendo que as colónias portuguesas não fugiram a estas aspirações. Internamente, depois da designada «democratização» do regime, fruto do desfecho da 2ª guerra em 1945 que desfeiteou o Fascismo Italiano e a Alemanha Nazi, da campanha do General Humberto Delgado para as eleições presidenciais de 1958, o regime sentiu a necessidade de fortalecer a sua imagem e doutrina. Por isso, em 1960 o sétimo centenário da morte do Infante D. Henrique foi visto como o momento de convocar a Nação para convergir num único fim: a união e defesa da Pátria multirracial e pluricontinental. No respeitante ao programa comemorativo ele centrou-se entre 4 de Março a 13 de Novembro (data de nascimento e de falecimento do Infante) e a sua feitura deveu-se ao empenhamento do Presidente do Conselho Oliveira Salazar. A cerimónia decorreu de acordo com as práticas comemorativas anteriores. Houve sessões solenes em Universidades e Academias, exposições, congressos, inaugurações de monumentos e estátuas, emissões numismáticas e filatélicas, foi criada a Ordem do Infante D. Henrique, actividades desportivas, desfiles militares e várias publicações de teor histórico como *Portugaliae Monumenta Cartographica* de Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota, a *Monumenta Henricina* do padre Dias Dinis e a *História dos Descobrimentos Portugueses* de Damião Peres. No entanto verificamos que, apesar do esforço em consagrar a memória do Infante D. Henrique com um programa cheio de diversas acções solenizantes, elas ficaram aquém das realizações que tinham sido feitas com o Duplo Centenário de 1940.

Ao longo deste breve retrato do panorama comemorativo em Portugal podemos constatar que, entre 1880 e 1960, as formas de recordar determinadas efemérides que fizeram história no país, estiveram sempre à volta dos mesmos ritos e manifestações e não constituíram grandes mudanças nos cultos que eram prestados aos nomes invocados. Mantiveram-se sempre as mesmas componentes festivas, desde as “Cerimónias cívicas e políticas, congressos, conferências e edições de diversa índole, emissões de medalhas e selos, exposições, desfiles e romagens, monumentos e inscrições, espectáculos variados (...)”³² e os seus objectivos basearam-se sempre

³² JOÃO, Maria Isabel, *Op. Cit.*, p. 318.

num propósito de unificação do povo enaltecendo a Pátria e os valores que os «Grandes Homens» deixaram, para que os mesmos fossem o motivo principal para a reconstrução do presente.

Além disso, estas cerimónias visavam também a consagração dos regimes políticos e do poder como fonte de legitimação “(...) da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções.”³³ Isto significa que a legitimação do poder político traduzia-se na imposição de uma ideologia ou narrativa histórica que apelava aos sentimentos dos cidadãos para servir interesses particulares, reproduzindo, assim, os seus propósitos como interesses comuns. Desse modo, nas comemorações portuguesas a linguagem utilizada para justificar a existência ou a importância de uma determinada efeméride invocava-se, não raro, a decadência que o país vivia, daí a necessidade de algo em particular que permitisse recomeçar a obra deixada a meio. Nesse sentido, a constante repetição dos mesmos ritos inseria-se em tentativas de renovação do próprio passado. Tanto a Monarquia Constitucional (1820-1910), como a I República (1910-1926) e o Estado Novo (1933-1974) recorreram sempre aos mesmos períodos históricos – a Idade Média e os Descobrimentos – para justificar as razões que os levavam a ter esperança num futuro melhor, uma vez que os exemplos do passado eram glorificadores e consentiam a existência de um canal que permitisse a passagem para um outro ciclo chamado futuro.

2.2 Interpretações e narrativas históricas - linhas de força.

O 25 de Abril de 1974 foi um acontecimento marcante na história do último quartel do século XX português. E como todas as revoluções que fizeram rupturas históricas com os regimes políticos em vigência, existiam razões explicativas para o efeito. Podia existir uma razão explicativa ou várias razões que gerassem pontos de comunhão ou divergência entre quem interpreta o fenómeno histórico.

No caso do 25 de Abril gerou quase unanimidade nas interpretações de historiadores como Maria Inácia Rezola, José Medeiros Ferreira, António Reis, Aniceto Afonso, António Costa Pinto, João Medina e Joana de Matos Tornada, dirigentes políticos como Mário Soares, Álvaro Cunhal e Edmundo Pedro, militares como Otelo Saraiva de Carvalho, Vasco Lourenço, Salgueiro Maia, Vasco Gonçalves, Melo

³³ BOURDIEU, Pierre, *O Poder Simbólico*, 4ª Ed., Lisboa, Difel, 1989, p. 10.

Antunes, Costa Gomes, António de Spínola, Rodrigo de Sousa e Castro, jornalistas e outros civis como Jacinto Baptista, Francisco de Sousa Tavares, Artur Portela Filho, Eduardo Lourenço ou António Lobo Antunes, em torno da razão principal que motivou a sua eclosão: o desgaste provocado por treze anos de guerra colonial em Angola, Moçambique e Guiné e a ausência de uma solução política por parte do governo de Marcelo Caetano para pôr termo ao conflito.³⁴

Contudo e, apesar das contestações do Movimento dos Capitães feitas na sua primeira reunião a 9 de Setembro de 1973 terem uma génese corporativa e de natureza profissional, isto é, relacionada com a sua carreira militar, depressa os capitães se aperceberam, fruto da experiência já adquirida nas frentes de combate em África e de uma consciencialização política bastante apurada em alguns oficiais (sobretudo os milicianos), que o problema era político e residia no prolongamento da guerra por parte do regime ditatorial, por isso António Reis refere peremptoriamente, que as reivindicações corporativas acabaram “(...) por se revelar um mero pretexto para acelerar e cimentar um processo de contestação à política colonial do regime (...)”³⁵

³⁴ REZOLA, Maria Inácia, *25 de Abril. Mitos de uma Revolução*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007, p. 35; FERREIRA, José Medeiros, “Portugal em Transe (1974-1985)”, *História de Portugal* (dir. de José Mattoso), vol. 8, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 17-18; REIS, António, “A revolução de 25 de Abril, o MFA e o processo de democratização”, *Portugal Contemporâneo* (dir. de António Reis), vol. 6, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, p. 13; AFONSO, Aniceto, “O Movimento dos Capitães”, *História Contemporânea de Portugal* (dir. de João Medina), vol. 6, Lisboa, Multilar, 1990, p. 255; Idem, “Prefácio”, *Diário da Liberdade*, Lisboa, Editorial Notícias – Associação 25 de Abril, 1995, p. 7; PINTO, António Costa, *O Fim do Império Português. A Cena Internacional, a Guerra Colonial e a Descolonização (1961-1975)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 65; MEDINA, João, “O meu 25 de Abril”, *História de Portugal* (dir. de João Medina), vol. XIV, Lisboa, Ediclube, 1993, p. 172; TORNADA, Joana de Matos, *Nas Vésperas da Democracia em Portugal: o golpe das Caldas de 16 de Março de 1974*, Coimbra, Almedina, 2009, pp. 35, 38; CARVALHO, Otelo Saraiva de, *Alvorada em Abril*, 6ª Ed., Lisboa, Divina Comédia, 2014, p. 49; SPÍNOLA, António de, *País sem Rumor*, Lisboa, SCIRE, 1978, pp. 92-93; CRUZEIRO, Maria Manuela, *Vasco Lourenço. Do Interior da Revolução*, Lisboa, Âncora, 2009, pp. 82-83; Idem, *Vasco Gonçalves. Um General na Revolução*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002, pp. 74-75; Idem, *Melo Antunes. O Sonhador Pragmático*, 2ª Ed., Lisboa, Editorial Notícias, 2004, p. 46, 56-57; Idem, *Costa Gomes. O Último Marechal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p. 182; MAIA, Salgueiro, *Capitão de Abril. Histórias da Guerra do Ultramar e do 25 de Abril*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997, pp. 81-83; CASTRO, Coronel Sousa e, *Capitão de Abril, Capitão de Novembro*, Lisboa, Guerra e Paz, 2009, pp. 55-56; AVILLEZ, Maria João, *Soares – Ditadura e Revolução*, Lisboa, Público, 1996, p. 264; PEDRO, Edmundo, *Memórias – Um Combate pela Liberdade*, III Vol., Lisboa, Âncora, 2012, p. 19; FILHO, Artur Portela, *A Funda*, 5ª vol., Lisboa, Arcádia, 1974, p. 11; LOURENÇO, Eduardo, *Os Militares e o Poder*, Lisboa, Gradiva, 2013, p. 58; ANTUNES, António Lobo, *Os cus de Judas*, 28ª Ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2009, p. 103; BAPTISTA, Jacinto, *Caminhos para uma Revolução. Sobre o fascismo em Portugal e a sua queda*, Lisboa, Bertrand, 1975, pp. 198-200; TAVARES, Francisco de Sousa, “Quatro anos depois”, *A Capital. Destacável 25 de Abril*, Lisboa – 24 de Abril de 1978, p. 1; Idem, «Acabaremos por ser uma Nação Ocidental e livre», *Tempo*, Lisboa – 26 de Abril de 1979, p. 17; Idem, “O horizonte português em 1974 era de cortar à faca”, *Semanário. Às portas de Abril*, Lisboa – 18 de Abril de 1984, p. 3.

³⁵ REIS, António, “A Revolução de 25 de Abril”, *Portugal: 20 Anos de Democracia* (coord. de António Reis), Lisboa, Círculo de Leitores – Temas e Debates, 1996, p. 15.

chegando à conclusão que só o derrube do regime pela força das armas seria condição *sine qua non* para as forças armadas se reencontrarem de novo com a Nação.

Mas também encontramos outro tipo de interpretações que podiam divergir um pouco da narrativa dominante, senão mesmo opor-se totalmente à mesma. Por um lado, temos uma posição claramente desfavorável de Marcelo Caetano, Américo Tomás, Silva Cunha, Rui Patrício, Kaúlza de Arriaga, Silvino Silvério Marques e Joaquim Veríssimo Serrão, uma vez que viram no 25 de Abril um movimento militar que rapidamente passou de reivindicações corporativas para um carácter eminentemente político baseado na contestação da guerra e na política colonial do governo.³⁶ Joaquim Veríssimo Serrão diria mesmo que, no fim da tarde de 25 de Abril, já não tinha dúvidas “(...) quanto ao êxito da revolução, mas com a tristeza íntima de que ia gerar um clima de ódios e de retaliações, como sempre aconteceu com todos os movimentos armados que desde 1820 eclodiram em Portugal.”³⁷ Mas de que revolução fala o autor? Existiam civis no desencadear das operações militares? Ou foram envolvidos pela força das circunstâncias?

Por um lado, podemos observar que a acção militar do 25 de Abril e o seu processo posterior não constituíram uma singularidade histórica. O pronunciamento de 1820 levado a cabo pelo Sinédrio e que desembocou na Revolução Liberal operou não só uma ruptura com o regime político vigente mas impôs também uma mudança total ao nível do Estado nos seus campos político, económico, social e cultural ganhando contornos de uma revolução. Além disso estas revoltas militares (1820 e 1974), vistas em perspectiva comparada, não tiveram o empenhamento ou levantamento popular na sua eclosão, uma vez que “(...) não há massas empenhadas no movimento; a população assiste e aplaude.”³⁸ A importância das massas populares só se verificará futuramente, porque tanto em 1820 como em 1974, estas revoltas triunfaram também fruto da incipiente oposição governamental que lhe foi feita. A população limitou-se a uma adesão espontânea e foi esse apoio popular que, doravante, marcou uma mudança

³⁶ CAETANO, Marcelo, *Depoimento*, Rio de Janeiro – São Paulo, Distribuidora Record, 1974, p. 196; THOMAZ, Américo, *Últimas Décadas de Portugal*, vol. I, Lisboa, Cognition, 1980, p. 45; CUNHA, Silva, *Ainda o “25 de Abril”*, Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, 1984, p. 79; PATRÍCIO, Rui “Memórias dos Ministros de Marcello”, *Sábado. Revista de Grande Informação*, Lisboa – 22 a 29 de Abril de 1989, p. 24; ARRIAGA, Kaúlza de, *Guerra e Política: em nome da verdade os anos decisivos*, Lisboa, Edições Referendo, 1987, p. 68; MARQUES, Silvino Silvério, “O esforço humano da guerra era suportável pela Nação”, *Semanário. Às portas de Abril*, Lisboa – 18 de Abril de 1984, pp. 9, 11.

³⁷ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Marcello Caetano – Confidências no Exílio*, 10ª Ed., Lisboa, Verbo, 1985, p. 73.

³⁸ SANTOS, Fernando Piteira, *Geografia e Economia da Revolução de 1820*, 3ª Ed., Lisboa, Publicações Europa – América, 1980, pp. 35-36.

profunda na constituição do Estado e na opinião pública do país estabelecendo as bases de um sistema sustentável, duradouro e progressista. Dito de outra maneira, estas insurreições de ordem política marcaram uma viragem na sociedade portuguesa que deu origem a processos revolucionários que visaram implantar “(...) uma «ordem nova» acelerando-se, por consequência, para esse efeito, a evolução.”³⁹ Por outro lado, é preciso ter em consideração, que o 25 de Abril teve consequências nefastas na vida profissional de Joaquim Veríssimo Serrão, visto que foi exonerado da Reitoria da Universidade de Lisboa e saneado da Faculdade de Letras, em virtude da estreita relação de amizade que mantinha com o ex-Presidente do Conselho Marcelo Caetano. Além disso, o autor viu no 25 de Abril um acto revolucionário porque - deu a entender pelas suas palavras - que posteriormente reinou um clima de anarquia e de vinganças pessoais dentro das Universidades que culminou no seu saneamento e de outros professores, alegadamente conotados com o regime deposto.

Jorge Borges de Macedo também apresentou reticências em relação ao golpe de Estado de 25 de Abril (tendo em conta a circunstância de ter sido também saneado da Faculdade de Letras). No entanto, apresentou perspectivas de foro económico e diplomático para explicar que este movimento militar que depôs o Estado Novo não estava preparado para assumir a responsabilidade duma descolonização que se pretendia imediata. Além disso o golpe dos capitães eclodiu numa conjuntura internacional de crise económica (o choque petrolífero de 1973). Como a descolonização adquiriu um peso internacional, os seus negociadores, segundo Borges de Macedo “(...) não estavam preparados nem pela experiência, nem pelas opiniões ideológicas, nem pelas bases culturais concretas em que elas deveriam assentar: a eventual generosidade dos seus propósitos não tinha qualquer teorização autónoma, menos ainda acautelada pela experiência.”⁴⁰ Não obstante, ao fim de treze anos de guerra colonial, os militares não tinham adquirido experiência suficiente? Não era convicção deles que só a mudança de regime possibilitaria uma solução política para o conflito?

O autor afirmou que a experiência de combate nos territórios ultramarinos, por si só não chegava. Essa experiência devia ter sido acompanhada de uma diplomacia com forte influência na cena política internacional e a posição político-militar de Portugal para impor condições de negociação era muito frágil. Essa fragilidade deveu-se à

³⁹ MACEDO, Jorge Borges de, “Revolução”, *Pólis. Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, vol. 5, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 1987, col. 542.

⁴⁰ MACEDO, Jorge Borges de, *A Experiência Histórica Contemporânea: 1974-1994*, Lisboa, s.n., 1995, p. 58.

agitação político-social que se viveu no país fruto da onda revolucionária que inundou Portugal e do aproveitamento dessa situação por parte de alguns políticos para fazerem prevalecer os seus interesses nas negociações em curso. Por consequente, foi inviabilizada uma transição pacífica de poderes (à excepção da Guiné) para os territórios africanos, o que prolongou a presença militar em África e não protegeu os legítimos interesses dos portugueses que lá viviam, o que também resultou numa forte pressão dos movimentos de libertação para a sua autodeterminação e independência e numa onda de violência que levou à saída compulsiva de portugueses do Ultramar.

Por outro lado, existiam outros intervenientes como Afonso Praça e Almeida Santos que viram no livro do general Spínola *Portugal e o Futuro* o factor aglutinante para a aceleração do golpe dos capitães, uma vez que, nessa obra o Vice – C.E.M.G.F.A. defendeu a inexequibilidade de uma solução militar para a resolução do conflito colonial e tornou indispensável a busca de soluções políticas.⁴¹

Mas o Movimento das Forças Armadas ficou preso às teses do general Spínola? Será que o seu livro manietou o pensamento político dos militares?

O Movimento dos Capitães não se deixou prender pelas ideias de Spínola, uma vez que o seu livro apenas constituiu um apêndice para a causa que já defendiam há largos meses. Além disso, também não «algemou» as ideias políticas do Movimento porque, como refere Vítor Alves, depois do lançamento de *Portugal e o Futuro* a 22 de Fevereiro de 1974, os capitães responderam com o seu programa político intitulado *O Movimento, as Forças Armadas e a Nação* aprovado numa das reuniões mais importantes do Movimento realizada em Cascais a 5 de Março de 1974.

Nesse documento ficou claro que a democratização do país pela restauração das liberdades cívicas e democráticas era o único recurso para a resolução dos problemas políticos do país e, no concernente ao Ultramar, os militares tinham a convicção de que a sua resolução implicaria reconhecer que “(...) a solução do problema ultramarino é política e não militar e entendem ser seu dever denunciar os erros de que são vítimas e transformarão as FA, uma vez mais, em «bode expiatório» de uma estratégia impossível”⁴² relembrando o episódio trágico da perda do Estado Português da Índia em

⁴¹ PRAÇA, Afonso et. al, *25 de Abril*, 2ª Ed. revista e aumentada, Lisboa, Casa Viva Editora, 1974, p. 37; SANTOS, António Almeida, *Quase Memórias*, 1º vol., Lisboa, Casa das Letras, 2006, pp. 210.

⁴² ANTUNES, Melo e outros, *O Movimento, as Forças Armadas e a Nação*, Cascais, 5 de Março de 1974, p. 3.

1961, ao qual foram atribuídas responsabilidades às forças armadas pela sua derrota militar.⁴³

Já dirigentes políticos como Álvaro Cunhal e Mário Soares, apesar de reconhecerem no conflito colonial o problema fundamental e a raiz principal do 25 de Abril, caracterizavam-no sob perspectivas diferentes. Álvaro Cunhal perspectivou o 25 de Abril como um golpe militar elaborado e planeado na clandestinidade, uma vez que na sua concepção, um golpe de Estado era resultante de uma “(...) acção militar levando à tomada do poder, na qual os que a planearam e a comandam, asseguram, no fundamental, o comando, a acção e a disciplina das tropas respectivas.”⁴⁴ No entanto, e segundo a sua óptica, o golpe exclusivamente militar foi ultrapassado no próprio dia pela dinâmica gerada entre os militares e o povo no Quartel do Carmo, apelidando-o de «levantamento nacional».⁴⁵

Mas Álvaro Cunhal refere-se a que tipo de «levantamento nacional»? Existiria a possibilidade de incluir civis no derrube do regime? Consideramos pertinente não esquecer que o autor já tinha teorizado no seu livro *Rumo à Vitória* em 1965, que a única maneira de a ditadura cair seria por um levantamento nacional que incluiria “(...) a luta armada do povo e dos militares revolucionários, vencendo e destruindo o aparelho militar e repressivo fascista.”⁴⁶

Já Mário Soares interpretou o 25 de Abril como uma revolução e não apenas como uma revolta militar, já que, em seu entender este acontecimento “(...) modificou as estruturas da nação portuguesa. Modificou-as de facto. Não foi apenas uma mutação política. Representou uma mutação económica e social e acima de tudo uma mutação cultural.”⁴⁷

Vitorino Magalhães Godinho afinou pelo mesmo diapasão de Mário Soares e Álvaro Cunhal, embora com uma semântica diferente, que o 25 de Abril foi um “(...) sobressalto nacional, incarnado nas Forças Armadas que o apoio entusiástico da

⁴³ ALVES, Vítor, “Um tremendo esforço perante o imobilismo criminoso”, *Semanário. Às portas de Abril*, Lisboa – 18 de Abril de 1984, p. 11.

⁴⁴ CUNHAL, Álvaro, *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril: a contra-revolução confessa-se*, Lisboa, Edições Avante, 1999, p. 102.

⁴⁵ CUNHAL, Álvaro, *A Revolução Portuguesa. O Passado e o Futuro*, 2ª Ed., Lisboa, Edições Avante, 1994, p. 99.

⁴⁶ CUNHAL, Álvaro, *Rumo à Vitória. As tarefas do Partido na revolução democrática e nacional*, Porto, A Opinião, 1974, p. 167.

⁴⁷ SOARES, Mário, *25 de Abril. 20 Anos: 1974-1994* (coord. de Vítor Alves), Lisboa, Associação 25 de Abril, 1994, p. 53.

população levou a triunfar (...)”⁴⁸, ou seja, a sua afirmação indicia que o 25 de Abril foi um acto de surpresa que os portugueses sufragaram nas ruas. No entanto, se foi uma surpresa como se justificou o apoio popular dado de imediato? Já existiam movimentos de resistência civis?

De facto havia pequenos focos de resistência civil, não obstante nunca tiveram uma acção directa e consistente nem uma coordenação prévia com as forças armadas. O apoio dado pelos civis à movimentação militar em curso justificou-se pelas paupérrimas condições de vida que os portugueses tinham e que levou à emigração de uns e à submissão de outros aos grandes grupos económicos que dominavam o país e exploravam o labor das classes mais desfavorecidas.

Diogo Freitas do Amaral foi o único que contrariou a tese do golpe de Estado, pois considerava que o 25 de Abril foi desde o início uma revolução. E para justificar a sua ideia, utilizou argumentos de carácter político – jurídico defendendo que o termo *Revolução* não significava apenas uma mudança de regime (de uma ditadura para uma democracia), mas uma mudança de sistema, o que implicava grandes transformações de foro político, económico, social e também cultural. Assim sendo que efeitos teriam essas transformações que o autor refere? Qual o tipo de democracia que iria ser instalada em Portugal? De que forma ia ser feita a descolonização? E o papel dos partidos? Haveria retaliações em disputa?

Por um lado, Freitas do Amaral referiu que se vivia em Portugal um clima de “(...) anarquia pacífica e benigna.”⁴⁹ resultante da inexistência de um governo, já que todos os poderes foram delegados na Junta de Salvação Nacional. Por outro lado, o eclodir da revolução fê-lo concretizar as suas aspirações cívicas (que se verificaram mais tarde com a fundação do C.D.S.) correspondendo ao estabelecimento de uma democracia pluralista onde os cidadãos, independentemente das suas convicções, poderiam eleger livremente os seus governantes.

O general Pedro Pezarat Correia avaliou o 25 de Abril de outra maneira. Na sua opinião, este golpe de Estado assumiu uma singularidade que o diferenciou das revoltas militares de outrora. Esta concepção assumida por Pezarat Correia continha características muito fortes e caras aos princípios militares, uma vez que, tradicionalmente as revoltas militares tendiam “(...) a sobrepor a ordem à agitação, a

⁴⁸ GODINHO, Vitorino Magalhães, *Pensar a Democracia para Portugal incômodamente*, Lisboa, s.n., 1977, p. 8.

⁴⁹ AMARAL, Diogo Freitas do, *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975)*, 3ª Ed., Lisboa, Bertrand, 1995, p. 156.

autoridade à contestação, o Estado à sociedade, a tradição à inovação, a legalidade à legitimidade, o conservadorismo à mudança, a segurança ao bem-estar.”⁵⁰

Por outras palavras, um golpe de Estado tendia, historicamente, a implantar ditaduras militares ou regimes autoritários apoiados na esfera militar. Sendo assim, quais as motivações, na opinião do autor, que imprimiram ao 25 de Abril uma dialéctica diferente das anteriores revoltas militares?

A dialéctica introduzida a esta problemática, apontou para o facto de o 25 de Abril ter sido planeado por um Movimento exclusivamente de capitães (com a aquiescência de dois oficiais gerais), e que visava a substituição de um regime autoritário, a resolução por meios políticos da guerra colonial e a democratização do país, ideias essas consubstanciadas no programa político do M.F.A. Estes considerandos foram condição capital para o restabelecimento da democracia em Portugal e deviam ser aplicadas de imediato nas estruturas do Poder. Tratou-se, portanto, de propostas políticas bastante *sui generis* aquelas que justificaram, no teor do general, a eclosão de um «golpe de Estado militar».

Esta perspectiva levantada por Pezarat Correia também foi defendida pela tríade de jornalistas composta por Cesário Borge, Avelino Rodrigues e Mário Cardoso. Estes primeiros intérpretes do 25 de Abril viram no mesmo uma especificidade própria, já que ao contrário dos anteriores golpes de Estado militares que derrubaram regimes pluralistas e democráticos, o golpe do Movimento das Forças Armadas trouxera a democracia.

Para os autores este acto histórico configurou uma modificação profunda na forma dos militares actuarem, uma vez que por detrás deste levantamento militar existia um programa com uma base política bem delineada e, por outro lado, o facto de a “(...) insurreição ter sido desencadeada e comandada por jovens oficiais tornaram a revolução portuguesa uma das mais originais do mundo.”⁵¹

Não obstante, o que é que fez desta intervenção militar um acontecimento tão indelével a nível mundial? Qual foi a razão de fundo que constituiu uma mudança na mentalidade operacional dos militares?

⁵⁰ CORREIA, Pedro Pezarat, *Questionar Abril*, Lisboa, Caminho, 1994, p. 37.

⁵¹ RODRIGUES, Avelino; BORGA, Cesário; CARDOSO, Mário, *O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril*, 5ª Ed. Revista e aumentada, Lisboa, Planeta, 2014, p. 27.

O 25 de Abril, ao contrário das tradicionais intervenções militares, foi feito por um conjunto de capitães bem esclarecidos e convictos nas suas intenções políticas e não foi conduzido pela alta hierarquia militar, apenas teve o beneplácito de dois generais.

Contudo, admitimos a possibilidade de estes jornalistas divergirem de Pezarat Correia, no que toca à raiz que fundou o Movimento dos Capitães. Na opinião destes três jornalistas, este levantamento militar não foi chefiado pelo general Spínola, antes resultou “(...) da conjugação de dois afluentes, distintos na sua natureza mas ambos relacionados com a Guiné.”⁵²

Assim sendo, ficamos com a percepção de que o Movimento nasceu pela influência dos militares mais próximos deste general que sabiam que a perda da Guiné era inevitável e, por outro lado, que existia um outro grupo não «spinolista» que funcionou autonomamente e sem interferências da chefia. No entanto, este Movimento dos Capitães nasceu movido pela irreversibilidade da derrota militar na Guiné? Porquê esta centralização do problema numa só colónia?

Como referimos atrás, um grupo de oficiais do Quadro Permanente reagiu ao Decreto-Lei Nº 353/73 do Ministro da Defesa general Sá Viana Rebelo, movidos pela defesa da sua classe que estava a ser denegrida em favor dos oficiais milicianos, o que mexeu com a sua honra, mas a sua politização já vinha influenciada pelo contacto que mantiveram com os oficiais milicianos no Ultramar. Poder-se-á, então suscitar que o processo de amadurecimento político dos capitães nasceu na Guiné fruto destes contactos, só que o desgaste mental com o prolongamento de uma Guerra Colonial sem um fim político à vista, também se generalizou nas outras duas frentes de combate (Moçambique e Angola).

O seu processo de politização foi evoluindo tornando-se inevitável um golpe de força e, com efeito, o general Spínola foi-se aproximando do Movimento conspirativo nunca se comprometendo de todo com ele, mas procurando influenciá-lo com o seu pensamento político. Essa tentativa de influenciar os intentos políticos dos capitães ficou patente com a publicação do seu livro *Portugal e o Futuro*, que marcou o divórcio entre o general e a política ultramarina seguida pelo Governo de Marcelo Caetano referindo, a dado momento que “(...) em qualquer guerra deste tipo, a vitória exclusivamente militar é inviável.”⁵³ Esta tese veio a ser aceite pela maioria dos capitães, embora não constituísse um apoio tácito. Ficou assim claro que o livro do

⁵² Idem, *ibidem*, p. 135.

⁵³ SPÍNOLA, António de, *Portugal e o Futuro*, Lisboa, Arcádia, 1974, p. 45.

general Spínola foi apenas um apoio complementar para os princípios que os jovens oficiais vinham defendendo desde que se organizaram em movimento conspirador e serviu para os oficiais mais cépticos encontrarem uma bandeira que os unisse em torno do objectivo de derrubar o regime, permitindo que fosse ultrapassada “(...) a questão da apoliticidade das Forças Armadas e, sobretudo, o complexo de se oporem à continuação da guerra.”⁵⁴

A perspectiva da apoliticidade das Forças Armadas também nos parece ser afinada pelo general Amadeu Garcia dos Santos, uma vez que o mesmo asseverou que o 25 de Abril foi o resultado das reivindicações corporativas dos militares terem sido rapidamente substituídas pelo “(...) momento crítico que o país atravessava (...)”.⁵⁵

Esta premissa colocada pelo general indica-nos que as Forças Armadas tinham entendido que os seus problemas de foro profissional só teriam solução quando comesçassem a ser questionados, em primeiro lugar, os problemas nacionais que motivavam essa exigência, isto é, o problema era político e, como tal, cabia aos militares reflectir sobre se o poder político de então ainda era capaz de dar resposta aos problemas do país. Os capitães, após várias reuniões, discerniram que só a via do golpe de Estado e o inevitável derrube do regime ditatorial faria face à descrença que pairava em Portugal com a falta de resolução da questão colonial. A saída do Regimento de Infantaria 5 das Caldas da Rainha a 16 de Março de 1974 e, apesar do falhanço da tentativa de golpe, constituiu o exemplo prático dessa convicção assumida anteriormente, aliás o general Garcia dos Santos afinou pelo mesmo diapasão de Otelo Saraiva de Carvalho, afirmando que o revés e as consequências desse episódio militar não quebraram as esperanças do M.F.A. Antes pelo contrário constituíram uma verdadeira lição a tirar pelo movimento conspirativo, já que permitiram uma observação mais atenta das posições e das forças que o inimigo detinha em sua posse preparando, desta vez, uma acção consistente e com êxito.

A seu ver o sucesso do 25 de Abril ficou a dever-se à supremacia do M.F.A. na posse das transmissões militares. O Posto de Comando do golpe, instalado no Regimento de Engenharia 1 da Pontinha, conseguiu ouvir todas as comunicações efectuadas pelas forças inimigas e actuar de imediato malogrando qualquer tentativa de reacção das forças governamentais. O êxito destas transmissões também se ficou a

⁵⁴ REZOLA, Maria Inácia, *Op. Cit.*, p. 43.

⁵⁵ SANTOS, Amadeu Garcia dos, *General Garcia dos Santos – Memórias Políticas. Um pouco do que vivi*, Lisboa, Bertrand, 2011, p. 27.

dever à colaboração da Escola Prática de Transmissões (E.P.Tm.) e do Serviço de Telecomunicações Militares (S.T.M.).

Já Varela Gomes não apontou a guerra colonial como única linha de força que desencadeou o 25 de Abril. Viu também no assalto ao quartel de Infantaria 3 de Beja no primeiro dia do ano de 1962 (o capitão Varela Gomes liderou o grupo militar enquanto Manuel Serra liderou o grupo civil revoltoso) uma ressonância histórica ou uma continuidade que o 25 de Abril de 1974 cumpriu, uma vez que o capitão de Beja percebeu que só “(...) a revolta armada e o apoio popular poderiam derrubar o poder fascista.”⁵⁶

Após esta análise ao plano das narrativas históricas apercebemo-nos de que existia um apoio maioritário à tese do prolongamento da guerra e a ausência de uma solução política para a mesma como raiz explicativa para desencadear o 25 de Abril. Contudo, ela não é única tese que prevalece como linha de força, uma vez que noutros depoimentos analisados perspectivaram-se outro tipo de interpretações.

O livro do general Spínola *Portugal e o Futuro* foi também apontado como uma das causas relevantes para o desencadear do golpe dos capitães, o desgaste da guerra, sobretudo na Guiné, onde era evidente uma possível derrota militar e uma crescente politização de alguns oficiais é outro dos factores enumerados.

Também foram explorados outros motivos como o choque petrolífero de 1973 e as suas consequências económicas ou ainda o acumular de um passado de várias revoltas militares e civis contra o regime como foi o caso do assalto ao quartel de Beja em 1962, revoltas essas que se constituíram como exemplos históricos para os jovens capitães e que culminariam no derrube do regime em 1974.

⁵⁶ GOMES, Varela João, *Esta Democracia Filofascista*, Lisboa, Terramar, 1999, p. 51.

3. As Comemorações: continuidades e inovações

Iremos agora entrar na análise do processo a que nos propusemos estudar ao longo deste trabalho e examinar as práticas comemorativas que lhe são inerentes. Dividimos este processo por ordens temáticas e com base num conjunto de segundas questões que nos permitam responder à problemática principal.

3.1. Passado e futuro: o 25 de Abril e outros momentos históricos.

A memória do 25 de Abril pela carga afectiva que produziu, sobretudo por quem o viveu na sua plenitude, traduziu-se por vezes num discurso político marcado pelo conceito de revolução. Em momentos de maior tensão social este tipo de discurso girou em torno de uma legitimidade revolucionária que procurava, através de uma construção social do passado redescobrir, regenerar ou refundar a identidade nacional, interrompida por quase meio século de ditadura.

Por um lado, esta construção social do passado abrangeu duas dimensões: o enraizamento do 25 de Abril e das transformações subsequentes numa memória histórica inspirada na I República. A busca pelo passado menos antigo foi uma forma de legitimar os valores do republicanismo como a liberdade e a democracia reconquistados com o 25 de Abril.⁵⁷ Exemplos concretos dessa tentativa de ressurreição republicana foram as acções de envergadura levadas a cabo pela resistência antifascista nos anos 40 com os actos eleitorais aparentemente abertos pelo regime à oposição. Apesar dessas tentativas terem saído goradas nas expectativas de Vitorino Magalhães Godinho e Fernando Piteira Santos, que criaram o Movimento de Unidade Nacional Antifascista (M.U.N.A.F.), posteriormente designado por Movimento de Unidade Democrática (M.U.D.), elas constituíram um primeiro teste à força repressiva do regime ditatorial e representaram o espírito republicano nesses anos.⁵⁸ Fernando Piteira Santos ia mais longe ao referir em 1980 que o 25 de Abril foi uma *revolução republicana*, uma vez que os desígnios do movimento militar que derrubou o regime autoritário foram: o seu carácter antifascista e anticolonialista, tal como, o seu respeito pela soberania nacional, pela liberdade e democracia e pelo socialismo. Acentuou ainda que a revolução

⁵⁷ SERRA, João Bonifácio, “A Primeira República vista pela Segunda”, *Das Urnas ao Hemiciclo – Eleições e Parlamento em Portugal (1878-1926) e Espanha (1875-1923)* (coord. de Pedro Tavares de Almeida e Javier Moreno Lúzon), Lisboa, Assembleia da República, 2012, p. 257.

⁵⁸ GODINHO, Vitorino Magalhães, “Há cem anos a República”, Lisboa, CLEPUL/Gradiva, 2010, p. 16.

democrática do 25 de Abril retomou esse curso histórico *republicano* de 1910 não só por respeitar valores que definem um regime constitucional e democrático, mas também porque abriu as portas à participação cívica dos cidadãos na gestão democrática da sua *res publica*.⁵⁹

Outro exemplo real desta conexão ideológica entre a I República e o 25 de Abril foram as comemorações do 5 de Outubro de 1974, que estiveram imbuídas pelo espírito democrático do 25 de Abril. A comemoração da República teve lugar num ambiente de liberdade e de homenagem aos combatentes por esse mesmo desígnio.⁶⁰ Por isso, o Primeiro-Ministro general Vasco Gonçalves no discurso que fez à população do Porto, procurou restaurar essa memória republicana evocando o general Humberto Delgado como um herói individual que estaria predestinado para uma missão salvadora (a candidatura às eleições presidenciais de 1958 que representou um forte susto para o regime salazarista e que teve um forte apoio eleitoral no Porto) mas que tombou a meio do caminho em virtude de possuir o mesmo espírito que norteou “(...) o Movimento das Forças Armadas quando derrubaram o fascismo em 25 de Abril.”⁶¹ Ou seja, Humberto Delgado foi visto, pelo seu heroísmo e pelas convicções com que apresentou a candidatura à Presidência da República em 1958, como um precursor e um exemplo seguido pelos capitães quando levaram a cabo o golpe militar vitorioso em 1974.

Por outro lado, temos outra dimensão que alargou o seu espaço e viajou no tempo, valorizando os aspectos mais marcantes do seu passado para estabelecer paralelismos com o presente vivido. Tomemos como caso concreto desta dimensão mais alargada do tempo histórico, o exemplo dado pelo Primeiro-Ministro general Vasco Gonçalves aquando das eleições para a Assembleia Constituinte no primeiro aniversário da revolução. Numa entrevista do chefe do 3º Governo Provisório o mesmo sublinhou que o 25 de Abril foi um marco histórico para Portugal só comparável com o que se passou na Revolução de 1383-1385.⁶² Porquê esta comparação com o interregno de 1383-1385? Qual foi a relação histórica estabelecida entre ambas? A sua acção revolucionária foi um processo contínuo? Esta proposta comparativa era fruto de uma historiografia marxista bastante viva durante o processo revolucionário de 1975. Entre

⁵⁹ SANTOS, Fernando Piteira, “A República de Abril”, *República*, Lisboa – Edição Especial 25 de Abril de 1980, p. 17.

⁶⁰ PRAÇA, Afonso, “O 25 de Abril no 5 de Outubro”, *Vida Mundial*, Lisboa, 10 de Outubro de 1974, p. 14.

⁶¹ GONÇALVES, Vasco, “Discurso do Primeiro-Ministro”, *As Forças Armadas Informam*, Lisboa, 5 de Outubro de 1974, p. 1.

⁶² *República*, Lisboa – 26 de Abril de 1975, p. 2; *Diário de Notícias*, Lisboa – 25 de Abril de 1975, p. 4.

os construtores desta narrativa tivemos António Borges Coelho e Álvaro Cunhal, que interpretavam o 25 de Abril como resultado de uma antiga luta de classes do povo pela libertação e independência nacional que se iniciou com a Revolução de 1383. Construiu-se assim, uma relação de historicidade entre a longa e a curta duração. Uma leitura historicista da revolução de 1383 dá-nos a inteligibilidade necessária para compreender que, na leitura ideológica de António Borges Coelho e Álvaro Cunhal, a acção revolucionária de 1383 teve uma continuidade na transição histórica do 25 de Abril de 1974.⁶³ Desse modo Vasco Gonçalves, tendo sido um dos oficiais mais politizados do Movimento das Forças Armadas, tomou consciência de que a queda do Estado Novo inaugurou um tempo novo em Portugal “(...) operando nova transição de um *velho estádio* para um *novo estádio*, do capitalismo para o socialismo.”⁶⁴

Todavia vamos encontrar paralelismos mais evidentes quando comparamos o 25 de Abril com a Revolução Liberal de 1820 no que diz respeito às causas, objectivos e aos efeitos que se verificaram à *posteriori*. Em ambas as épocas o descontentamento dos militares com questões de natureza corporativa, em conjunto com a crescente politização dos quadros são factores idênticos, pese embora os contextos históricos terem naturezas bem diferentes. Em 1820 a questão prendia-se com a subordinação das Forças Armadas aos comandos britânicos, enquanto em 1974 era a guerra colonial e a ausência de uma solução política que aglutinavam esse descontentamento. Apesar de em 1820 o problema da independência do Brasil se colocar num contexto de concessão da independência das colónias da América Latina, também em 1974 o problema da independência das colónias africanas se colocar como razão de fundo e já com algum atraso face aos processos de descolonização dos países asiáticos e africanos no pós-2ª Guerra Mundial.⁶⁵

Continuando nesta viagem sobre o passado verificamos que as leituras ideológicas da história eram persistentes nos discursos políticos. Após o 25 de Abril há toda uma tentativa de esquecimento do passado mais recente bem patente na institucionalização da Revolução como Dia de Portugal logo no seu primeiro aniversário. Mas não era o 10 de Junho consagrado como Dia de Portugal? Quais as circunstâncias que levaram a esta apropriação política? Por um lado, a demanda

⁶³ COELHO, António Borges, *O 25 de Abril e o problema da independência nacional*, Lisboa, Seara Nova, 1975, p. 48; CUNHAL, Álvaro, *As lutas de classes em Portugal nos fins da Idade Média*, 3ª Ed., Lisboa, Caminho, 1997, p. 101.

⁶⁴ NEVES, José, *Comunismo e Nacionalismo em Portugal. Política, Cultura e História no Século XX*, Lisboa, Tinta-da-china, 2010, p. 330.

⁶⁵ CORREIA, Pedro Pezarat, *Op. Cit.*, pp. 227, 229.

revolucionária de 1974/75, depois do boicote à «Maioria Silenciosa» do 28 de Setembro que levou o general Spínola a renunciar à Presidência da República e, principalmente, após o 11 de Março de 1975 que reforçou o peso da esquerda revolucionária, foram criadas as condições para que o governo de Vasco Gonçalves, com o apoio do Presidente da República general Costa Gomes institucionalizasse o feriado do 25 de Abril como Dia de Portugal. Por outro lado, como o 10 de Junho esteve bastante conotado com a propaganda ideológica do Estado Novo e a sua política imperial do Portugal «uno e indivisível, que se estendia do Minho a Timor», foi relegado para uma posição secundária. Como o 25 de Abril representou uma ruptura com esta narrativa e constituiu-se como acto regenerador da pátria foi-lhe dado esse relevo.⁶⁶

Exemplos desta linha de pensamento foram o discurso do Presidente da Comissão Executiva das Comemorações do Dia de Portugal, capitão Marques Júnior, aquando da apresentação do programa das festividades do terceiro aniversário do 25 de Abril, tal como a crónica de João Gomes, director do *Diário de Notícias*, naquela altura. Ambos olhavam esta efeméride como o romper de uma nova aurora que, sem renegar o seu património histórico de vários séculos (a Comunidade Luso-Africana), reafirmava a sua identidade nacional e consolidava a esperança num futuro auspicioso a longo prazo.⁶⁷

Como referimos atrás, todas as revoluções tendem a fazer uma ruptura com o seu passado mais recente e uma abordagem ou leitura camuflada desse mesmo passado, elaborando uma narrativa ideológica própria que se interioriza no imaginário colectivo.

O 25 de Abril produziu essa mesma elaboração e caracterizou o anterior regime por «Fascismo Português». No entanto, Eduardo Lourenço colocou algumas dúvidas em relação a esse epíteto, uma vez que o termo «Fascismo» apenas existiu enquanto enigma ideológico omnipresente no inconsciente colectivo português e que o regime salazarista nunca assumiu.⁶⁸ Esta análise ao que foi o Estado Novo esteve muito em voga, na medida em que o contexto revolucionário vivido em 1976 acentuou uma divisão entre o Bem (revolução e revolucionários do 25 de Abril) e o Mal (reaccionários, saudosistas do salazarismo), presente também no debate político e traduzida de forma oral para a

⁶⁶ ANDRADE, Luís Oliveira; TORGAL, Luís Reis, *Feriados em Portugal. Tempos de Memória e de Sociabilidade*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, pp. 128-132.

⁶⁷ JÚNIOR, Capitão Marques, “25 de Abril. Dia de Portugal”, *Portugal Informação. Especial 25 de Abril*, Lisboa – Abril/Maio de 1977, pp. 2-3; GOMES, João, “Do 25 de Abril ao 10 de Junho”, *Diário de Notícias*, Lisboa – 25 de Abril de 1977, p. 1.

⁶⁸ LOURENÇO, Eduardo, “Do fascismo que “nunca existiu”, *O Jornal*, Lisboa – 9 a 15 de Abril de 1976, pp. 12-13.

população. Esta luta entre o Bem e o Mal prendia-se como tópico da «unidade anti-fascista» e da vigilância popular contra as forças da «reacção» ou «contra-revolução».⁶⁹ Além disso a conjuntura sociopolítica vivida em 1976 não permitia uma análise fria e objectiva do que foi o regime ditatorial nos seus variados campos: económico, político, social e cultural. Assim sendo era imprescindível que existisse uma fractura entre o tempo presente e o tempo passado, circunscrevendo a escrita historiográfica à luz dos factos. Torna-se assim, perceptível para nós, que a vivência de um determinado acontecimento histórico em toda a sua plenitude não permite uma visão serena do passado e subverte o pensamento colectivo, uma vez que todos os discursos ideológicos instrumentalizam o passado, projectando uma visão imaginária que deforma a veracidade histórica.

Ao percorremos estas efemérides constatámos que, na conexão criada entre outras épocas históricas e o 25 de Abril, estabeleceu-se uma relação de consanguinidade que unia o passado e o futuro a um presente que permanecia indissolúvel. Uma ideia de modernidade ter-se-ia afirmado em alguns tempos históricos (1383, 1640, 1820 e 1910) constituindo uma herança histórica que se corporizava ideologicamente no 25 de Abril. Por outro lado, averiguamos que também existiu uma relação de conflitualidade para com duas épocas históricas que transportavam uma ideia de contra-modernidade (1580 com a perda da independência nacional e 1926 com o advento da ditadura), em relação à qual o 25 de Abril teria estabelecido uma ruptura ideológica.⁷⁰ Ou seja, temos dois tipos de passados, o passado mais antigo e o mais recente. Essa divisão do passado também apresentou leituras diferentes da memória do 25 de Abril. Temos uma memória que se apresentou como um campo de batalha, porque se digladiava com a efeméride tendo em vista o retorno ao passado (1580 e 1926). Por outro lado, temos uma memória que se apresentou como uma balança, na qual o 25 de Abril equilibrou o peso entre o passado mais antigo (1383 e 1640) e o mais recente (1820 e 1910) estabelecendo uma continuidade. Esta busca do presente eterno revelava uma visão do tempo histórico contínuo que procurava nos feitos gloriosos do seu passado um horizonte de expectativa em relação ao futuro. Com um conhecimento de causa dos acontecimentos pretéritos, o indivíduo podia lembrar o que foi esquecido para justificar a necessidade de uma

⁶⁹ CRUZEIRO, Maria Manuela, “O Imaginário Político do 25 de Abril”, *Revista de História das Ideias*, vol. 16, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1994, p. 443.

⁷⁰ NEVES, José, “Marxismo”, *Dicionário de Historiadores Portugueses* (coord. de Sérgio Campos Matos), http://dichp.bnportugal.pt/tematicas/tematicas_marxismo8.htm, p. 8. [Acedido em 9 de Março de 2015].

mudança que trouxesse a modernidade de outrora (1383, 1640, 1820 e 1910) e que foi interrompida por um período que travou a marcha do progresso e acelerou a decadência nacional (1580, 1926).⁷¹

3.2. Comemorações de rua: que tipo de iniciativas foram tomadas?

As comemorações de rua eram cerimónias simples que se diferenciavam da solenidade e do carácter institucional das comemorações oficiais. Por um lado, as suas actividades tinham como finalidade a quebra da rotina diária dos cidadãos e a possibilidade de lhes proporcionar momentos de confraternização social e de vivência em comunidade. Por outro lado, revestiam-se de um carácter simbólico onde esses mesmos cidadãos partilhavam os seus sentimentos pátrios e expressavam as suas emoções através do gesto, da palavra de ordem e das imagens que, a seu ver, tinham significado histórico.⁷²

Os ritos que evocavam ou perpetuavam esta memória social eram também variados e não nos permitiam traçar um panorama específico para este tipo de comemoração, tal como o tipo de iniciativas que foram levadas a cabo pelos seus autores que, por sua vez, também podiam ser diversas, assim como às formas usadas para evocar uma efeméride. Por isso as festividades de rua que corriam em torno de uma determinada data histórica, podiam partir da espontaneidade popular, tal como podiam ser da iniciativa de grupos políticos diversos, o que dava a este tipo de cerimónias uma determinada conotação político-ideológica consoante as individualidades que tinham a responsabilidade de as organizar. Os ritos também tinham tendência a tornar-se repetitivos revelando uma continuidade com o passado, senão mesmo a reivindicação dessa continuidade dos actos pretéritos.⁷³ Nas comemorações do 25 de Abril esta lógica ritualista não fugiu à regra.

Mantiveram-se alguns hábitos tradicionais como concentrações de civis em lugares simbólicos da efeméride, pese embora este ritual se tenha mantido durante os dois primeiros anos de liberdade fruto do ambiente sociopolítico revolucionário que se vivia em Portugal, pelo menos até às primeiras eleições legislativas em 25 de Abril de

⁷¹ CATROGA, Fernando, *Os passos do homem como restolho do tempo [...]*, pp. 27-28.

⁷² JOÃO, Maria Isabel, *Memória e Império [...]*, pp. 255-256.

⁷³ CONNERTON, Paul, *Como as Sociedades Recordam*, 2ª Ed., Oeiras, Celta Editora, 1999, pp. 51-52.

1976. Desse modo, percebemos que as primeiras comemorações do 25 de Abril foram efectivamente populares.

Logo no primeiro aniversário do 25 de Abril em Lisboa, a população privilegiou lugares como o Rádio Clube Português logo designada de «Emissora da Liberdade», a Emissora Nacional e a R.T.P. que responderam a essa concentração e evocaram, depois da meia-noite, os principais acontecimentos do 25 de Abril entoando a «Grândola, Vila Morena». O Palácio de Belém foi outro dos locais de concentração, onde se encontravam em reunião membros do Conselho da Revolução como o Presidente da República general Costa Gomes, o Primeiro-Ministro general Vasco Gonçalves, o comandante do COPCON (Comando Operacional do Continente) brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho e ainda o almirante Rosa Coutinho. A população apercebeu-se dessa reunião e desfilou até ao Palácio de Belém para vitoriar o Movimento das Forças Armadas e o 25 de Abril. Estes dirigentes políticos ao aperceberem-se do entusiasmo da multidão que ali os ovacionava, abriram a varanda do Palácio e saudaram a população presente. Foram também proferidos discursos ao povo lisboeta onde se manifestou a continuidade da designada «Aliança Povo – MFA» e o combate à «reação» (slogans daquela época), relembrando os acontecimentos de 28 de Setembro e 11 de Março onde a revolução foi posta em causa.⁷⁴

No Porto a forma de comemorar a efeméride foi idêntica, uma vez que a população portuense concentrou-se na Praça Humberto Delgado para depois se deslocar para a Praça da República em frente ao Quartel-General da Região Militar do Porto. O brigadeiro Eurico Corvacho, comandante da Região Militar do Norte, ao aperceber-se do desfile civil e a pedido da respectiva população, mandou hastear a Bandeira Nacional e iluminar o edifício, além de ter discursado à população ali presente para agradecer a sua manifestação de regozijo ao 25 de Abril. A população portuense ovacionou as Forças Armadas e entoou o Hino Nacional ao mesmo tempo que se hasteava a bandeira.⁷⁵

Todavia é pertinente perguntar qual a razão de fundo para a escolha destes locais? Qual foi a sua importância histórica? Porque é que estas individualidades militares discursavam à população?

⁷⁴ *República*, Lisboa – 26 de Abril de 1975, p. 10; *Diário de Lisboa*, Lisboa – 26 de Abril de 1975, p. 9; *Diário de Notícias*, Lisboa – 25 de Abril de 1975, p. 9; *O Século*, Lisboa – 25 de Abril de 1975, p. 3.

⁷⁵ *O Primeiro de Janeiro*, Porto – 25 de Abril de 1975, p. 9; *O Comércio do Porto*, Porto – 25 de Abril de 1975, p. 2; *Jornal de Notícias*, Porto – 25 de Abril de 1975, p. 5.

Estes lugares foram marcantes ou mesmo decisivos nas operações militares do 25 de Abril de 1974. A ocupação dos principais meios de comunicação social (Rádio Clube Português, Emissora Nacional e R.T.P.) pelas unidades militares pertencentes ao M.F.A. foram fundamentais para catalisar o apoio popular e dissuadir qualquer oposição das forças fiéis ao governo de Marcelo Caetano.⁷⁶ A ocupação do Quartel-General da Região Militar do Porto também foi primordial na madrugada de 25 de Abril, uma vez que o transformou no centro de comando das operações militares no Norte do País.⁷⁷ Por outro lado, a escolha da Praça Humberto Delgado podia ter sido espontânea, não obstante o seu nome ter sido associado à forte campanha presidencial que o mesmo realizou no Porto nas eleições de 1958. Assim sendo, esta escolha popular podia constituir uma estratégia de memória, já que o seu nome esteve ligado à resistência à ditadura.

Os discursos feitos por estes intervenientes do MFA foram pedidos e aclamados pela população, por terem sido figuras cimeiras do novo regime inaugurado no 25 de Abril e por terem representado o heroísmo militar desse acto histórico. Esse heroísmo era evidenciado no enaltecimento dos valores pátrios identificados no Hino Nacional e no hasteamento da Bandeira.

A este simbolismo tradicional juntaram-se novas formas de evocar uma efeméride. Nas festividades populares do 25 de Abril foram utilizados cravos vermelhos nos actos eleitorais de 1975 e 1976 e entoaram-se músicas emblemáticas como a «Grândola, Vila Morena» de José Afonso como referimos atrás, mas também a Internacional e outras canções revolucionárias. Desse modo a Emissora Nacional, para comemorar o primeiro aniversário do 25 de Abril, na sua rubrica «Música na Noite» transmitiu actuações ao vivo de José Afonso, Sérgio Godinho e Francisco Fanhais. Essa

⁷⁶ A Rádio Clube Português foi ocupada por um grupo de comandos constituído para esse mesmo efeito, tendo o major Costa Neves comandado essa missão. O cerco e protecção feita a este meio de comunicação foi levado a cabo por uma companhia do Batalhão de Caçadores 5 comandada pelo major Cardoso Fontão. A Emissora Nacional foi ocupada por uma companhia do Campo de Tiro da Serra da Carregueira comandada pelos capitães Oliveira Pimentel e Frederico Morais. A RTP foi ocupada por uma companhia da Escola Prática de Administração Militar comandada pelo capitão Teófilo Bento. REIS, António, “A ocupação da RTP”, *História Contemporânea de Portugal* (dir. de João Medina), vol. 7, Lisboa, Amigos do Livro, 1990, pp. 13-14. Idem, “O «República» em 25 de Abril”, *República*, Lisboa – Edição Especial 25 de Abril de 1980, p. 12; “EPAM ocupa RTP”, 1974. [Online] Disponível em: <http://www.25abril.org/a25abril/index.php?content=205> [Acedido em 18 de Março de 2015].

⁷⁷ DUARTE, António de Sousa; SERAFIM, João Pedro, *Confissões do 25 de Abril*, Lisboa, Âncora, 1999, p. 21; AFONSO, Aniceto, “O Portugal de Abril”, *História Contemporânea de Portugal* (dir. de João Medina), vol. 7, Lisboa, Amigos do Livro, 1990, p. 9.

actuação foi também acompanhada de uma entrevista aos próprios em que rememoraram a sua resistência ao regime autoritário.⁷⁸

Em 1976 uma Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Campolide em colaboração com as comissões de moradores e clubes daquele bairro, organizou uma festa popular onde se evocou o segundo aniversário do 25 de Abril com canções revolucionárias, foram lidos textos e projectaram-se filmes. Nessa festa popular estiveram presentes várias figuras ligadas à música e poesia popular portuguesa como José Carlos Ary dos Santos, Fernando Tordo, José Afonso entre outros. A apresentação ficou a cargo de Luís Filipe Costa.⁷⁹ O Núcleo de Antifascistas da Freguesia de S. Francisco Xavier também promoveu um programa de festividades do mesmo teor e que constou da exibição do filme «O Couraçado de Potemkine», de uma sessão de canto livre e outra sessão de esclarecimento com elementos da Associação de Familiares dos Militares e Civis Revolucionários Presos.⁸⁰ Esta sessão vinha na sequência de uma sugestão de José Carlos de Vasconcelos como forma de comemorar a revolução, no sentido de amnistiar todos aqueles que participaram no 25 de Abril e que também estiveram implicados nos períodos conturbados do PREC como o 11 de Março e o 25 de Novembro.⁸¹

As romagens aos cemitérios públicos e a outros lugares simbólicos constituíram um culto em homenagem a personalidades que se destacaram de algum modo no passado, o que os diferenciava do cidadão comum. Este tipo de evocações de carácter político e afectivo pretendiam mostrar o orgulho no passado e na herança histórica que deixaram aos seus contemporâneos. Por isso a veneração dos «heróis ausentes» representou o reconhecimento dos contributos que os mesmos deram ou tentaram dar em nome do progresso da Nação e da humanidade. A recordação do morto mostrava também que o seu exemplo tinha de ter continuidade, no sentido de deixar o mundo um pouco melhor no futuro.⁸²

Nas comemorações do 25 de Abril existem exemplos concretos desse ritual que não era novo e que se tornou um fenómeno repetitivo. A cidade do Porto tornou esta iniciativa um ritual constante.

⁷⁸ *Diário Popular*, Lisboa – 24 de Abril de 1975, p. 3; *Diário de Lisboa*, Lisboa – 24 de Abril de 1975, p. 20.

⁷⁹ *Diário de Lisboa*, Lisboa – 24 de Abril de 1976, p. 10; *Diário de Notícias*, Lisboa – 24 de Abril de 1976, p. 6.

⁸⁰ *Diário de Notícias*, Lisboa – 24 de Abril de 1976, p. 7.

⁸¹ *Diário Popular*, Lisboa – 23 de Abril de 1976, p. 3; *O Jornal*, Lisboa – 23 a 29 de Abril de 1976, p. 3.

⁸² CATROGA, Fernando, *O céu da memória. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911)*, Coimbra, Minerva, 1999, pp. 171-172.

Em 1977 a Comissão Coordenadora das Jornadas Antifascistas promoveu então uma romagem aos cemitérios da cidade portuense, com vista a homenagear três vultos que simbolizaram a resistência ao regime como António Luís Gomes, Guilherme da Costa Carvalho e Carlos Cal Brandão. Um representante desta comissão de seu nome José Honório proferiu algumas palavras de rememoração dessa luta contra a ditadura junto ao monumento aos mortos do 31 de Janeiro de 1891. Outros representantes como Virgínia Moura e Ruy Luís Gomes também discursaram junto aos mausoléus de Guilherme da Costa Carvalho e António Luís Gomes, tal como Manuel Ramos, Vice-Governador Civil do Porto que discursou junto ao túmulo de Carlos Cal Brandão. Na cerimónia estiveram presentes também outras figuras ligadas à oposição à ditadura, tais como Sarmento Pimentel e José Morgado. A Câmara Municipal do Porto também se fez representar por membros da vereação, pelo Governador Civil do Porto Mário Cal Brandão e pelo vice-governador como já referimos, o que deu a esta iniciativa popular uma marca política. A seguir aos discursos proferidos depositou-se, de forma simbólica, cravos vermelhos nos seus túmulos.⁸³

No entanto, qual foi o critério que presidiu à escolha destes três homens? O que é que os diferenciava do cidadão comum?

Estes homens representaram a memória e a história da resistência antifascista e republicana ao regime salazarista, uma vez que promoviam os seus combates oposicionistas, sobretudo a partir da cidade portuense, granjeando prestígio perante os seus contemporâneos.⁸⁴

A estas manifestações de memória promoveram-se também, homenagens aos combatentes antifascistas junto às instalações da ex-PIDE-DGS, na altura o Museu Militar do Porto, onde também se proferiram discursos. No primeiro ano em que o 25 de Abril passou a ser festejado como Dia da Liberdade (1978) uma comissão afecta à U.D.P. efectuou na cidade do Porto uma «Marcha da Liberdade» que se iniciou na Praça da Liberdade e seguiu até à antiga sede da PIDE-DGS. Nessa mesma marcha procedeu-

⁸³ *O Primeiro de Janeiro*, Porto – 27 de Abril de 1977, p. 8; *Jornal de Notícias*, Porto – 27 de Abril de 1977, pp. 3-4; *O Comércio do Porto*, Porto – 25 de Abril de 1977, p. 7.

⁸⁴ Carlos Cal Brandão foi um advogado que desde cedo aderiu às ideias republicanas, sendo que, esteve preso durante a ditadura, em virtude de ter participado na tentativa revolucionária de 26 de Agosto de 1931, sendo condenado à deportação para Cabo Verde e Timor, interveio fortemente nas campanhas presidenciais de Norton de Matos e Humberto Delgado e voltou a ser detido em 1961 por ter sido um dos signatários do Programa para a Democratização da República; António Luís Gomes foi um prestigiado republicano que combateu a monarquia e que ocupou cargos políticos durante a I República; Guilherme da Costa Carvalho foi um destacado militante do PCP que esteve preso no Tarrafal e que fugiu do Forte de Peniche em 1961.

se à «queima simbólica do fascismo» lançando-se fogo a três gigantones que representavam Américo Thomaz, Salazar e um pido anónimo. De seguida usariam da palavra Mário Brochado Coelho, Abel Fortuna (deficiente das Forças Armadas) e Alberto Martins.⁸⁵ Em Coimbra procedeu-se ao mesmo tipo de iniciativa, queimou-se um enorme boneco que simbolizava três cabeças de individualidades políticas ligadas ao Estado Novo. Estes momentos foram assinalados com a palavra de ordem «Fascismo nunca mais» e a entoação de «Grândola, Vila Morena». De destacar também, nestas festividades conimbricenses, a inauguração de três exposições, sendo que uma delas evocou o campo de concentração do Tarrafal.⁸⁶ Mas qual foi o significado desta iniciativa? Que tipo de memória representava esta queima do «Fascismo»? Admitimos a possibilidade de esta iniciativa estar ligada à simbologia do fogo como motor de regeneração, na qual a luz se sobrepunha às trevas. Por outro lado, consideramos que a utilização deste ritual, especialmente em Coimbra, estivesse ligada a uma tradição académica: a Universidade de Coimbra foi até 1911, a única universidade do país e, portanto, um grande centro em que se afirmaram ideias ligadas ao progresso e à modernidade.

Na comemoração da primeira década em liberdade, na tradicional evocação dos presos políticos no Porto promovida pela União dos Resistentes Antifascistas Portugueses, Ruy Luís Gomes invocou a necessidade de se criar um Museu do «Fascismo» e Virgínia Moura depositou uma coroa de flores junto ao Museu Militar (antiga sede da PIDE-DGS).⁸⁷ Contudo qual foi o significado desta iniciativa em termos de política de memória? O «Fascismo» não representou o tal passado com o qual se quis romper? Interpretamos esta iniciativa de Ruy Luís Gomes como uma representação daquilo que fora a ditadura e os seus mecanismos, para as gerações mais jovens que não tinham vivido esse regime. Por outro lado, pretendia-se lembrar aos mais descrentes do 25 de Abril, fruto do clima de austeridade que se viveu em 1984, que as vicissitudes do presente eram superáveis em democracia, ao contrário das que se viveram no passado.

Não obstante, estas manifestações cívicas não passaram apenas por romagens a cemitérios e evocações de figuras do passado em lugares específicos. Também se caracterizaram por espectáculos com fogos de artifício e iluminações de edifícios públicos, actividades recreativas para crianças e adultos, como visitas gratuitas a

⁸⁵ *O Primeiro de Janeiro*, Porto – 25 de Abril de 1978, p. 9; *Jornal de Notícias*, Porto – 27 de Abril de 1978, p. 8.

⁸⁶ *Diário Popular*, Lisboa – 26 de Abril de 1978, p. 9; *O Diário*, Lisboa – 26 de Abril de 1978, p. 14.

⁸⁷ *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1984, p. 4.

museus, passeios fluviais e teatro, provas desportivas e paradas de carros alegóricos. Este tipo de iniciativas eram levadas a cabo por câmaras municipais ou outras comissões criadas para o efeito, que elaboravam os seus programas comemorativos. Eram um tipo de actividades que proporcionavam aos cidadãos o espírito de partilha e de comunhão de afectos, ligavam várias gerações entre si e ofereciam ao imaginário colectivo formas diferentes de celebrar o presente e conceber o seu futuro.

Por isso no terceiro aniversário do 25 de Abril a Câmara Municipal de Lisboa programou as actividades comemorativas a pensar nas crianças. Houve visitas guiadas para elas a museus da cidade como o Museu dos Coches, da Marinha, Museu Militar e da Fundação Gulbenkian. Programaram-se ainda passeios fluviais e teatro infantil na Praça do Comércio, Alameda Afonso Henriques e Praça do Império.⁸⁸

Em 1979 as Câmaras Municipais de Lisboa, Porto e Coimbra tiveram papel preponderante na organização das festividades. Pela segunda vez, a Câmara Municipal de Lisboa promoveu fogos de artifício no Terreiro do Paço assinalando a madrugada de 25 de Abril, escutando-se várias vezes «Grândola, Vila Morena», «Marcha do M.F.A.» e outras composições militares, variados concertos, passeios fluviais no Estuário do Tejo, teatro infantil, visitas livres aos navios da Doca da Marinha, visitas gratuitas a museus e ao jardim zoológico, o funcionamento das fontes luminosas de Belém e da Alameda Afonso Henriques e, ainda provas desportivas como a «Corrida da Liberdade» que continha três percursos diferentes: Terreiro do Paço, Quartel do Carmo e Quartel da Pontinha, locais que se tornaram importantes aquando do 25 de Abril de 1974. De registar ainda as presenças, aquando do fogo de artifício lançado no Terreiro do Paço, de conselheiros da revolução como Vasco Lourenço e Vítor Alves e ainda Otelo Saraiva de Carvalho.⁸⁹ No Porto o executivo camarário continha também no seu programa comemorativo provas desportivas como a «Corrida da Liberdade», que tinha início na Praça da Liberdade, percorria a Praça General Humberto Delgado⁹⁰ e terminava na Avenida dos Aliados, e um cortejo alegórico que integrou 24 carros com referências à Reforma Agrária e um painel de grandes dimensões onde se podia ler «Com a Constituição – 25 de Abril Sempre». Em Coimbra a câmara municipal promoveu a

⁸⁸ *Jornal Novo*, Lisboa – 23 de Abril de 1977, p. 10; *Diário Popular*, Lisboa – 26 de Abril de 1977, p. 4.

⁸⁹ *Diário Popular*, Lisboa – 26 de Abril de 1979, p. 8; *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1979, p. 5; *Jornal Novo*, Lisboa – 26 de Abril de 1979, p. 16.

⁹⁰ De referir que a Praça Humberto Delgado só foi assim designada a partir de 1975, denominando-se anteriormente Praça Sidónio Pais (e mais tarde do Município), que coincidiu com a sua própria inauguração, em 1917, ano da elevação da República Nova sidonista, na sequência do derrube do governo do Partido Democrático de Afonso Costa.

comemoração da efeméride com a inauguração da «Casa de Artesanato da Região de Coimbra» e abriu à população o Arquivo Histórico Municipal. A registar ainda que a comissão promotora das comemorações do 25 de Abril na cidade do Mondego, distribuiu um documento subscrito por 41 elementos do sector intelectual. Estes intelectuais saudariam o 25 de Abril pela libertação do povo e as organizações populares porque implantaram uma democracia que conduziu a uma sociedade mais justa.⁹¹

Estes rituais tornaram-se repetitivos, apesar da maior preponderância das paradas de carros alegóricos no Porto, ainda que as provas desportivas tivessem tido relevo tanto no Porto, como em Lisboa. Não obstante, estes elementos festivos teriam inovações de modo a não se tornarem monótonos. Assim sendo, no décimo aniversário da revolução, a Associação 25 de Abril promoveu a I Meia-Maratona em Lisboa, com partida da Trafaria e chegada ao Terreiro do Paço, provas de ciclismo com início em Santarém e Mafra e chegada a Lisboa e ainda a VII Corrida da Liberdade.⁹² Outra das inovações encontradas nas provas desportivas destas comemorações foram as «Estafetas da Liberdade» realizadas em Évora. Esta prova tinha início no Monte Sobral em Alcáçovas, local simbólico, uma vez que foi lá que ocorreu a primeira reunião do Movimento dos Capitães a 9 de Setembro de 1973.⁹³ De sublinhar ainda que, em Aveiro pelo sexto aniversário do 25 de Abril, uma comissão promotora das manifestações aveirenses organizou uma sessão pública em frente ao obelisco aos Mártires da Liberdade, na qual discursou o conselheiro da Revolução Pezarat Correia. Nesse discurso recordou a longa tradição antifascista da região, tradição essa bem patente com a realização do 3º Congresso da Oposição Democrática ao Estado Novo em Fevereiro de 1973 (congresso esse que foi violentamente reprimido pela polícia de choque). Além disso Pezarat Correia aproveitou o seu discurso para evocar os nomes de dois conceituados aveirenses como José Estevão e Mário Sacramento, enaltecendo o papel desempenhado pelos mesmos na defesa de princípios democráticos, cada um no seu próprio tempo.⁹⁴

⁹¹ *Diário de Lisboa*, Lisboa – 26 de Abril de 1979, p. 10; *Jornal Novo*, Lisboa – 26 de Abril de 1979, pp. 9, 16; *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1979, p. 5; *Jornal de Notícias*, Porto – 27 de Abril de 1979, p. 5.

⁹² *Diário de Notícias*, Lisboa – 25 de Abril de 1984, p. 3.

⁹³ *A Capital*, Lisboa – 26 de Abril de 1985, p. 3.

⁹⁴ *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1980, p. 10; *Diário Popular*, Lisboa – 26 de Abril de 1980, p. 11; *Diário de Lisboa*, Lisboa – 26 de Abril de 1980, p. 11; *Jornal de Notícias*, Porto – 27 de Abril de 1980, p. 7; “3º Congresso da Oposição Democrática”, Aveiro – 1973. [Online] Disponível em: <http://www.25abril.org/a25abril/index.php?content=196> [Acedido em 18 de Março de 2015].

As formas de reerguer os «heróis ausentes» e de lhes dar um lugar onde a sua memória permanecesse intemporal não passou só pela romagem aos cemitérios. A luta contra o esquecimento também passou por comícios de homenagem promovidos por variadas comissões, a que se associavam organizações e individualidades políticas de forma autónoma, e pela *metamemória*, isto é pela representação ou exposição da sua imagem através do monumento como forma de perpetuar a sua lembrança.⁹⁵

Em Lisboa pelo terceiro aniversário do 25 de Abril, uma Comissão Organizadora, que obteve o apoio político de partidos da Esquerda Revolucionária como o M.E.S. e a U.D.P., e de militares de Abril como Otelio Saraiva de Carvalho, Dinis de Almeida, Rosa Coutinho e Eurico Corvacho, promoveu um cortejo cívico pela capital lisboeta. Foram percorridas várias artérias de Lisboa como o edifício onde funcionou o jornal *República* na Rua da Misericórdia e a Rua Sampaio e Pina onde funcionou a Rádio Clube Português.⁹⁶ Nesse local, Joaquim Furtado como locutor dessa rádio, fez a leitura do primeiro comunicado do M.F.A., tal como o tinha feito havia três anos, tendo de seguida sido entoada a «Grândola, Vila Morena».⁹⁷ Posteriormente, os manifestantes iniciaram o desfile até à Rua António Maria Cardoso, antiga sede da PIDE-DGS. Aí foi descerrada uma lápide em homenagem aos quatro mortos feitos pela polícia política no dia 25 de Abril de 1974. Fez-se um minuto de silêncio em sua memória e depois um ex-presos político fez questão de relembrar o acontecimento. Por fim, a mesma comitiva efectuou outra passagem na Rua da Misericórdia para recordar a queda da censura. No local usou da palavra Cesário Borga para explicar que, na sua óptica, havia uma contradição entre a repressão dos «Coronéis do Lápis Azul» sobre os intelectuais progressistas e a liberdade de imprensa dada naquela altura aos protagonistas do antigo regime.⁹⁸

No Barreiro por iniciativa dos corpos gerentes da Sociedade «Os Picheleiros» e de uma Comissão de Moradores, que teve o apoio da União de Resistentes Antifascistas Portugueses, realizou-se um comício de homenagem às vítimas do campo de concentração do Tarrafal. Assistiram a essa sessão várias personalidades ligadas à resistência antifascista, membros do P.C.P. e ainda o comandante Costa Santos.

⁹⁵ CATROGA, Fernando, *Os passos do homem como restolho do tempo [...]*, pp. 11, 22.

⁹⁶ SIC, “A Hora da Liberdade, 25-04-1974 – 03:00 2/3”, 1999. [Online] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2Kp6h5vPpIk> [Acedido em 19 de Março de 2015].

⁹⁷ “Primeiro Comunicado do Movimento das Forças Armadas”, 1974. [Online] Disponível em: <http://www.rtp.pt/arquivo/index.php?article=433&tm=34&visual=4> Colecção 25 de Abril de 1974 [Acedido em 17 de Março de 2015].

⁹⁸ *Jornal Novo*, Lisboa – 26 de Abril de 1977, p. 8; *A Luta*, Lisboa – 26 de Abril de 1977, p. 6; *O Dia*, Lisboa – 26 de Abril de 1977, p. 3.

Algumas dessas personalidades intervieram nesse comício como Daniel Cabrita, João Borda e Francisco Miguel para recordarem os antigos companheiros e historiarem o que foi o Tarrafal. Foi ainda lida uma moção das organizações que promoveram esta iniciativa, onde se propunha à Câmara Municipal do Barreiro que indicasse o local onde seria erguido um monumento às vítimas do Tarrafal. Por fim, o Presidente do Município Hélder Madeira encerrou o comício com um discurso sobre o 25 de Abril.⁹⁹

Um dos elementos centrais deste tipo de comemorações populares foram os cortejos ou manifestações cívicas que terminavam em comícios. Era um ritual com raízes históricas profundas, conotado nas suas origens com práticas ancestrais. Também era um rito que, embora secularizado, de algum modo pode relacionar-se com os cortejos religiosos - em que os manifestantes mostravam a sua fé. Esta comparação com cortejos religiosos terá a sua razoabilidade, uma vez que os cidadãos que participavam nestas jornadas cívicas mostravam confiança em algo ou alguém que lhes pudesse proporcionar uma vida melhor. Além disso estes desfiles destinavam-se sempre a um lugar de culto ou sacralizado onde se reafirmavam os seus valores e se defendia a unidade em torno dos objectivos que os levavam aquele lugar simbólico.¹⁰⁰

As comemorações populares do 25 de Abril, no início da década de 80, passaram a ser coordenadas por dirigentes políticos de esquerda e militares de Abril, o que lhe deu forte marca política e relegou a espontaneidade popular para uma posição secundária. O cidadão comum passou apenas a participar nesse cortejo cívico e não a organizá-lo. Passou a existir uma Comissão Executiva constituída por militares do M.F.A. (ao mesmo tempo conselheiros da Revolução) e democratas de várias tendências políticas de esquerda que organizavam as festividades. Estas manifestações formavam um cortejo cívico que se iniciava no Marquês de Pombal, percorria a Avenida da Liberdade e terminava no Rossio com um comício. Nesse local tinha lugar uma sessão pública de homenagem aos Capitães de Abril e o comício encerrava com um discurso de um membro da Comissão Organizadora (fosse militar de Abril ou um cidadão político de reconhecido mérito). Nesse discurso era reafirmada a unidade em torno dos valores de Abril, lembravam-se os tempos tenebrosos do anterior regime como chamada de atenção para os perigos da « reacção », criticavam-se os governos da A.D. e do Bloco Central por aplicarem políticas que não respeitavam o espírito democrático do 25 de

⁹⁹ *Jornal de Notícias*, Porto – 27 de Abril de 1977, p. 4.

¹⁰⁰ CATROGA, Fernando, “Ritualizações da História”, *História da História em Portugal [...]*, pp. 628-629; CATROGA, Fernando, *Ensaio Respublicano*, Lisboa, FFMS, 2011, pp. 20-21.

Abril e o seu povo, gritavam-se várias palavras de ordem e entoava-se a «Grândola, Vila Morena».

Assim sendo em 1982 a manifestação popular foi encabeçada por todos os membros do Conselho da Revolução e uniu os vários partidos de esquerda (desde a U.D.P. à A.S.D.I.), mas também gerou polémica.¹⁰¹ A cabeça do desfile trazia também uma faixa com a inscrição «25 de Abril – Festa da Liberdade» e eram gritadas palavras de ordem como «Somos muitos, muitos mil, para construir Abril», «Unidade, unidade» e «MFA, MFA». No comício promovido no Rossio discursaram, pelo lado do M.F.A., Vasco Lourenço e Vítor Crespo, para elogiarem o património construído após o 25 de Abril como a restituição das liberdades fundamentais e o fim da guerra colonial. Referiram ainda que o M.F.A. não desapareceria, apesar do fim do Conselho da Revolução com a revisão constitucional. Passaria antes a existir um M.F.A. mais cívico e empenhado na defesa do espírito da revolução. Os representantes partidários como Manuel Alegre, Eduardo Lourenço, César Oliveira e Maria Aboim Inglês reafirmariam a importância dos princípios que nortearam o 25 de Abril, a urgência da demissão do Governo de Pinto Balsemão e a marcação de eleições legislativas antecipadas.¹⁰²

Nesse tradicional desfile popular do Marquês de Pombal até ao Rossio, aquando da comemoração do décimo aniversário do 25 de Abril, existiu na frente da manifestação, uma viatura simulando uma chaimite seguindo-se-lhe uma faixa verde-rubra com a inscrição «Com o povo, Abril vencerá». Mas porquê o uso desta viatura militar? Qual a sua importância histórica? A chaimite representou um símbolo importante na história e na memória do 25 de Abril, porque recordou o momento em que, na tarde de 25 de Abril de 1974, a chaimite «Bula» transportou do Quartel do Carmo o Presidente do Conselho Marcelo Caetano e outros ministros sob prisão e escoltados pela Escola Prática de Cavalaria de Santarém comandada por Salgueiro Maia, constituindo o momento decisivo da queda do regime.¹⁰³

Encabeçaram essa manifestação vários militares da Associação 25 de Abril (que foi criada em 1982) como Vítor Alves, Vasco Lourenço, Vítor Crespo, Pezarat Correia e Carlos Fabião e numerosas personalidades políticas de esquerda. No comício realizado

¹⁰¹ Essa polémica advinha da presença de Otelo Saraiva de Carvalho que pretendia encabeçar o desfile popular juntamente com os outros militares de Abril, mas a sua presença suscitou divergências entre alguns figurantes do desfile, o que levou Otelo a afastar-se.

¹⁰² *Diário Popular*, Lisboa – 26 de Abril de 1982, p. 5; *A Capital*, Lisboa – 26 de Abril de 1982, p. 6; *Diário de Lisboa*, Lisboa – 26 de Abril de 1982, p. 8; *A Tarde*, Lisboa – 26 de Abril de 1982, p. 11.

¹⁰³ “Filme 4 – O dia 25 de Abril”, 1974. [Online] Disponível em: <http://www.25abril.org/a25abril/index.php?content=206> [Acedido em 18 de Março de 2015].

no Rossio usaram da palavra Carlos Fabião, como representante da Associação 25 de Abril e políticos como José Medeiros Ferreira, Maria de Lourdes Pintassilgo, Mário Tomé, Henrique de Barros entre outros. Todos prestariam homenagem ao M.F.A. e ao 25 de Abril e rememoraram a resistência ao regime e o seu posterior derrube, sendo unânime a união e defesa de um projecto democrático que dez anos antes havia nascido com a revolução. Por outro lado, existiu a necessidade de rejuvenescer a memória que, nesses tempos vinha sendo delapidada pela crise vivida em Portugal, mas também pela alegada desconsideração do Governo do Bloco Central (P.S.-P.S.D.) em relação aos militares.¹⁰⁴

Outras práticas que encontramos nestas comemorações populares do 25 de Abril foram os almoços de convívio entre os Capitães de Abril. Esses almoços comemorativos fortaleciam a união que tinham tido quando levaram a cabo o 25 de Abril e que se tinha desvanecido ao longo dos anos por divergências de foro político-ideológico. Há que salientar também que, em meados da década de 80, assistiu-se a vigílias populares em Lisboa feitas a Otel Saraiva de Carvalho que se encontrava detido no Forte de Caxias, acusado por indícios de participação em crimes cometidos pelas FP 25 de Abril. Acusações essas que Otel refutou numa entrevista dada dentro do Forte de Caxias, estabelecimento prisional onde Otel se encontrou detido.¹⁰⁵ Um exemplo nítido da união dos militares de Abril foi o almoço realizado em Santarém (cidade de onde partiu a Escola Prática de Cavalaria sob o comando de Salgueiro Maia)¹⁰⁶, que contou com a presença de vários oficiais do quadro permanente e milicianos, de Otel Saraiva de Carvalho (comandante operacional do 25 de Abril) e também do Presidente da República general Ramalho Eanes. Este almoço foi organizado por uma comissão constituída por oficiais como Vasco Lourenço e Salgueiro Maia e teve a presença de vários políticos e artistas plásticos que criaram um gigantesco painel evocativo da efeméride. Nos discursos efectuados temos a destacar a intervenção de Vasco Lourenço que anunciou, nesse almoço a criação da Associação 25 de Abril, e a de Ramalho Eanes que explicou a sua participação naquele almoço como um dever ético, enquanto membro das Forças Armadas. Garantiu ainda que a revolução, apesar das tergiversações

¹⁰⁴ *Diário de Notícias*, Lisboa – 25 de Abril de 1984, p. 3; *Diário Popular*, Lisboa – 26 de Abril de 1984, p. 5; *Diário de Lisboa*, Lisboa – 26 de Abril de 1984, p. 6; *O Diário*, Lisboa – 26 de Abril de 1984, pp. 12-13; *A Capital*, Lisboa – 26 de Abril de 1984, p. 5; *O Primeiro de Janeiro*, Porto – 26 de Abril de 1984, p. 3; *Jornal de Notícias*, Porto – 26 de Abril de 1984, p. 3; *Expresso*, Lisboa – 28 de Abril de 1984, p. 5.

¹⁰⁵ *Grande Reportagem*, Lisboa – 8 a 14 de Março de 1985, p. 22.

¹⁰⁶ SIC, “A Hora da Liberdade, 25-04-1974 – 03:00 2/3”, 1999. [Online] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2Kp6h5vPpIk> [Acedido em 19 de Março de 2015].

ocorridas, valeu a pena ter sido feita e reafirmou o seu empenho na defesa das suas conquistas e vitalidades.¹⁰⁷

Exemplo da vigília feita a Otelo foi a que teve lugar em 1986. Foi promovida por quatro organizações: pela Comissão contra a Injustiça e a Repressão Políticas (CIRP), pela Solidariedade Contra a Repressão (SCR), pelo Secretariado para o Apoio a Otelo e pela Comissão de Familiares dos Presos Políticos. Deram o apoio a esta vigília antigos dirigentes do MFA como Melo Antunes e Vítor Alves, o ex-Presidente da Assembleia da República Vasco da Gama Fernandes, o ex-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa Aquilino Ribeiro Machado, o cantor José Afonso e vários actores. Foram lidas mensagens de solidariedade a Otelo por parte de Lindley Cintra, Vangelis Scoulas, presidente da Confederação das Uniões das Cooperativas Agrícolas da Grécia, do Comité Suíço pela Defesa do Direito de Asilo, do Comité Europeu pela Defesa dos Refugiados e Emigrados da Suíça e ainda do cantor catalão Pi de la Serra. Otelo agradeceu a solidariedade prestada e em mensagem lembrou a madrugada de 25 de Abril que libertou o povo português do obscurantismo a que esteve sujeito quase meio século e mostrou-se frustrado pelo facto dos portugueses ainda viverem em clima de liberdade vigiada. Garantiu ainda que continuaria a bater-se pela unidade em torno do 25 de Abril e pela dignidade dos portugueses.¹⁰⁸

Após esta triagem às comemorações populares do 25 de Abril concluímos que as variadas iniciativas levadas a cabo manifestaram um leque de continuidades fruto de uma herança historicista que percorreu várias efemérides da história contemporânea portuguesa. Mas também encontrámos algumas inovações como a entrega de cravos vermelhos a unidades militares, a entoação da «Grândola, Vila Morena» de José Afonso nas manifestações de rua e que se tornou um ícone em todos estes cortejos cívicos, os almoços comemorativos dos Capitães de Abril e as vigílias populares de apoio a Otelo Saraiva de Carvalho quando este se encontrou detido no Forte de Caxias. Algumas práticas comemorativas mais antigas também apresentaram criatividade na forma de representar este passado mais recente como as provas desportivas. Além disso as próprias manifestações de rua foram evoluindo de iniciativas populares espontâneas para comissões organizadas e coordenadas pela Associação 25 de Abril, sendo apoiadas

¹⁰⁷ *Diário Popular*, Lisboa – 26 de Abril de 1982, p. 5; *Diário de Lisboa*, Lisboa – 26 de Abril de 1982, p. 9; *A Capital*, Lisboa – 26 de Abril de 1982, p. 7; *O Diário*, Lisboa – 26 de Abril de 1982, pp. 10-13; *Portugal Hoje*, Lisboa – 27 de Abril de 1982, p. 4.

¹⁰⁸ *A Capital*, Lisboa – 26 de Abril de 1986, p. 5; *O Primeiro de Janeiro*, Porto – 26 de Abril de 1986, p. 6; *Expresso*, Lisboa – 25 de Abril de 1986, p. 2; *O Dia*, Lisboa – 25 de Abril de 1986, pp. 16-17.

por dirigentes partidários terminando sempre com comícios. Isto significa que passaram a ter uma representação política mais densa, o que não quer dizer que o povo não participasse nestas jornadas, simplesmente passou a ter menos preponderância na sua preparação. A constante romagem aos cemitérios públicos no Porto para homenagear figuras políticas que se destacaram na oposição ao regime criou também uma cultura de memória à resistência antifascista.

No entanto que razão levou à criação desta cultura na cidade portuense? Lisboa não evocava também este tipo de memória? Ou existiria alguma raiz histórica mais entrosada na cidade do Porto?

Ao contrário da capital, o Porto tinha de facto uma origem histórica que motivava estas evocações e que se baseava numa cultura revolucionária e numa memória republicana bastante enraizada no espírito dos portuenses. Exemplos nítidos dessas manifestações de memória foram o pronunciamento de 1820 do qual resultou a Revolução Liberal iniciada na cidade Invicta, a primeira tentativa revolucionária contra a Monarquia a 31 de Janeiro de 1891, a revolta de Fevereiro de 1927 contra a Ditadura Militar onde participariam Jaime Cortesão e Sarmento Pimentel e ainda as campanhas presidenciais dos generais Norton de Matos e Humberto Delgado em 1949 e 1958. Em suma, todas estas evocações visavam exprimir uma ruptura com o passado mais recente “(...) para reencontrar o passado antigo.”¹⁰⁹ Segundo Marc Augé o esquecimento do passado mais fresco na memória colectiva era um bom antídoto para a memória valorizar os acontecimentos do presente e concentrar as suas atenções num futuro que, sem renegar o seu património histórico, reafirmasse a identidade nacional.

Estas manifestações populares também veiculavam duas mensagens diferentes no seu significado mas que se entrecruzavam sempre: decadência e esperança. O síndrome da decadência nacional tinha vestígios ancestrais na mentalidade portuguesa, não sendo um facto singular, antes uma continuidade histórica. Os intelectuais oitocentistas já tinham diagnosticado esta patologia nos finais do século XIX, uma época em que a vida política e cultural do país, fruto da instabilidade económica e social, já estava em fase de declínio. Alguns dos sintomas dessa crise eram a apatia e o pessimismo, sinais de uma consciência de crise que geravam o sentimento comum de *Finis Patriae*. Este sentimento de perda da identidade nacional estendeu-se por todo o

¹⁰⁹ AUGÉ, Marc, *As formas do esquecimento*, Lisboa, Íman, 2001, p. 7.

século XX e era acompanhado por uma busca incessante de renovação, para evitar a fatalidade histórica da depressão nacional.¹¹⁰

Com o 25 de Abril abriu-se uma fase de redenção da vida nacional e de abertura a um tempo novo para Portugal. No entanto com as crises económicas de 1978 e 1984, a fase redentora da Revolução (1974-1976) fez rejuvenescer novamente o cenário de cataclismo nacional, isto é, uma fase dramática consubstanciada na ideia de que não existia futuro, acompanhada de uma visão catastrófica de retorno a um passado silencioso que se julgou enterrado pela substância do tempo. Por outro lado, o sentimento de esperança em relação ao 25 de Abril também era intrínseco ao povo, uma vez que se aguardava com confiança a retoma dos objectivos que o nortearam, criando um horizonte de expectativa em relação ao futuro. A consciência da regeneração do país buscava-se na valorização dos nossos antepassados e na identificação do seu exemplo para justificar a necessidade de uma renovação, daí a necessidade de evocar os «heróis ausentes».

Tanto o clima de degenerescência nacional como o da confiança no futuro também deram origem a uma exploração política dos sentimentos pátrios dos cidadãos recorrendo a derivações ideológicas da história. Esta construção de narrativas criou também uma memória de afecto e de conflito para com o 25 de Abril que se evidenciava tanto nas práticas comemorativas adoptadas, como nos depoimentos prestados acerca do acontecimento em causa.

Os portadores de uma memória mais apocalíptica do 25 de Abril eram os generais Kaúlza de Arriaga, Galvão de Melo e Diogo Neto. Kaúlza de Arriaga asseverou que com o 25 de Abril o país perdeu a sua soberania e independência nacional em virtude da descolonização que, por sua vez, acabou com o Império Português. Essa mesma descolonização também fez, a seu ver, com que Portugal perdesse a sua missão evangélica em África que caracterizou a sua história enquanto povo cristão.¹¹¹ Já Galvão de Melo e Diogo Neto encaravam esta data com a mesma desilusão, tendo em conta que as directrizes da revolta militar estavam por concretizar. Responsabilizavam por esse atraso os governos do general Vasco Gonçalves, considerando também que a euforia revolucionária de 1975 conduziu Portugal a uma

¹¹⁰ MATOS, Sérgio Campos, “*Finis Patriae* e consciência de crise no Portugal contemporâneo”, *Estudos do Século XX*, Nº 10, 2010, pp. 380-381.

¹¹¹ ARRIAGA, Kaúlza de, “Dez anos de 25 de Abril”, *O Dia*, Lisboa – 25 de Abril de 1984, p. 4; Idem, “idem”, *A Capital. 25 de Abril/10 Anos Depois – Paixão, Mito, Realidade*, Lisboa – 24 de Abril de 1984, p. II.

ambiguidade sem precedentes, dando como exemplo concreto desse clima instável a descolonização.¹¹²

Algumas das práticas comemorativas que ilustravam esta memória de conflito com o 25 de Abril foram: em 1978 um conjunto de indivíduos de Alcobaça quis comemorar o «24 de Abril» no largo fronteiro ao Centro de Trabalho do P.C.P. e destruiu a propaganda oficial do 25 de Abril.¹¹³ Em 1977 e 1982 vários militares conotados com as forças conservadoras promoveram uma manifestação de luto e uma missa na Basílica da Estrela. No 3º aniversário do 25 de Abril essa manifestação de luto teve lugar junto às estátuas de Afonso de Albuquerque e de Camões e constou de um minuto de silêncio pelo 25 de Abril. Esteve presente nessa manifestação o general Silvino Silvério Marques entre outros oficiais. Em 1982 a missa na Basílica da Estrela teve o intuito de homenagear os militares «perseguidos por Abril». Aderiram a esta cerimónia religiosa vários generais como Silvino Silvério Marques, Firmino Miguel, Soares Carneiro, Bettencourt Rodrigues entre outros.¹¹⁴

Em contraste total com este cenário apocalíptico estavam Artur Portela Filho e Eduardo Lourenço. Em 1977 o jornalista defendia que o 25 de Abril não podia ficar parado no tempo e devia continuar o seu processo de aceleração histórica. Ele consubstanciava-se com um projecto de futuro que havia sido consagrado na Constituição, não podendo assim considerar-se já memória, mas sim um plano que doravante permitiria a prosperidade e a estabilidade de Portugal. O autor acrescentava ainda que as suas comemorações não se podiam basear apenas em festividades de rua, antes num compromisso histórico para com o país, pois só desse modo a mobilização dos trabalhadores empreenderia a mudança que Portugal necessitava, fazendo do 25 de Abril uma efeméride que conferisse esperança e dinamismo ao seu povo.¹¹⁵ Eduardo Lourenço olhava para esta efeméride como o rejuvenescimento e a abertura do silêncio vivido em Portugal durante décadas. Não obstante em 1978, fruto da crise económica que alastrou no país, o autor alertou para a necessidade dos partidos de esquerda reinventarem uma nova revolução a partir de Abril. Nessa altura o clima de pessimismo que se viveu era aproveitado por forças do anterior regime para fragilizar a memória do

¹¹² MELO, Galvão de, “Duas revoluções entrelaçadas”, *O Diabo*, Lisboa – 27 de Abril de 1977, p. 4; NETO, Diogo, “Não tive participação directa no 25 de Abril”, *O Diabo*, Lisboa – 27 de Abril de 1977, p. 5.

¹¹³ *Diário de Lisboa*, Lisboa – 26 de Abril de 1978, p. 5.

¹¹⁴ *Jornal de Notícias*, Porto – 27 de Abril de 1977, p. 13; *O Dia*, Lisboa – 27 de Abril de 1982, p. 15.

¹¹⁵ FILHO, Artur Portela, “Que é feito do 25 de Abril?”, *Opção*, Lisboa – 28 de Abril a 4 de Maio de 1977, pp. 16-17.

25 de Abril, pelo que a esquerda não podia ficar na retaguarda a defender os princípios de Abril, antes devia combater tenazmente esta «Nova Resistência» reafirmando um projecto novo que mobilizasse a esperança colectiva.¹¹⁶ Em 1984 Eduardo Lourenço voltou a afirmar que o 25 de Abril, apesar de ter trazido a liberdade, democracia e o pluralismo necessários para discutir os problemas com os quais se debruçou a sociedade portuguesa, ainda não tinha dado a «sentença de morte» no Estado Novo. A manutenção de um comportamento caciquista dentro da nova máquina do poder abriu caminho ao clima de apatia e pessimismo com o novo regime democrático. Desse modo era imprescindível quebrar essa corrente nefasta e renovar o espírito de libertação que o 25 de Abril trouxera ao país cabendo, por isso, ao comum do povo português, encontrar as soluções, no seu íntimo, que desbloqueassem essa decadência vivida e renovassem a esperança num país melhor, abrindo um leque de expectativas quanto ao amanhã que se pretendia construir.¹¹⁷

As práticas comemorativas que exemplificavam uma memória de afecto com o 25 de Abril evidenciavam-se peremptoriamente nos locais privilegiados para as manifestações populares em seu regozijo e que simbolizavam lugares de memória, tanto da resistência antifascista (Praça Humberto Delgado no Porto, romagens aos cemitérios da mesma cidade para evocar essa mesma resistência, recordação dos mártires do campo de concentração do Tarrafal e a queima do «fascismo»), como da queda da ditadura com o 25 de Abril (R.C.P., Emissora Nacional, R.T.P., Quartel-General da Região Militar do Porto, o almoço comemorativo dos militares do M.F.A. de 1982 em Santarém e as «Estafetas da Liberdade» iniciadas sempre no Monte Sobral em Évora evocando o local onde se deu a primeira reunião do Movimento dos Capitães).

3.3. Comemorações oficiais: que estratégias de memória?

Iremos agora percorrer um outro modelo de comemorações mais institucional. As comemorações oficiais revestiam-se de um carácter mais solene, mantendo uma estrutura e prática constantes, uma vez que reuniam as mais altas esferas da hierarquia política, militar e até eclesiástica, os representantes do corpo diplomático e outras organizações cívicas que eram evidentemente convidadas para o efeito. Nestas

¹¹⁶ LOURENÇO, Eduardo, “Reinventar a Revolução”, *Diário Popular. Destacável 25 de Abril dia da liberdade*, Lisboa – 24 de Abril de 1978, pp. II-III.

¹¹⁷ LOURENÇO, Eduardo, “Em memória de Abril. Antigo e novo silêncio”, *O Jornal*, Lisboa – 27 de Abril a 3 de Maio de 1984, pp. 11-12.

cerimónias um dos elementos centrais (senão mesmo o mais central) eram os discursos políticos. Este mecanismo tinha pressupostos ideológicos, uma vez que transmitia uma determinada visão da sociedade e, por consequente, um conjunto de valores que norteavam a comunidade e a identificavam – ou não – com determinados grupos sociais.¹¹⁸ Como referimos, este tipo de discursos transmitiam opções ideológicas muito variadas e, desse modo, a capacidade de persuasão ou manipulação das lealdades pátrias dos cidadãos era muito importante no discurso político para poder gerar a sua captação. Não obstante, a elaboração de uma narrativa ideológica também estava por vezes condicionada pelo contexto político e social vivido a cada momento que se comemorava uma efeméride e que muitas vezes obrigava a uma mudança de estratégia na forma de exercer a sua propaganda.

Nas comemorações do 25 de Abril os momentos políticos que marcaram estas cerimónias solenes tiveram uma presença muito forte nos discursos oficiais. Essa situação foi notória logo nos primeiros aniversários, uma vez que 1975 caracterizou-se por ser um ano de excepção e 1976 a confirmação da democracia parlamentar e pluralista consubstanciada na Constituição, resultante do triunfo do projecto político-militar do grupo dos Nove em 25 de Novembro de 1975 sobre a demanda revolucionária que pairava no interior do M.F.A e da sociedade portuguesa. Essa excepcionalidade tornou-se clara com a manobra contra – revolucionária de 11 de Março de 1975 alegadamente dirigida pelo general Spínola. O contexto sociopolítico mudou e a escalada revolucionária aumentou de pulso no País. Esta deriva revolucionária verificou-se também a nível institucional com a criação do Conselho da Revolução e a irreversibilidade das nacionalizações e da Reforma Agrária decretadas pelo governo de Vasco Gonçalves.¹¹⁹

É neste clima efervescente que temos de enquadrar o discurso do Presidente da República general Costa Gomes no 1º aniversário do 25 de Abril. Nele dirigiu-se aos portugueses apelando ao voto popular para a Assembleia Constituinte, tendo em vista a

¹¹⁸ CATROGA, Fernando, *Entre Deuses e Césares. Secularização, Laicidade e Religião Civil*, Lisboa, Almedina, 2006, pp. 132-133.

¹¹⁹ REZOLA, Maria Inácia, *Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal (1974-1976)*, Lisboa, Campo da Comunicação, 2006, p. 128; FERREIRA, José Medeiros, *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril. O período pré-constitucional*, 2ª Ed., Lisboa, Publicações Alfa, 1990, p. 182; REIS, António, “O processo de democratização”, *Portugal: 20 Anos de Democracia* (coord. de António Reis), Lisboa, Círculo de Leitores – Temas e Debates, 1996, p. 30; SARDICA, José Miguel, *O Século XX Português*, Lisboa, Texto Editores, 2011, p. 122; CHARAIS, Franco, *História Viva. 25 de Abril: Golpe Militar ou Revolução?* Lisboa, Âncora, 2013, p. 69; SOUSA, Marcelo Rebelo de, *A Revolução e o Nascimento do PPD*, 1º vol., 5ª Ed., Lisboa, Bertrand, 2000, p. 390.

construção do socialismo. Face ao turbilhão revolucionário vivido o general Costa Gomes tentou criar um clima de tranquilidade no país, desvalorizando as acções que tentaram desvirtuar o caminho outrora percorrido e sublinhando que os portugueses mereceram “(...) um voto de confiança no futuro.”¹²⁰ Esta afirmação indiciava que o passado mais recente (Estado Novo) era um ciclo fechado, tendo o 25 de Abril aberto novos horizontes aos portugueses. Por outro lado, ficou perceptível no discurso do Presidente da República que só o socialismo seria condição *sine qua non* na construção de um tempo novo em Portugal,¹²¹ socialismo esse que ficou confirmado pelos resultados eleitorais para a Assembleia Constituinte e que deu a vitória ao Partido Socialista por 37,87% dos votos.¹²²

Mas como é que essa via se implantou no país? Era plausível falar na criação de um regime democrático pluralista como produto final destas eleições? A resposta será dada em 1976 com a confirmação da democracia parlamentar, em virtude da entrada em vigor da nova Constituição da República Portuguesa. Este texto constitucional ficou marcado ideologicamente pelo clima revolucionário do pós-25 de Abril que só parou com o 25 de Novembro de 1975 (coordenado militarmente pelo tenente-coronel Ramalho Eanes). No plano político, esta constituição consagrou o Estado de Direito democrático e o pluralismo partidário com base na soberania nacional e concedia a todos os cidadãos a mesma dignidade social. Tinha como órgãos de soberania o Presidente da República, a Assembleia da República e o Conselho da Revolução e concedeu às regiões insulares dos Açores e da Madeira a autonomia política com a instituição de um poder local descentralizado e eleito por via directa. No plano económico e social, esta constituição consignou a apropriação colectiva de todos os meios de produção, solos e recursos naturais reiterando a via de «transição para o socialismo» e reconhecendo a irreversibilidade das nacionalizações e da Reforma Agrária.¹²³

¹²⁰ *República*, Lisboa – 24 de Abril de 1975, p. 1; *O Século*, Lisboa – 25 de Abril de 1975, p. 1; *Diário de Notícias*, Lisboa – 25 de Abril de 1975, p. 1.

¹²¹ CRUZEIRO, Maria Manuela, *Op. Cit.*, p. 289; RODRIGUES, Luís Nuno, *Marechal Costa Gomes. No centro da tempestade*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008, p. 238.

¹²² CNE Resultados Eleitorais – Assembleia Constituinte: 25/04/1975. [Online] Publicado em: <http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=25&mes=04&ano=1975&eleicao=ar> [Acedido em 16 de Março de 2015].

¹²³ *Portugal Informação*, Lisboa – Abril de 1976, p. 10.

Por outro lado, o 2º aniversário do 25 de Abril ficou marcado pelas primeiras eleições legislativas que deram a vitória ao Partido Socialista por 34,89% dos votos.¹²⁴ Mais tarde foram realizadas em Portugal as primeiras eleições presidenciais (27 de Junho de 1976) que elegeram o general Ramalho Eanes como Presidente da República por 61,59% dos votos.¹²⁵ Na sequência destes resultados eleitorais, Ramalho Eanes tomou posse como Presidente da República a 14 de Julho de 1976.¹²⁶

A partir de 1977 em diante (excepção feita em 1983 com as eleições legislativas antecipadas), as comemorações do 25 de Abril passaram a ser efectivamente oficiais. Nestas cerimónias discursariam sempre o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República e um deputado de cada grupo parlamentar com assento na Assembleia da República e por ordem decrescente. Nestas sessões solenes também estavam tradicionalmente presentes altas entidades militares, institucionais, eclesiásticas e civis como o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o Provedor de Justiça, o Primeiro-Ministro e os membros do Governo, os conselheiros da Revolução e os membros da Comissão Constitucional (até 1982), os conselheiros de Estado e o Presidente do Tribunal Constitucional (a partir de 1984), os ministros da República dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira, tal como os Presidentes dos Governos insulares, as chefias militares, os Presidentes do Supremo Tribunal Administrativo, Supremo Tribunal Militar e Tribunal de Contas. Estavam também presentes os membros do Corpo Diplomático acreditado em Lisboa, o cardeal-patriarca de Lisboa (ou um representante seu na sua ausência), os Capitães de Abril, os marechais Costa Gomes e Spínola, a primeira-dama e outras personalidades políticas e civis. Com a chegada do Chefe de Estado à tribuna da presidência para início da sessão solene, o supremo magistrado da Nação é saudado com o entoar do Hino Nacional e todas as entidades presentes escutavam-no de pé.

Em relação aos discursos proferidos no Parlamento pelos diversos órgãos de soberania já referenciados, verificamos que existiam diferentes linhas de força

¹²⁴ CNE Resultados Eleitorais – Assembleia da República: 25/04/1976. [Online] Publicado em: <http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=25&mes=04&ano=1976&eleicao=ar> [Acedido em 16 de Março de 2015].

¹²⁵ CNE Resultados Eleitorais – Eleições Presidenciais: 27/06/1976. [Online] Publicado em: <http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=27&mes=06&ano=1976&eleicao=pr> [Acedido em 16 de Março de 2015].

¹²⁶ “Posse de Ramalho Eanes como Presidente da República”, 14 de Julho de 1976. [Online] Disponível em: <http://www.rtp.pt/arquivo/index.php?article=1102&tm=33&visual=4> Coleção Presidentes da República [Acedido em 16 de Março de 2015].

ideológicas que procuravam criar a sua própria memória do 25 de Abril. Isto significa que não existia uma memória consensual da efeméride que ligasse todas as entidades políticas por um fio comum. Além disso todas as forças políticas procuravam filiar e distinguir o grande acontecimento histórico de pequenos epifenómenos que marcaram a efeméride em causa, consoante a sua posição ideológica, o que levava a um esquecimento premeditado de certos acontecimentos e à perpetuação de outros por um tempo sem finitude.¹²⁷ Estas estratégias de memória procuravam gerar vários tipos de discurso que fossem consensuais a uma parte da comunidade e que os identificasse com um determinado caminho que se pretendia percorrer. Com o 25 de Abril conseguimos perceber várias ligações históricas com momentos diferentes.

Mas as cerimónias solenes do 25 de Abril não passaram apenas pela memória discursiva ou oral. A memória da efeméride também foi materialmente visível através de espectáculos destinados a atrair o público, de múltiplas exposições (onde o poder político tinha sempre participação) que exemplificavam o 25 de Abril como produto de uma forte resistência anterior ao Movimento dos Capitães com raízes republicanas, que eram evocadas como testemunho de memória para um público menos consciencializado e menos letrado, com condecorações de cidadãos que representaram esse mesmo passado de oposição democrática e republicana ao Estado Novo e que constituíam um exemplo cívico para os seus contemporâneos e ainda através de conferências ou colóquios.

O Presidente da República general Ramalho Eanes por um lado, durante o seu 1º mandato, aproveitou sempre as cerimónias oficiais do 25 de Abril, fosse no Parlamento ou nas paradas militares da Praça do Império (pelo menos até 1980, altura em que deixa de acumular o cargo de C.E.M.G.F.A. com a de Presidente), para reafirmar a aliança histórica entre as Forças Armadas e o seu povo no mesmo espírito de missão que os norteou no 25 de Novembro de 1975.

Mas porquê esta ligação «umbilical»? O Presidente da República ao salientar sempre o 25 de Novembro não tirava legitimidade ao 25 de Abril? Ou olhava para esta data como uma continuidade do acto histórico inaugurado pelo M.F.A.?

Admitimos que, pelas palavras de Ramalho Eanes, o 25 de Novembro foi uma continuidade ou a retoma da pureza do 25 de Abril: desse modo era indispensável que tanto o povo como as Forças Armadas tivessem consciência histórica da data que se

¹²⁷ CATROGA, Fernando, *Os passos do homem como restolho do tempo [...]*, pp. 23-24.

celebrava. Também é preciso ter em consideração que Ramalho Eanes foi o comandante ou coordenador operacional do Grupo dos Nove, que preparou um plano para responder a qualquer golpe que fosse efectuado com vista à tomada do poder pela esquerda revolucionária e militar (como foi o caso dos para-quedistas de Tancos), foi isso que caracterizou o 25 de Novembro.¹²⁸ Nas paradas e desfiles militares o general Ramalho Eanes, na sua qualidade de C.E.M.G.F.A., procurou traçar sempre essa ligação do 25 de Abril ao 25 de Novembro e dar a entender qual era o verdadeiro lugar da hierarquia militar e os seus deveres para com os portugueses. Era um discurso de teor mais deontológico, onde alertava para a necessidade do desprendimento partidário dos militares e a retoma do respeito democrático, tal como da defesa da soberania nacional e acrescentou que o 25 de Abril fez germinar a semente cultivada há muito, o que propiciou o desenvolvimento de um novo espírito histórico.

Este conceito que aqui empregamos não é novo, uma vez que Fidelino de Figueiredo já defendia no início do século XX, e numa conjuntura política bem diferente, que o espírito histórico significava um esforço intelectual, por parte dos homens em construir uma síntese histórica do seu passado, permitindo esse conhecimento de causa obter “(...) uma visão mais serena dos problemas do presente, constituindo, desse modo, uma visão moderadora das transformações sociais e políticas (...)”.¹²⁹ Não obstante, uma visão serena do passado também exige que o tempo histórico não se deixe enredar pelas «teias» da memória, já que esta é “(...) portadora de uma temporalidade que tende a pôr em causa o *continuum* da história.”¹³⁰

Ramalho Eanes também fazia menção às marcas que a ditadura deixou no país com os seus mecanismos antidemocráticos e repressivos, daí o caminho longo de resistência antifascista que culminou no seu derrube em 1974, e com o arrastar de uma guerra colonial sem uma solução política à vista. Por isso, no sexto e sétimo aniversário do 25 de Abril, o Presidente da República aproveitou o ensejo para condecorar altas individualidades da vida política, militar e cultural que se destacaram pela sua oposição

¹²⁸ EANES, General Ramalho, “O 25 de Novembro”, BERNARDO, Manuel Amaro, *Memórias da Revolução – Portugal 1974 – 1975*, Ed. revista e actualizada, Lisboa, Editora Prefácio, 2004, p. 594; SOUSA, Marcelo Rebelo de, *A Revolução e o Nascimento do PPD*, 2º vol., 5ª Ed., Lisboa, Bertrand, 2000, p. 1062.

¹²⁹ BRITO, Ricardo de, *A Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos no contexto historiográfico nacional (1911-1928)*. Tese de Mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2012. (Exemplar policopiado), p. 19.

¹³⁰ TRAVERSO, Enzo, *Op. Cit.*, p. 55.

antifascista e republicana à ditadura com a Ordem da Liberdade.¹³¹ Contudo, qual era o significado da atribuição desta ordem em termos de política de memória?

A Ordem da Liberdade tinha sido criada no I Governo Constitucional liderado por Mário Soares e destinava-se a homenagear, a título póstumo ou não, individualidades políticas que representaram a defesa das liberdades fundamentais do cidadão e de justiça social. Nesse sentido, a atribuição desta ordem honorífica significava a defesa e a manutenção dessa memória viva na consciência nacional.

Em nome dos condecorados falariam Henrique de Barros em 1980 e António Macedo em 1981. Ambos salientariam que o motivo essencial que uniu aquelas figuras políticas foi a devoção aos ideais da liberdade e da democracia, independentemente das posições ideológicas de cada um. Após a cerimónia Ramalho Eanes dirigiu uma mensagem aos agraciados onde sublinhou que a ordem honorífica atribuída tinha significado político, uma vez que interpretava a história de um país vilipendiado por um regime autoritário durante quase meio século, mas também pela circunstância histórica que justificou a acção cívica destes homens pela liberdade, citando António Sérgio e o Bispo do Porto D. António Ferreira Gomes quando o primeiro referiu a confiança que tinha num futuro de liberdade para Portugal e o segundo quando aludiu ao caminho difícil e longo a que a pedagogia democrática leva. As restantes condecorações partiram da iniciativa do ex-primeiro-ministro Mário Soares por ocasião do 5 de Outubro de 1976, ainda que só tivessem sido concretizadas no sexto aniversário do 25 de Abril.

A esta cerimónia assistiram o Presidente da Assembleia da República Leonardo Ribeiro de Almeida, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o Primeiro-Ministro e os anteriores Chefes de Governo, elementos do Conselho da Revolução e dos Partidos¹³². Só em 1981, num ambiente ainda marcado pela tragédia de Camarate de 4

¹³¹ Em 1980 foram 11 as individualidades condecoradas, a título póstumo e a título presente pelo Presidente da República como José Magalhães Godinho, Carlos Cal Brandão, general Sousa Dias (estes dois últimos a título póstumo), Henrique de Barros, Vasco da Gama Fernandes, Nuno Rodrigues dos Santos, Artur Cunha Leal, Adão e Silva, Emídio Guerreiro, Artur Santos Silva e Francisco Miguel Duarte. Em 1981 voltou a condecorar 14 personalidades, entre as quais, a título póstumo Luís Dias Amado, Aquilino Ribeiro, José Pedro Pinto Leite e o contra-almirante Quintão Meireles. Entre os vivos foram Adelino da Palma Carlos, Ruy Luís Gomes, Norberto Lopes, António Macedo, Mário Neves, Fernando Valle, David Ferreira, António Barros dos Santos, José Vitoriano e o Coronel Rogério Santos.

¹³² Das condecorações levadas a cabo por Mário Soares foram distinguidos a título póstumo António Sérgio, Raúl Proença, Jaime Cortesão, Mário de Azevedo Gomes, Bento de Jesus Caraça, Bento Gonçalves, padre Joaquim Alves Correia, Mário Castelhano, João Pedro dos Santos, Luciano Aresta Branco, Coronel Júlio César de Almeida, Bernardino Machado, Afonso Costa e os generais Humberto Delgado e Norton de Matos. Entre os vivos foram agraciados Maria Lamas, Raúl Rêgo, Manuel Rodrigues Lapa, João Altino, coronéis Carlos Vilhena e Manuel António Correia e ainda o Bispo do Porto D. António Ferreira Gomes. *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1980, p. 5; *Diário de Lisboa*, Lisboa – 26 de Abril de 1980, p. 10; *Portugal Hoje*, Lisboa – 26 de Abril de 1980, p. 8; *O*

de Dezembro de 1980 que vitimou o Primeiro-Ministro Francisco Sá Carneiro, o Ministro da Defesa Adelino Amaro da Costa e o Secretário de Estado António Patrício Gouveia, esta iniciativa de Ramalho Eanes não gerou a unanimidade política registada no ano anterior. O governo demarcou-se desta cerimónia e o P.S.D. manifestou o seu desagrado em comunicado com estas agraciações feitas pelo Presidente da República, pela não inclusão nessa lista de agraciados dos nomes do ex-Primeiro-Ministro, do ex-Ministro da Defesa e do ex-Secretário de Estado como propusera o Primeiro-Ministro Pinto Balsemão.¹³³

Além disso, os discursos de Ramalho Eanes não visaram apenas a lembrança do passado, também olharam para os problemas vividos no presente, constatando que a mudança devia ter começado na modernização da democracia consoante a evolução que o país tivesse e as necessidades que o povo esperava ver concretizadas, em virtude do compromisso político que os deputados assumiram perante o seu eleitorado. Por isso, nas comemorações do Dia da Liberdade em 1978, o Presidente da República alertou o governo de coligação P.S.-C.D.S. liderado por Mário Soares que, em tempo de austeridade, fruto da primeira chamada do FMI a Portugal, os sacrifícios pedidos aos portugueses tinham de corresponder aos reais interesses do país.¹³⁴

Podemos ver neste discurso comemorativo do 25 de Abril uma crítica do Presidente às políticas levadas a cabo pelo governo? Segundo Freitas do Amaral, Presidente do C.D.S. à época, o discurso de Ramalho Eanes foi efectivamente de oposição ao governo, numa altura difícil e nas “(...) circunstâncias do momento, em vez de fortalecer o Governo para enfrentar a crise, enfraquecia-o imenso (...)”.¹³⁵

Interpelando esta afirmação, não cabia ao Presidente da República usar das suas competências constitucionais para assegurar a integridade e a soberania nacional? Nessa

Primeiro de Janeiro, Porto – 27 de Abril de 1980, p. 6; *Jornal de Notícias*, Porto – 27 de Abril de 1980, p. 3; *O Diário*, Lisboa – 26 de Abril de 1980, p. 24; *A Tarde*, Lisboa – 26 de Abril de 1980, p. 15; *O Dia*, Lisboa – 28 de Abril de 1980, p. 11.

¹³³ *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1981, p. 4; *Diário Popular*, Lisboa – 27 de Abril de 1981, p. 5; *O Primeiro de Janeiro*, Porto – 25 de Abril de 1981, pp. 5, 26; *Jornal de Notícias*, Porto – 27 de Abril de 1981, p. 4; *Portugal Hoje*, Lisboa – 27 de Abril de 1981, p. 3; *O Diário*, Lisboa – 26 de Abril de 1981, p. 8; *Expresso*, Lisboa – 25 de Abril de 1981, p. 1; *A Tarde*, Lisboa – 27 de Abril de 1981, p. 15; *O Dia*, Lisboa – 27 de Abril de 1981, p. 18.

¹³⁴ *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1978, p. 17-18; *Diário Popular*, Lisboa – 26 de Abril de 1978, pp. 6-7; *Diário de Lisboa*, Lisboa – 26 de Abril de 1978, p. 6; *O Primeiro de Janeiro*, Porto – 27 de Abril de 1978, p. 8; *Jornal de Notícias*, Porto – 27 de Abril de 1978, pp. 7-8; *A Luta*, Lisboa – 26 de Abril de 1978, pp. 10-11; *Jornal Novo*, Lisboa – 26 de Abril de 1978, p. 1, 22; *O Dia*, Lisboa – 27 de Abril de 1978, p. 12.

¹³⁵ AMARAL, Diogo Freitas do, *A Transição para a Democracia. Memórias Políticas II (1976-1982)*, Lisboa, Bertrand, 2008, p. 140.

fase da vida nacional Ramalho Eanes asseverou que o mais importante era a acção e a prática governativa e não quem seria capaz de a levar a cabo.¹³⁶

Na comemoração da primeira década em liberdade, Ramalho Eanes voltou a quebrar o seu discurso tradicional e centrou a sua atenção na importância de um debate colectivo (onde se incluía também) dos responsáveis políticos, em virtude daquilo que era necessário fazer para consolidar a democracia dez anos após o 25 de Abril. A conjuntura económico-social de crise (fruto da segunda chamada do FMI a Portugal), mas também política obrigavam a essa reflexão face às desigualdades sociais e às dificuldades vividas pelo comum dos portugueses. Alertou também os políticos para o facto de a desculpabilização com a herança do passado ditatorial, não justificar por si só as deficiências estruturais que o país ainda encontrava.¹³⁷

Mas quais eram as circunstâncias económicas e sociais que motivavam estes alertas por parte do Presidente? O governo de Mário Soares teve de enfrentar um forte clima de austeridade em virtude da chamada pela segunda vez da *troika* a Portugal, e que levou à assinatura de um acordo de reequilíbrio financeiro e de estabilidade económica. Para se conseguir equilibrar as contas públicas e reduzir o endividamento externo, foi necessário adoptar uma política restritiva que passou pelo aumento de impostos, cortes em bens essenciais e nos salários do sector público, uma nova desvalorização do escudo para evitar especulações, subida das taxas de juro tendo em vista a limitação do crédito ao sector bancário para reduzir o consumo interno e claro, uma quebra do investimento público. As consequências desta segunda vaga austeritária foram nefastas, uma vez que grassou o descontentamento e a agitação social pela redução do seu poder de compra, o desemprego aumentou em catadupa, tal como a fome e a pobreza que atingiram largas camadas da sociedade portuguesa.¹³⁸

Face a nesta conjuntura negativa a todos os níveis, na comemoração da primeira década de democracia e liberdade, que o governo do Bloco Central (P.S.-P.S.D.) desenvolveu e participou activamente na organização das festividades oficiais. Para o

¹³⁶ SANTOS, Garcia dos e CASTAÑO, David, *Apontamentos Políticos – Eanes e os Partidos*, Lisboa, Bertrand, 2013, p. 196.

¹³⁷ *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1984, p. 3; *Diário Popular*, Lisboa – 26 de Abril de 1984, p. 3; *Diário de Lisboa*, Lisboa – 26 de Abril de 1984, p. 21; *O Primeiro de Janeiro*, Porto – 26 de Abril de 1984, p. 5; *Jornal de Notícias*, Porto – 26 de Abril de 1984, p. 2; *A Tarde*, Lisboa – 26 de Abril de 1984, p. 9; *Expresso*, Lisboa – 28 de Abril de 1984, p. 5; *O Dia*, Lisboa – 27 de Abril de 1984, p. 12.

¹³⁸ FRANCO, A.L. de Sousa, “O Tempo Crítico (1976-1985)”, *Portugal: 20 Anos de Democracia* (coord. de António Reis), Lisboa, Círculo de Leitores – Temas e Debates, 1996, pp. 234-236; TELO, António José, *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Actualidade*, vol. 1, Lisboa, Editorial Presença, 2007, pp. 292-294.

feito foi nomeada uma Comissão Executiva das comemorações do décimo aniversário do 25 de Abril presidida por Francisco de Sousa Tavares. O Presidente da República nomeou o marechal António de Spínola Presidente da Comissão de Honra das Comemorações oficiais.¹³⁹ Qual o significado desta escolha? O marechal Spínola não estivera ligado a uma tentativa contra-revolucionária em 11 de Março de 1975?

Admitimos que esta nomeação visava reunir de novo todas as tendências que haviam participado no 25 de Abril. Tinha um carácter simbólico, uma vez que o marechal Spínola foi quem recebeu a rendição de Marcelo Caetano e o poder, embora mandatado pelo Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas. Assim sendo foi quem liderou a Junta de Salvação Nacional e, nessa qualidade fora nomeado um mês depois Presidente da República, tornando-se o primeiro magistrado da Nação após a queda da ditadura. Contudo, em virtude desta nomeação o núcleo de oficiais da Associação 25 de Abril demarcou-se das comemorações oficiais do 25 de Abril por se terem considerado ignorados ou mesmo subalternizados.¹⁴⁰

Nestas comemorações oficiais a sua Comissão Executiva realizou uma sessão solene na Aula Magna da Universidade de Lisboa. Nessa sessão houve direito a três discursos feitos por Francisco de Sousa Tavares, pelo marechal Spínola e, pela primeira vez neste tipo de festividades, de um jornalista francês do *Nouvel Observateur* de seu nome Jean Daniel. Sousa Tavares foi o primeiro orador da sessão e iniciou a sua alocução com uma homenagem a Otelo Saraiva de Carvalho e a Salgueiro Maia, para depois fazer uma análise conjuntural à situação política, económica e social do país, concluindo que a fome e a pobreza eram duas chagas sociais que motivavam a descrença com o regime democrático. Para o efeito tornou-se necessário evidenciar aos olhos de todos as carências existentes e efectuar as mudanças imprescindíveis à modernização de Portugal, para que o 25 de Abril fosse uma prática diária e não uma ideia avulsa; de seguida falou Jean Daniel para contextualizar a política externa portuguesa antes do 25 de Abril, lembrando o choque petrolífero de 1973 que afectou todo o mundo. Sublinhou também a importância da revolução portuguesa para outros países europeus (a Espanha que, no fim de 1975, com a subida ao trono do Rei D. Juan Carlos, pôs cobro à ditadura franquista que durava desde 1939 e iniciou a transição para a democracia, tal como a Grécia que também acabou em 1974 com a ditadura dos

¹³⁹ De sublinhar que nos finais de 1981 o general Ramalho Eanes na sua qualidade de Presidente da República atribuiu o bastião de marechal aos generais António de Spínola e Francisco da Costa Gomes em virtude de terem sido Presidentes da República.

¹⁴⁰ RODRIGUES, Luís Nuno, *Spínola*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010, p. 648.

«Coronéis») referindo ainda que Portugal foi «laboratório de todas as experiências», sendo que uma década de liberdade era ainda um período muito curto para se fazer uma análise serena e profunda dos acontecimentos; por fim falou o marechal António de Spínola que quebrou um longo silêncio de 11 anos, ou seja, desde o 11 de Março de 1975 (no seu discurso nunca se referiu a esse acontecimento nem à manifestação da «Maioria Silenciosa» de 28 de Setembro de 1974). O antigo Presidente da República referenciou a devolução da liberdade aos portugueses como a grande conquista do 25 de Abril, tendo o povo, no uso dessa mesma liberdade impedido o regresso a novas ditaduras e ter sido o grande mentor, através do voto popular, da construção de novos órgãos de soberania plenamente democráticos, dos direitos e deveres fundamentais respeitadores da integridade nacional e consubstanciados na Constituição. No concernente à descolonização referiu-a como inevitável, não obstante observou que a mesma devia ter-se processado segundo métodos que tivessem respeitado os princípios da fraternidade, de respeito mútuo pelas populações que lá residiam e de desenvolvimento harmónico entre «povos irmãos», lamentando que assim não tenha decorrido e classificando-a de desonrosa. Em relação ao desenvolvimento do país, o marechal Spínola evidenciou que se deram bons passos na melhoria das condições de vida dos portugueses, mas era necessário fazer mais e melhor, repensando a forma de governar e de renovar ou modernizar um país novo sem precipitações ou equívocos. Nesta cerimónia oficial estiveram presentes o Presidente da Assembleia da República Manuel Alfredo Tito de Morais, o marechal António de Spínola que, enquanto Presidente da Comissão de Honra das Comemorações Oficiais do décimo aniversário da Revolução, representou o general Ramalho Eanes, o Primeiro-Ministro Mário Soares, o Vice Primeiro-Ministro Carlos Mota Pinto, o Ministro dos Assuntos Parlamentares Almeida Santos e o Ministro da Cultura António Coimbra Martins. Esteve ainda presente o arcebispo de Mitilene em representação do cardeal-patriarca, membros do corpo diplomático acreditado em Lisboa e várias personalidades ligadas à cultura.¹⁴¹

De salientar ainda que, em Ponta Delgada, o Presidente do Governo Regional dos Açores, Mota Amaral, assinalou o décimo aniversário do 25 de Abril depondo uma coroa de flores no túmulo do estudante açoriano João Arruda. Este estudante tinha sido um dos quatro mortos feitos pela PIDE na tarde de 25 de Abril de 1974. Desse modo

¹⁴¹ *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1984, p. 3; *Diário Popular*, Lisboa – 26 de Abril de 1984, p. 3; *Diário de Lisboa*, Lisboa – 26 de Abril de 1984, p. 5; *O Primeiro de Janeiro*, Porto – 26 de Abril de 1984, p. 4; *Jornal de Notícias*, Porto – 26 de Abril de 1984, p. 5; *Expresso*, Lisboa – 28 de Abril de 1984, p. 5; *O Dia*, Lisboa – 27 de Abril de 1984, p. 13; *O País*, Lisboa – 27 de Abril de 1984, p. 19.

Mota Amaral quis homenagear este vulto desaparecido que, em seu entender dera a vida pela liberdade e que acabara por ser uma das últimas vítimas desse combate em virtude da felicidade exultada pela reconquista dessa mesma liberdade em poucas horas. De seguida, o Presidente do governo açoriano lembrou aqueles que sofreram as agruras do regime ditatorial e o abandono a que a região esteve votada durante esse meio século de autoritarismo.¹⁴²

Em 1985, na sequência das celebrações do 25 de Abril, o Secretário de Estado da Defesa Nacional António Figueiredo Lopes, presidiu em Trancoso às comemorações do 6º Centenário que em 1385, ali opôs, portugueses e espanhóis e que ocorreu precisamente a 25 de Abril. Nessa cerimónia o Secretário de Estado fez questão de louvar os homens que nessa altura souberam defender a liberdade e independência nacional do seu povo, criando assim as condições para superar a crise económica, social e moral que o país atravessava em 1385. Por isso, Figueiredo Lopes realçou que os exemplos do passado deviam reforçar ainda mais a vontade de cumprir o serviço militar, já que a execução desse dever respeitaria também a memória dos antepassados e os princípios que, outrora depositaram nos seus contemporâneos como a defesa da liberdade, da justiça e do progresso e a identidade nacional.¹⁴³

Os discursos partidários englobavam visões contrárias em relação a esta junção do 25 de Abril com o 25 de Novembro. Mas não ficavam só por esta ligação histórica feita pelo Presidente da República. Também consideravam que o 25 de Abril resultou de uma longa resistência popular à ditadura, da qual culminou a vitória dos capitães pela via revolucionária em 1974.

É o caso da U.D.P., que teve representatividade parlamentar de 1976 a 1983, através dos deputados Acácio Barreiros e Mário Tomé. Segundo a perspectiva ideológica da extrema-esquerda, a revolução de Abril tinha sido traída pelos golpes «reaccionários» de 28 de Setembro, 11 de Março e 25 de Novembro, tal como pela revisão constitucional de 1982 e o processo de adesão à C.E.E., uma vez que constituíram um retrocesso no processo revolucionário e nas suas conquistas e a recuperação do modelo capitalista. Defendiam também que o 25 de Abril tinha antecedentes longínquos que resultaram de uma longa luta popular contra a ditadura, sendo essa mesma resistência que dera a vitória ao Movimento dos Capitães. No 3º

¹⁴² *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1984, p. 4; *Diário Popular*, Lisboa – 26 de Abril de 1984, pp. 4-5; *Jornal de Notícias*, Porto – 26 de Abril de 1984, p. 5.

¹⁴³ *O Primeiro de Janeiro*, Porto – 27 de Abril de 1985, p. 15; *O Dia*, Lisboa – 27 de Abril de 1985, pp. 14-15.

aniversário do 25 de Abril o deputado Acácio Barreiros evidenciou essa memória dando o exemplo da campanha presidencial do general Humberto Delgado e do assassinato de Catarina Eufémia pela PIDE, de Bento Gonçalves, Alfredo Dinis, Militão Ribeiro e José Gregório para justificar essa memória da resistência.¹⁴⁴

Que significado tinha a da evocação destes combatentes? Sem dúvida, simbolizava a resistência antifascista. Note-se que todas estas individualidades evocadas por Acácio Barreiros pertenceram ao Partido Comunista Português e morreram assassinados pela PIDE ou morreram debilitados no campo de concentração do Tarrafal.

Já a A.P.U. (Aliança estabelecida entre o P.C.P. e o M.D.P./C.D.E. até 1987) tomou uma estratégia mais moderada nas cerimónias oficiais do 25 de Abril. Não atribuiu grande importância ao 25 de Novembro e caracterizou o 25 de Abril como um levantamento militar ao qual correspondeu um levantamento nacional a seu favor. Manifestavam a sua homenagem aos Capitães de Abril e ao seu movimento libertador, comprometendo-se a defender as designadas «conquistas de Abril» e as classes trabalhadoras contra as «políticas de direita» e as investidas da reacção, situação evidenciada por Octávio Pato em 1977.¹⁴⁵ Em 1980 a deputada Helena Cidade Moura do M.D.P./C.D.E. voltaria a acentuar a necessidade da defesa dos ideais de Abril que estavam a ser destruídos pelo governo da A.D. de Sá Carneiro e consubstanciado no seu candidato à Presidência da República general Soares Carneiro, uma vez que, em seu entender este candidato representava o regresso ao passado.¹⁴⁶ Esta linguagem usada era claramente uma estratégia de memória para ligar as intituladas «políticas de direita» dos governos do P.S., A.D. (P.S.D.+C.D.S.+P.P.M.) e Bloco Central (P.S.+P.S.D.) ao passado ditatorial, daí vinha a necessidade de evocar o 25 de Abril como uma luta antiga de patriotas, antifascistas e democratas pela independência nacional. Por outro lado, desvalorizaram o 25 de Novembro e procuraram defender sempre a Constituição enquanto lei progressista e integradora das «conquistas irreversíveis» da revolução e dos trabalhadores como a Reforma Agrária e as Nacionalizações contra a «ofensiva da direita» com a revisão constitucional de 1982. Em suma, houve uma evolução na linguagem política da esquerda mais radical, uma vez que deixaram de defender o quadro revolucionário de 1974/75 e passaram a defender as «conquistas da Revolução»

¹⁴⁴ *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1977, p. 3; *Jornal de Notícias*, Porto – 27 de Abril de 1977, p. 2.

¹⁴⁵ *Diário de Lisboa*, Lisboa – 26 de Abril de 1977, p. 2; *O Diário*, Lisboa – 26 de Abril de 1977, p. 10.

¹⁴⁶ *Diário de Lisboa*, Lisboa – 26 de Abril de 1980, p. 12; *O Diário*, Lisboa – 26 de Abril de 1980, p. 9.

dentro do quadro democrático – constitucional contra a «escalada reacionária» dos inimigos do 25 de Abril.¹⁴⁷

Do lado do P.S. percebemos que a sua visão partidária do 25 de Abril englobava a defesa de uma memória republicana e de resistência antifascista, conjugando essa mesma memória com a busca de um passado mais antigo de modo a filiar esse mesmo passado à efeméride comemorada, traçando uma narrativa de futuro. Exemplos nítidos dessa busca pelo passado mais antigo foram os discursos do líder parlamentar Salgado Zenha no terceiro aniversário do 25 de Abril, do deputado Manuel Alegre no quarto aniversário da efeméride e dos Presidentes da Assembleia da República Vasco da Gama Fernandes e Teófilo Carvalho dos Santos, no quarto e quinto aniversário da revolução.

Começando pelo deputado Salgado Zenha, que prestou homenagem ao general Ramalho Eanes como Presidente eleito pela maioria dos portugueses e aos Capitães de Abril, podemos extrair que existia um apego muito forte à tese do «socialismo em liberdade» plasmado na defesa da democracia pluralista e do espírito de tolerância. Por outro lado, lembrou que o combate antifascista não podia descambar num «fascismo de sinal contrário», frase que apontou baterias à bancada parlamentar mais à esquerda pelos acontecimentos de 1975, e que Portugal vivia numa encruzilhada histórica que era preciso superar, tal como aconteceu em 1383, 1640, 1820 e 1910 para reafirmar o 25 de Abril como símbolo unificador da identidade nacional.¹⁴⁸ No final da década de 70 ainda se verificou alguma preocupação, por parte dos deputados socialistas e dos Presidentes do Parlamento da mesma área política, da necessidade de buscar valores e figuras ao passado mais antigo para exprimir a ruptura com o passado recente. Manuel Alegre demonstrou essa mesma preocupação, no quarto aniversário do 25 de Abril, ao referir no seu discurso que o P.S. estaria pronto a resistir a qualquer saudosismo ou contra-revolução ideológica e citou António Sérgio quando o mesmo referia que a construção de um Estado moderno e democrático passaria primeiro por uma reforma das mentalidades.¹⁴⁹ Vasco da Gama Fernandes (Presidente da Assembleia da República de

¹⁴⁷ BRITO, Carlos, *Álvaro Cunhal. Sete Fôlegos do Combatente. Memórias*, 2ª Ed., Lisboa, Edições Nelson de Matos, 2010, p. 204.

¹⁴⁸ *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1977, p. 3; *Jornal Novo*, Lisboa – 26 de Abril de 1977, p. 8; *O Primeiro de Janeiro*, Porto – 27 de Abril de 1977, p. 11; *Jornal de Notícias*, Porto – 27 de Abril de 1977, p. 5.

¹⁴⁹ *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1978, p. 18; *Diário Popular*, Lisboa – 26 de Abril de 1978, pp. 5, 8; *Diário de Lisboa*, Lisboa – 26 de Abril de 1978, p. 6; *O Primeiro de Janeiro*, Porto – 27 de Abril de 1978, p. 8; *Jornal de Notícias*, Porto – 27 de Abril de 1978, p. 18; *O Diário*, Lisboa – 26 de Abril de 1978, p. 12; *Jornal Novo*, Lisboa – 26 de Abril de 1978, pp. 5, 13.

1976 a 1978), no quarto aniversário do 25 de Abril, preferiu estabelecer uma relação de historicidade entre o passado e o futuro de Portugal, uma vez que, na sua opinião um conhecimento de causa do passado permitiria a Portugal caminhar num futuro mais próspero para os seus contemporâneos. Assim sendo Vasco da Gama Fernandes relembrou personalidades históricas da I República como Bernardino Machado e Afonso Costa e outras figuras históricas da resistência antifascista como António Sérgio e Raúl Proença, entre outras.¹⁵⁰ Sublinhou ainda várias fases importantes da História de Portugal como a vitória de Aljubarrota de 1383, o fim da dominação espanhola em 1640, as lutas contra as invasões francesas, o advento da República em 1910 e a revolta do Porto de Fevereiro de 1927 onde participou Jaime Cortesão, épocas históricas onde o povo provou a sua destreza e espírito de sacrifício pela liberdade, citando o conceito de «ombridad» de Miguel Unamuno para explicar a verticalidade e a nobreza de carácter de um povo historicamente amordaçado pela Inquisição, pelas incursões monárquicas de Paiva Couceiro, pelos regimes autoritários de Sidónio Pais, Salazar e Marcelo Caetano, pela PIDE e pelas cadeias do Aljube, Peniche e Tarrafal. Em suma, o Presidente da Assembleia da República fez esta retrospectiva histórica para acentuar o carácter republicano do 25 de Abril, não descurando os seus principais autores, a quem prestou homenagem, tal como ao Presidente da República general Ramalho Eanes, e referir que esta efeméride não se esgotava no presente momento em que era celebrada, mantinha antes uma familiarização com o passado.¹⁵¹

Teófilo Carvalho dos Santos (Presidente da Assembleia da República de 1978 a 1980) afinou, no quinto aniversário do 25 de Abril, pelo mesmo diapasão do seu predecessor, que o 25 de Abril abriu duas perspectivas diferentes: por um lado, existiu uma geração que sonhou com a chegada da liberdade durante quase meio século de opressão e resistência e por outro lado, uma geração que viveu a liberdade na sua plenitude, mas que não tinha consciência histórica do combate que foi necessário para implantar essa mesma liberdade. Posteriormente, prestou homenagem aos Capitães de Abril ligando-os indissociavelmente ao Largo do Carmo, da mesma forma que ligou Machado dos Santos à Rotunda, por fim apelou a todos os deputados que soubessem estar acima das suas lutas partidocratas, uma vez que o 25 de Abril fora a afirmação

¹⁵⁰ Referiu ainda os nomes de João Soares, Nuno Cruz, Sarmento Beires, Ultra Machado, Cunha Leal, Francisco Aragão e João Pedro dos Santos.

¹⁵¹ *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1978, p. 18; *Diário Popular*, Lisboa – 26 de Abril de 1978, p. 4; *Diário de Lisboa*, Lisboa – 26 de Abril de 1978, p. 6; *O Primeiro de Janeiro*, Porto – 27 de Abril de 1978, p. 8; *Jornal de Notícias*, Porto – 27 de Abril de 1978, p. 9; *A Luta*, Lisboa – 26 de Abril de 1978, p. 10.

colectiva do livre pensamento de um povo identificado consigo mesmo e com a sua Nação através do pluralismo democrático expresso em eleições livres.¹⁵²

Para conjugar esse afecto com a memória da oposição antifascista, republicana e socialista, o I Governo Constitucional liderado por Mário Soares promoveu outras iniciativas de comemoração da efeméride e, nesse sentido, em 1977, a Secretaria de Estado da Cultura organizou um festival de música e poesia no Coliseu de Lisboa para evocar o «Dia de Portugal». Este espectáculo teve três partes. Em primeiro lugar foi incluída a «1ª Suite Alentejana» de Luís de Freitas Branco, seguida de «Variações Sinfónicas Sobre um Tema Alentejano» de Jolly Braga Santos. Na segunda parte o espectáculo foi dedicado à dissertação de poemas de vários intelectuais e poetas dos séculos XIX e XX por Eunice Munoz, Lurdes Norberto, Fernando Ávila, Manuela Machado e Santos Manuel.¹⁵³ Na terceira e última parte a Orquestra da Radiodifusão Portuguesa executou as peças «A Dança da Menina Tonta» de Frederico de Freitas e a «Marcha Festiva» de Fernando Lopes Graça. Assistiram a este espectáculo vários órgãos de soberania como o Presidente da Assembleia da República Vasco da Gama Fernandes, vários conselheiros da Revolução, o comandante da Região Militar de Lisboa general Vasco Lourenço, vários membros do Governo como o Ministro de Estado Henrique de Barros, o Ministro da Defesa Mário Firmino Miguel, o Ministro da Administração Interna Manuel da Costa Brás e o Ministro das Obras Públicas João Almeida Pina. O Presidente da República e o Primeiro-Ministro foram convidados, mas não estiveram presentes; marcaram também presença vários deputados da Assembleia da República. A Orquestra da Radiodifusão Portuguesa terminou a sua actuação entoando o Hino Nacional.¹⁵⁴

A Secretaria de Estado da Comunicação Social através do seu Director-Geral da Divulgação, João Medina, assinalou o acontecimento com uma exposição intitulada «Da Resistência à Libertação». Era uma iniciativa de teor cultural e tinha como finalidade percorrer vários momentos do Portugal contemporâneo do século XX,

¹⁵² *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1979, p. 3; *Diário Popular*, Lisboa – 26 de Abril de 1979, p. 4; *O Primeiro de Janeiro*, Porto – 27 de Abril de 1979, p. 5; *Jornal de Notícias*, Porto – 27 de Abril de 1979, p. 4; *Jornal Novo*, Lisboa – 26 de Abril de 1979, p. 8.

¹⁵³ Entre os intelectuais e poetas, destacamos Antero de Quental, Guerra Junqueiro, Gomes Leal, Jaime Cortesão, Fernando Pessoa, José Gomes Ferreira, José Régio, Miguel Torga, Egito Gonçalves, Sebastião da Gama, David Mourão Ferreira, Manuel Alegre, Armindo Rodrigues, Sophia de Mello Breyner e Ary dos Santos.

¹⁵⁴ *Diário de Notícias*, Lisboa – 25 de Abril de 1977, p. 4; *A Luta*, Lisboa – 26 de Abril de 1977, p. 4; *O Primeiro de Janeiro*, Porto – 25 de Abril de 1977, p. 5; *O Comércio do Porto*, Porto – 25 de Abril de 1977, p. 7; *Jornal Novo*, Lisboa – 23 de Abril de 1977, p. 10; *O Jornal*, Lisboa – 22 a 28 de Abril de 1977, p. 15.

procurando estabelecer uma relação historicista entre a instauração da República em 1910, os vários momentos de resistência antifascista ao Estado Novo e, por fim, a libertação com o 25 de Abril. Por outro lado, esta exposição continha também um conteúdo fotográfico que se baseou nos acontecimentos revolucionários do pós-25 de Abril. Destes acontecimentos destacou-se a abertura e encerramento da Assembleia Constituinte, a Constituição de 1976, as primeiras eleições presidenciais e a tomada de posse do I Governo Constitucional. Por fim esta exposição fotográfica foi acompanhada por dois diaporamas dedicados ao «Fascismo» e à Democracia, sendo distribuído o livro «Da Resistência à Libertação». Esta exposição foi inaugurada pelo Primeiro-Ministro Mário Soares no Mercado do Povo em Belém e contou com a presença de Maria Barroso, do Presidente da Assembleia da República Vasco da Gama Fernandes, de vários membros do Conselho da Revolução, políticos e académicos como Manuel Alegre e Vitorino Magalhães Godinho, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa Aquilino Ribeiro Machado e diversos membros do corpo diplomático acreditado em Lisboa. Ainda teve a presença do general Ramalho Eanes tendo sido acompanhado pelo capitão Marques Júnior enquanto Presidente da Comissão Organizadora das Comemorações do terceiro aniversário do 25 de Abril nomeado pelo Conselho da Revolução.¹⁵⁵

A partir da revisão constitucional de 1982 o discurso do P.S. deixou de acentuar tanto o passado, apesar de não o esquecer, e passou a olhar para a consolidação da democracia civil, salientando como importante para um futuro próspero e para o encontro com a modernidade a entrada de Portugal na C.E.E.

Os partidos do centro-direita (P.S.D.) ou direita mais conservadora (C.D.S. e P.P.M.) não evidenciaram tanto o retorno a uma memória de opressão e resistência antifascista, apesar de não a desvalorizarem, e centravam as suas atenções na importância da liberdade e da democracia conquistadas com o 25 de Abril reafirmando a esperança num futuro melhor. Por outro lado, destacavam que essa liberdade democrática só foi salvaguardada com o 25 de Novembro pelo que qualquer tentação «totalitária» seria afrouxada pelas forças democráticas.

Para cumprir esse desiderato de liberdade em 1980 o governo da Aliança Democrática liderado por Sá Carneiro decidiu comemorar o 25 de Abril emitindo um

¹⁵⁵ *Portugal Informação. Especial 25 de Abril*, Lisboa – Abril/Maio de 1977, pp. 56-59; *Diário de Notícias*, Lisboa – 25 de Abril de 1977, p. 9; *Diário Popular*, Lisboa – 26 de Abril de 1977, p. 6; *O Primeiro de Janeiro*, Porto – 25 de Abril de 1977, p. 1; *A Luta*, Lisboa – 26 de Abril de 1977, p. 4; *O Jornal*, Lisboa – 22 a 28 de Abril de 1977, p. 4.

comunicado onde saudava a efeméride e evidenciava que o seu programa comemorativo cumpria a defesa das liberdades democráticas e de justiça social, indissociáveis ao 25 de Abril. Expunha ainda o seu respeito pela soberania nacional e, apesar de haver ainda muito por construir no Portugal democrático, o governo garantia que se esforçaria para acelerar esse progresso.¹⁵⁶ Ainda no mesmo ano o Primeiro-Ministro Francisco Sá Carneiro aproveitou a comemoração da efeméride para se deslocar à Herdade dos Machados em Moura, juntamente com o Ministro da Agricultura e Pescas Cardoso e Cunha, com a finalidade de devolver as terras nacionalizadas em 1975 pelos governos do general Vasco Gonçalves no Z.I.R.A. (Zona de Intervenção da Reforma Agrária) aos seus proprietários. Num breve discurso, Sá Carneiro asseverou que este processo de entrega das terras expropriadas, por parte do Executivo não olhou para emblemas partidários homenageando assim todos os homens e mulheres alentejanos. Referiu ainda que, após a revisão constitucional, os trabalhadores teriam as suas terras em regime de propriedade plena louvando a G.N.R. pelo seu papel cívico e de garante do cumprimento da lei.¹⁵⁷

Que tipo de estratégia podemos ver nesta iniciativa governamental? Uma estratégia de ruptura com os actos revolucionários de 1975 ou uma estratégia eleitoralista? Decerto, ambas. Estamos perante uma estratégia eleitoralista, uma vez que Sá Carneiro governou com a preocupação de criar as condições que propiciassem uma vitória folgada nas eleições legislativas e depois nas presidenciais. Os resultados dessas mesmas eleições a 5 de Outubro de 1980 não foram surpreendentes e renovaram a maioria absoluta da A.D. mostrando que esta estratégia política galvanizou a maioria do eleitorado.

Em 1977 o deputado António Barbosa de Melo do P.S.D. assinalou o 25 de Abril homenageando o general Ramalho Eanes na qualidade de Chefe de Estado eleito pela primeira vez pelos portugueses. No entanto, afirmou também que esta data devia servir de lição às forças político-ideológicas que desejavam «acorrentarem de novo Portugal», mensagem claramente dirigida ao Partido Comunista.¹⁵⁸

¹⁵⁶ *Diário Popular*, Lisboa – 26 de Abril de 1980, p. 12; *Diário de Lisboa*, Lisboa – 26 de Abril de 1980, p. 14.

¹⁵⁷ *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1980, p. 6; *A Tarde*, Lisboa – 26 de Abril de 1980, pp. 1, 28; *Jornal de Notícias*, Porto – 27 de Abril de 1980, p. 9; *O Dia*, Lisboa – 28 de Abril de 1980, pp. 1, 19.

¹⁵⁸ *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1977, p. 3; *Jornal Novo*, Lisboa – 26 de Abril de 1977, p. 8; *O Dia*, Lisboa – 26 de Abril de 1977, p. 13; *O Primeiro de Janeiro*, Porto – 27 de Abril de 1977, p. 3; *Jornal de Notícias*, Porto – 27 de Abril de 1977, p. 5.

Sendo assim o 25 de Abril enquanto acontecimento histórico, podia ser tomado como uma lição para alguém? Ou existiria algum proveito político nesta afirmação?

Consideramos pertinente tomar esta afirmação como um uso político da efeméride em causa que pretendia fazer do 25 de Abril uma lição ou doutrina histórica. Todavia estes acontecimentos históricos não consistiam em evocações míticas do passado ou tomadas de posição de uma parte da história, mas antes num esforço de análise reflexiva à complexidade e heterogeneidade que lhe estava subjacente enquanto fenómeno histórico.

Em 1982, pelo oitavo aniversário do 25 de Abril, ano da revisão constitucional levada a cabo pelo governo da Aliança Democrática liderada por Pinto Balsemão, os partidos que constituíram o seu cerne afirmariam a necessidade de se construir agora um país novo, após uma luta sem tréguas pela liberdade. Francisco de Sousa Tavares enquanto deputado independente pelo P.S.D. referiu essa mesma luta pela liberdade antes do 25 de Abril e pelo fim da guerra colonial, além disso elogiou também a maturidade democrática que o país já tinha, ao qual nem a I República foi capaz de conseguir em pouco tempo.¹⁵⁹ Em 1985, na comemoração do décimo primeiro aniversário da efeméride, o deputado António Capucho do P.S.D., evocou no seu discurso a memória de Sá Carneiro. Nessa evocação destacou as suas qualidades de democrata que se consubstanciavam na prática política do partido que ajudou a fundar.¹⁶⁰

Por outro lado, o Primeiro-Ministro Pinto Balsemão, numa conferência de imprensa dada à comunicação social, no sétimo aniversário do 25 de Abril, e ladeado por outros dirigentes da A.D. como Diogo Freitas do Amaral e Gonçalo Ribeiro Telles, apresentou o seu projecto de revisão constitucional. Estiveram também presentes nesta conferência de imprensa os deputados Borges de Carvalho do P.P.M., Pedro Roseta do P.S.D. e Francisco de Oliveira Dias do C.D.S. O que é que esta revisão da lei fundamental representou para o país?

No plano político – institucional, esta revisão determinou o fim do período de transição democrática com a extinção do Conselho da Revolução, o que também reconfigurou a função das Forças Armadas como estando subordinadas ao poder

¹⁵⁹ *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1982, p. 5; *A Tarde*, Lisboa – 26 de Abril de 1982, p. 11; *O Dia*, Lisboa – 27 de Abril de 1982, p. 14.

¹⁶⁰ *Diário de Notícias*, Lisboa – 26 de Abril de 1985, p. 4; *A Capital*, Lisboa – 26 de Abril de 1985, p. 2; *O Primeiro de Janeiro*, Porto – 27 de Abril de 1985, p. 2; *Jornal de Notícias*, Porto – 27 de Abril de 1985, p. 2.

político, tendo para o efeito sido criado o Conselho Superior de Defesa Nacional. Foi também criado o Conselho de Estado que reformulou também as relações entre órgãos de soberania (Presidente da República, Parlamento e Governo) tendo apenas o Executivo que responder perante o Parlamento e não ao Chefe de Estado, reforçando assim a vertente parlamentar. Por fim foi criado o Tribunal Constitucional que tinha a finalidade de fiscalizar, quando solicitado por um décimo dos deputados ou pelo Presidente da República, a constitucionalidade e o cumprimento das leis por parte do Governo. No plano económico e social, esta revisão constitucional aboliu as formulações colectivizantes e estatais, ou seja, o léxico revolucionário de teor marxista que marcou os primeiros anos do regime democrático deixou de estar institucionalizado, tal como a inevitabilidade do socialismo. Consolidou-se assim a democracia civil e parlamentar e acabou o período de vigência militar consubstanciado no Conselho da Revolução, tal como o «presidencialismo» vincado na figura do general Ramalho Eanes.¹⁶¹

Não obstante, se esta revisão da Constituição foi aprovada durante essa Legislatura (1981-1983), porque é que o Primeiro-Ministro marcou a sua apresentação para a comemoração do sétimo aniversário do 25 de Abril?

Francisco Pinto Balsemão explicou aos jornalistas presentes que a escolha do dia 25 de Abril para a apresentação da proposta do governo de revisão constitucional foi propositada em virtude de a efeméride, em seu entender, se consubstanciar com a democracia, a paz, a estabilidade social e o desenvolvimento económico, princípios esses que a Aliança Democrática defendia e apresentava ao País no Parlamento por considerá-la a casa da Democracia representativa.¹⁶²

O C.D.S. durante muitos anos manteve a estratégia de colar o 25 de Abril ao 25 de Novembro, contudo em meados dos anos 80 estando na oposição deixou de lado essa tese e passou a traçar um cenário sombrio do panorama económico português, culpando o socialismo, primeiro o do P.C.P. e depois o do P.S. pelos danos, alegadamente

¹⁶¹ VITORINO, António, “Constituição e evolução constitucional”, *História de Portugal* (dir. de João Medina), vol. XIV, Lisboa, Ediclube, 1993, pp. 258-260; REIS, António, “A Revolução do 25 de Abril de 1974”, *História de Portugal* (dir. de José Hermano Saraiva), vol. 3, Lisboa, Publicações Alfa, 1983, pp. 783-784; MAGALHÃES, José, “A Constituição e as suas revisões, a Lei e a Justiça”, *Portugal: 20 Anos de Democracia* (coord. de António Reis), Lisboa, Círculo de Leitores – Temas e Debates, 1996, pp. 116-117.

¹⁶² *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1981, p. 6; *Diário Popular*, Lisboa – 27 de Abril de 1981, p. 6; *A Tarde*, Lisboa – 27 de Abril de 1981, p. 15; *O Primeiro de Janeiro*, Porto – 27 de Abril de 1981, pp. 10, 20; *Jornal de Notícias*, Porto – 27 de Abril de 1981, p. 10; *O Dia*, Lisboa – 27 de Abril de 1981, pp. 1, 17.

causados ao povo e a Portugal. Reivindicariam também a urgência de uma revisão da Constituição comparando os problemas vividos pelos portugueses nos anos 80 com os mesmos que viviam antes do 25 de Abril. Assim sendo, no entender do C.D.S., o espírito do 25 de Abril num Portugal já inserido no espaço europeu, devia ser vivido tendo como bases os princípios social-cristãos da tolerância e do diálogo, mas também o zelo, coragem e competências para um rejuvenescimento nacional.¹⁶³

O P.P.M. (Partido Popular Monárquico), que também constituiu a coligação da A.D. no Parlamento durante toda a II Legislatura (1980-1983), representou os monárquicos ligados à oposição democrática ao Estado Novo e críticos da Causa Monárquica que convergiam com o 25 de Abril. Estes deputados viram o 25 de Abril como a retoma da verdadeira identidade portuguesa que o salazarismo obstruíra durante meio século e que deformou a evolução histórica de Portugal. Além disso homenagearam vários monárquicos que lutaram contra o Estado Novo, como fez o deputado Luís Coimbra nas comemorações do sexto aniversário do 25 de Abril ao evocar homens como Paiva Couceiro, Rocha Martins, Rolão Preto, Alberto Monsaraz, Luís de Almeida, Fernando Amado e tantas outras vozes silenciadas pela «II República».¹⁶⁴ Por outro lado, apesar de terem mantido o respeito institucional pela chefia do Estado Republicano representada no Presidente da República, o P.P.M. afirmou-se convicto de que a figura tutelar do Rei era a melhor para a chefia de Estado. Essa convicção foi reafirmada por Borges de Carvalho no sétimo aniversário do 25 de Abril ao sublinhar que «só o rei é independente, só o rei é sereno», dando como exemplo o papel da monarquia espanhola na defesa da democracia.¹⁶⁵

O grupo dos «Reformadores» só discursou no sexto aniversário do 25 de Abril pela voz de Adão e Silva. Nesse discurso salientou que o caminho para consolidar a democracia em Portugal só seria feito através dum esforço patriótico de renovação da Nação e não de tergiversações ideológicas. Defendeu ainda a preservação da liberdade e da democracia, na perspectiva da tradicional oposição liberal e republicana à ditadura,

¹⁶³ *Diário de Notícias*, Lisboa – 26 de Abril de 1985, p. 4; *A Tarde*, Lisboa – 26 de Abril de 1985, p. 5; *O Dia*, Lisboa – 27 de Abril de 1985, pp. 14-15; *O Primeiro de Janeiro*, Porto – 27 de Abril de 1985, p. 2.

¹⁶⁴ Todos estes antigos dirigentes monárquicos foram maioritariamente fundadores ou adeptos do Integralismo Lusitano, tendo-se tornado dissidentes do Estado Novo ou mesmo críticos do regime de Salazar, fosse pela sua natureza ditatorial ou pela sua política colonial em África. *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1980, p. 5; *A Tarde*, Lisboa – 26 de Abril de 1980, p. 15; *Jornal de Notícias*, Porto – 27 de Abril de 1980, p. 4.

¹⁶⁵ *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1981, p. 4; *O Primeiro de Janeiro*, Porto – 27 de Abril de 1981, p. 7; *Jornal de Notícias*, Porto – 27 de Abril de 1981, p. 7.

terminando a sua intervenção com a transcrição de um poema de Jaime Cortesão intitulado «Ode à Liberdade».¹⁶⁶

A U.E.D.S. e a A.S.D.I. constituíram agrupamentos parlamentares de 1981 a 1985.¹⁶⁷ Os seus discursos nas comemorações do 25 de Abril pautaram-se pela preocupação com a ausência de memória do 25 de Abril e do que foi a ditadura, especialmente por parte da juventude daquela época. Assim sendo os seus interlocutores assumiram para si a obrigação de testemunhar o espírito libertador da revolução para moralizar a esperança dos cidadãos e não deixar esquecer o seu passado.

Nesse sentido, Jorge Miranda, como deputado da A.S.D.I. no oitavo aniversário do 25 de Abril, procurou relembrar esse mesmo passado prestando homenagem ao general Sarmento Pimentel e ao Bispo do Porto D. António Ferreira Gomes por nunca terem cedido aos mecanismos da ditadura. Prestaria honra também aos conselheiros da Revolução pelo seu papel na defesa da democracia.¹⁶⁸

O P.R.D. (Partido Renovador Democrático), fundado a 23 de Fevereiro de 1985 com a aquiescência do general Ramalho Eanes, formou grupo parlamentar até 1990 e discursou a partir de 1986 nas comemorações do 25 de Abril. Este partido baseou-se ideologicamente na moralização da vida política nacional, fruto da descrença vivida pelo povo com as políticas de austeridade impostas pelo Governo do Bloco Central (P.S.-P.S.D.), constituindo-se com uma terceira alternativa política a estes dois partidos tradicionalmente no poder.

Mas o grande momento político do ano de 1986 estaria reservado para as eleições presidenciais, dado que foram as mais renhidas até à actualidade, a ponto de ter existido uma segunda volta. Do lado do centro-direita (P.S.D.+C.D.S.) havia um único candidato – Diogo Freitas do Amaral enquanto a esquerda se pulverizou em três candidatos: Mário Soares (apoiado pelo P.S. e pelo M.A.S.P.), Francisco Salgado Zenha (apoiado pelo P.C.P. e P.R.D.) e ainda Maria de Lourdes Pintassilgo (apoiada pela esquerda radical). No entanto os resultados da 1ª volta foram surpreendentes, uma vez que Freitas do Amaral não conseguiu a maioria suficiente para ser eleito e Mário Soares, líder político marcado pela austeridade que conduziu no seu governo de Bloco

¹⁶⁶ *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1980, p. 5; *Diário Popular*, Lisboa – 26 de Abril de 1980, pp. 7, 22; *Diário de Lisboa*, Lisboa – 26 de Abril de 1980, p. 13; *Jornal de Notícias*, Porto – 27 de Abril de 1980, p. 2; *O Jornal*, Lisboa – 30 de Abril a 8 de Maio de 1980, p. 28.

¹⁶⁷ A União de Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS) foi uma dissidência do P.S. fundada por António Lopes Cardoso e a Acção Social-Democrata Independente (ASDI) foi uma dissidência do P.S.D. fundada por Joaquim Magalhães Mota.

¹⁶⁸ *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1982, p. 5; *Diário de Lisboa*, Lisboa – 26 de Abril de 1982, p. 11; *Jornal de Notícias*, Porto – 27 de Abril de 1982, p. 4.

Central, por consequência passou à 2ª volta.¹⁶⁹ Por isso, na 2ª volta das eleições presidenciais realizada a 16 de Fevereiro de 1986, deu-se a reviravolta que permitiu a vitória de Mário Soares (apoiado por toda a esquerda) com 51,18% dos votos.¹⁷⁰ Mário Soares tornou-se, então, o primeiro Chefe de Estado civil eleito pelos portugueses e tomaria posse como Presidente da República a 9 de Março de 1986.¹⁷¹

Nas comemorações do décimo segundo aniversário do 25 de Abril Mário Soares, recém-eleito Presidente da República, pautou o seu discurso oficial pelo optimismo em relação ao futuro de Portugal. Em seu entender, o 25 de Abril abriu uma época de esperança, de prosperidade, de paz e de liberdade no país, virtualidades essas que atribui aos militares de Abril, prestando-lhes homenagem pelo feito histórico. Porém, Mário Soares advertiu também que ainda existia um longo caminho a percorrer e a construir na sociedade portuguesa para se poder atingir o progresso. Desse modo, a entrada na C.E.E. possibilitaria a eliminação do atraso económico e cultural, com vista a aproximar Portugal dos países europeus mais prósperos e mais desenvolvidos, não desfigurando a identidade nacional e cumprindo o último objectivo do Programa do M.F.A. – o desenvolvimento – para assim, alcançar o prestígio no seio da comunidade internacional.¹⁷²

Esta necessidade de fazer renascer a esperança, por parte do P.R.D., verificou-se também no discurso do deputado Marques Júnior e antigo capitão de Abril no décimo segundo aniversário da efeméride. Na sua comunicação expôs a sua emoção com a comemoração da revolução, uma vez que Marques Júnior viveu duas experiências diferentes: por um lado, o facto de ter sido um dos obreiros do movimento militar que derrubou a ditadura e, por outro lado, o facto de ser, naquela altura, um dos representantes eleitos pelo povo numa democracia que o próprio ajudou a construir. Salientou ainda que o papel do seu partido era aprofundar os valores de Abril e concretizar as esperanças que o mesmo trouxe. Para isso referiu que a conjuntura económica da altura criou condições para que se realizasse o último dos 3D do M.F.A. –

¹⁶⁹ TELO, António José, *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Actualidade*, vol. 2, Lisboa, Editorial Presença, 2008, pp. 11-14.

¹⁷⁰ CNE Resultados Eleitorais – Eleições Presidenciais: 16/02/1986. [Online] Publicado em: <http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=16&mes=02&ano=1986&eleicao=pr> [Acedido em 17 de Março de 2015].

¹⁷¹ “Posse de Mário Soares como Presidente da República”, 09 de Março de 1986. [Online] Disponível em: <http://www.rtp.pt/arquivo/index.php?article=1095&tm=33&visual=4> Colecção Presidentes da República [Acedido em 17 de Março de 2015].

¹⁷² *Diário de Notícias*, Lisboa – 26 de Abril de 1986, p. 3; *Diário Popular*, Lisboa – 26 de Abril de 1986, p. 6; *Jornal de Notícias*, Porto – 26 de Abril de 1986, p. 2; *O Século*, Lisboa – 26 de Abril de 1986, p. 7; *O Dia*, Lisboa – 27 de Abril de 1986, p. 4; *Tempo*, Lisboa – 2 a 8 de Maio de 1986, p. 6.

o desenvolvimento, já que os outros dois – a democratização e a descolonização tinham sido alcançados com êxito. Por fim saudou os capitães por esse feito e o general Ramalho Eanes que, na sua qualidade de Presidente da República, foi um dos principais responsáveis pela consolidação e evolução democrática do país.¹⁷³

O último órgão de soberania que aqui referenciamos – o Conselho da Revolução, que se manteve vigente até à revisão constitucional de 1982, comemorava o 25 de Abril através de comunicados onde saudava a efeméride e, essencialmente recorria a um discurso de optimismo em relação ao futuro do país. Contudo, também cultivou uma estratégia de memória que passava por uma consciencialização histórica do 25 de Abril, como meio de compreensão por parte do povo. Esta estratégia não procurou escamotear as dificuldades vividas à época, antes pretendia reconstituir o passado com conhecimento de causa como forma de encontrar os meios que trilhassem um caminho novo.

No oitavo aniversário do 25 de Abril, o Conselho da Revolução tomou a iniciativa de promover o coronel Sarmento Pimentel ao posto de general, sob proposta de Vítor Alves e Marques Júnior.¹⁷⁴ O depoimento de Sarmento Pimentel, recém-promovido a general, fazia notar que a sua promoção já pecava por tardia, ainda assim mostrou-se agradecido pela iniciativa tomada. Além disso, destacou ainda que com a nova era de liberdade despertada pelo 25 de Abril, a revolução passou por algumas peripécias e momentos infelizes, porém também abriu portas à renovação de Portugal como regime democrático e pluralista onde, na sua óptica devia imperar um socialismo humanista e progressista através da distribuição paritária da riqueza.¹⁷⁵

Em resumo estas comemorações oficiais transmitiram variadas leituras ideológicas da efeméride, para além das várias ligações que eram feitas a determinados acontecimentos históricos distantes (1383, 1640 e 1820) ou acontecimentos históricos mais recentes (25 de Novembro) e menos recentes (1910). A primeira ligação olhava para estas datas como a retoma de uma ideologia de modernidade e de progresso que recuperou a identidade nacional interrompida por um período de contra modernidade. Já a segunda ligação foi olhada como a retoma do curso histórico de liberdade e de

¹⁷³ *Diário de Notícias*, Lisboa – 26 de Abril de 1986, p. 4; *Diário Popular*, Lisboa – 26 de Abril de 1986, p. 7; *Diário de Lisboa*, Lisboa – 26 de Abril de 1986, p. 11; *O Diário*, Lisboa – 26 de Abril de 1986, p. 9; *O Primeiro de Janeiro*, Porto – 26 de Abril de 1986, p. 5; *Jornal de Notícias*, Porto – 26 de Abril de 1986, p. 3; *O Século*, Lisboa – 26 de Abril de 1986, p. 7; *Tempo*, Lisboa – 2 a 8 de Maio de 1986, p. 6.

¹⁷⁴ *Portugal Hoje*, Lisboa – 23 de Abril de 1982, pp. 2-3; *O Jornal*, Lisboa – 23 a 29 de Abril de 1982, p. 5; *Tempo*, Lisboa – 29 de Abril de 1982, p. 5.

¹⁷⁵ PIMENTEL, João Sarmento, “O que fiz foi pelo coração”, *25 de Abril: 1974-1982 Sempre! Suplemento Portugal Hoje*, Lisboa – 24 de Abril de 1982, pp. VIII-IX.

democracia consignada no 25 de Abril, tal como a recuperação do progresso e da justiça social que o republicanismo afirmara em Portugal no início do século.

Dentro destas ligações existiam também variadas leituras ideológicas desses acontecimentos. Em relação ao 25 de Novembro de 1975 é notória a importância que o general Ramalho Eanes atribuiu a esse acontecimento, tendo em conta que foi ele o coordenador desse plano operacional delineado pelo Grupo dos Nove contra qualquer tentativa de tomada do poder, tal como pelo peso que teve na reconquista dos ideais do 25 de Abril. Os partidos situados ideologicamente ao centro-direita (P.S.D.) ou direita conservadora (C.D.S. e P.P.M.) também atribuíam grande significado ao 25 de Novembro porque, na linha liberal do P.S.D., social-cristã do C.D.S. e monárquica do P.P.M. estavam sempre presentes ideias fundamentais de uma democracia: a defesa das liberdades individuais, da doutrina social inspirada nos valores da Igreja e da identidade nacional, contra qualquer tentativa «totalitária» de tomada do poder, fosse ela «saudosista» ou «colectivista». Já a U.D.P., pela sua ideologia revolucionária ser baseada na democracia popular, considerava o 25 de Novembro uma «traição» aos valores de Abril e a recuperação da sociedade capitalista, enquanto o P.C.P. toma uma atitude desvalorizadora do acontecimento e uma linha estratégica que lhe permitisse continuar a defender os ideais do 25 de Abril enquanto recuperador da independência nacional. O P.S., apesar de reconhecer a importância do 25 de Novembro na recuperação das liberdades, acentuou o carácter republicano do 25 de Abril baseado na retoma da linha republicana e socialista pela qual a resistência antifascista, que engrossara as suas fileiras, tanto lutou durante a ditadura.

Ao mesmo tempo, toda esta panóplia de leituras ideológicas criou, por um lado uma memória do 25 de Abril defendida pelos partidos de extrema-esquerda, esquerda radical ou centro-esquerda, fundamentada nas transformações sociais que a mesma operou na sociedade portuguesa criando a expectativa de um futuro melhor. Por outro lado, criou-se uma contra-memória do 25 de Abril por parte dos partidos de centro-direita ou direita conservadora, por contraste com a estratégia anterior, tentando minimizar as transformações sociais que a esquerda reclamava e procurando rever essas mesmas transformações de maneira a fazer cumprir os princípios por ela proclamados, embora respeitando as liberdades individuais e a democracia pluralista e constitucional. Em resumo, cada uma destas linhas ideológicas comemorou o «seu 25 de Abril», na medida em que faziam leituras políticas sobre aquilo que desejariam que tivesse sido o 25 de Abril “(...) marginalizando da História aquilo que considera nocivo e

entronizando aquilo que devia ter sido.”¹⁷⁶ Fica assim patente que na dinâmica celebrativa toda a construção do passado é controlada pelas ideologias dominantes que procuram dividir a história entre vencedores e vencidos.

3.4. Festas partidárias: a retórica usada pelos partidos.

Depois de analisarmos a narrativa político-ideológica dos partidos nas comemorações oficiais do 25 de Abril, propomo-nos observar agora a retórica usada pelos mesmos nas festividades que organizam.

Assim sendo percebemos que as festas partidárias são muito variadas consoante as iniciativas que cada partido leva a cabo. Podiam passar por comícios onde os dirigentes políticos com maior carisma discursavam às suas massas, manifestações onde se visava o descontentamento com o caminho percorrido, podendo gerar uma contra memória acerca do acontecimento em causa, espectáculos musicais onde se evocavam figuras do passado que já tinham partido, perpetuando o seu nome na memória colectiva, comunicados partidários onde se mostrava o apego à efeméride, estando presente ou não nas festas cívicas convocadas ou debates onde se procurava reflectir sobre o acontecimento em questão, aquilo que já fora percorrido e a proposta de caminhos de futuro. Nas comemorações do 25 de Abril averiguamos que os partidos situados ideologicamente à esquerda como o P.C.P., outros grupos partidários que se agrupam em seu torno e o P.S. organizavam comícios e espectáculos tendo em vista autoproclamarem-se como os mais legítimos defensores dos valores de Abril e das conquistas alcançadas com o mesmo, procurando usar a oratória como mecanismo de persuasão dos seus adeptos e passar uma mensagem de confiança no futuro.

A partir de 1977 estas organizações partidárias iniciaram os seus comícios para comemorar o 25 de Abril. Do lado do P.C.P. verificamos que os seus comícios tinham lugar no Parque Eduardo VII. Este comício foi composto por uma coligação designada F.E.P.U. (Frente Eleitoral Povo Unido constituída pelo P.C.P.+M.D.P./C.D.E.+F.S.P.) e, posteriormente na A.P.U. (Aliança Povo Unido constituída pelo P.C.P.+M.D.P./C.D.E.), incluindo independentes e outras personalidades de esquerda. Estes comícios iniciavam-se sempre com a entoação de «Grândola, Vila Morena» de

¹⁷⁶ RUIVO, Francisco Bairrão, “O 25 de Abril? O que é o 25 de Abril?”, *O eterno retorno. Estudos em homenagem a António Reis* (coord. de Maria Inácia Rezola e Pedro Aires Oliveira), Lisboa, Campo da Comunicação, 2013, p. 602.

José Afonso e do Hino Nacional. As palavras de ordem mais gritadas eram «Unidade», «25 de Abril Sempre» e «Fascismo Nunca Mais».

No quarto aniversário do 25 de Abril o comício realizado pela A.P.U. teve como oradores Octávio Pato, José Manuel Tengarrinha, Fernando Piteira Santos e António Lopes Cardoso. Foi uníssona a homenagem ao 25 de Abril e ao M.F.A., tal como às conquistas alcançadas com o mesmo durante os governos de Vasco Gonçalves, como as Nacionalizações e a Reforma Agrária que iriam ser incluídas na Constituição aprovada em 1976 e que o tornou um texto revolucionário e progressista. No entanto, nos seus discursos também não esqueceram que existiu um longo passado de resistência antifascista e, que foi essa mesma luta que tornou vitorioso o 25 de Abril. José Manuel Tengarrinha evocou as lutas operárias, as greves estudantis e a libertação dos presos políticos. Porém, qual o significado histórico destas evocações? O «Fascismo» não era uma memória que se queria desaparecida do imaginário colectivo?

Estas evocações das revoltas operárias, lutas estudantis e da libertação dos presos políticos faziam parte da dialéctica da resistência antifascista à qual o 25 de Abril consagrou como o eterno retorno da vitória final e plena. Por isso José Manuel Tengarrinha recordou a revolta dos operários da Marinha Grande e, além disso, admitimos a possibilidade de se ter referido às lutas estudantis que culminaram nas greves das Universidades de Lisboa em 1962 e de Coimbra em 1969, por fim partilhou a experiência vivida da sua libertação do Forte de Caxias enquanto preso político.¹⁷⁷

Octávio Pato preferiu trazer à memória os 10000 mortos e os 20000 mutilados da Guerra Colonial, a emigração, fome e a miséria vividas durante o regime de Salazar e Marcelo Caetano. António Lopes Cardoso e Fernando Piteira Santos destacariam a unidade da classe trabalhadora contra o «fascismo» para que o mesmo pertencesse apenas ao passado.¹⁷⁸

Esta necessidade de esquecer o passado recente levou a que estes oradores criticassem também aquilo que designariam por «políticas de direita» adoptadas pelos governos do P.S. e depois da A.D. A partir dos anos 80 a A.P.U. passou a organizar espectáculos musicais tendo em vista evocar não só a revolução, mas também figuras

¹⁷⁷ “25 de Abril – Libertação dos Presos Políticos”, 1974. [Online] Disponível em: <http://www.25abril.org/a25abril/index.php?content=170> [Acedido em 18 de Março de 2015].

¹⁷⁸ *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1978, p. 19; *Diário Popular*, Lisboa – 26 de Abril de 1978, p. 8; *O Diário*, Lisboa – 26 de Abril de 1978, p. 11; *Diário de Lisboa*, Lisboa – 26 de Abril de 1978, p. 5.

históricas já ausentes e que representavam um passado de resistência, constituindo-se como exemplo para o futuro.

Assim sendo, pelo décimo aniversário do 25 de Abril, a A.P.U. realizou um espectáculo musical no Rossio que contou com a presença de nomes conceituados da música e da televisão portuguesa como Fernando Tordo, José Jorge Letria e Luís Filipe Costa. O lema para este espectáculo intitulou-se «Abril veio para ficar» e evocou-se a memória de Ary dos Santos e Adriano Correia de Oliveira (dois poetas que se caracterizaram pela demonstração da sua resistência ao Estado Novo através da música e da poesia falecidos, respectivamente, em 1984 e 1982). Ao longo do espectáculo foram lidos poemas de Ary dos Santos, recordou-se, pela voz de Luís Filipe Costa, os primeiros comunicados do M.F.A. e projectou-se um filme sobre os primeiros dias da revolução.¹⁷⁹

Em suma estas iniciativas levadas a cabo pela A.P.U. procuraram restaurar a memória dos tempos mais efervescentes do 25 de Abril (1974-1976) e a sua mensagem pautou-se sempre pela crítica cerrada aos governos que, alegadamente aplicavam «políticas de direita», por isso o slogan que regulou a sua acção política nos meados dos anos 80 foi «25 de Abril Sempre» e «Governo PS/PSD rua».

O P.S. como referimos atrás, promoveu também os seus comícios comemorativos do 25 de Abril, estando no governo ou na oposição. Nesses comícios podemos verificar que a sua acção política se baseou em autoproclamar-se como o mais legítimo defensor do 25 de Abril. Mas porquê essa evidência? O P.C.P. não mostrava também nas suas iniciativas políticas a defesa do 25 de Abril?

Essa evidência foi clara quando Mário Soares referiu que foram os socialistas que procuraram defender um socialismo em liberdade durante o PREC de Vasco Gonçalves em 1975, tal como durante a governação da Aliança Democrática de Sá Carneiro onde expunham o seu repúdio com a tentativa de regresso ao passado, ou seja à «ditadura fascista».

A necessidade de comprovar a defesa de um socialismo em liberdade é notória logo no seu primeiro comício em 1977 pelo terceiro aniversário do 25 de Abril no Campo Pequeno. Nesse comício o secretário-geral do P.S. Mário Soares declarou que, ao fim de três anos de revolução, estava praticamente consumado o Programa do MFA. Referiu também que a vitória da liberdade era devida aos capitães pelo seu acto

¹⁷⁹ *O Diário*, Lisboa – 26 de Abril de 1984, p. 24.

revolucionário, não obstante a construção e a vitória dessa mesma liberdade, segundo Mário Soares, foi devida à luta dos socialistas que assim evitaram a construção de um «socialismo de miséria». Expôs ainda as razões da sua acção governativa enquanto Primeiro-Ministro para explicar aos seus militantes que os sacrifícios pedidos aos portugueses seriam temporários e que não renegou as conquistas de Abril. Por fim sublinhou o papel importante do Presidente da República general Ramalho Eanes no segundo movimento que resgatou o 25 de Abril, isto é, o 25 de Novembro de 1975.¹⁸⁰

Em 1980 e já na oposição o P.S. promoveu uma manifestação que terminou em comício do Largo do Rato ao Largo do Carmo em caravana automóvel. Esta iniciativa foi marcada pelo contexto vivido nesse ano com as comemorações do 25 de Abril e que era um contexto de resistência. Mas que tipo de resistência? O combate aos saudosismos do Estado Novo? Ou à governação de direita levada a cabo pela A.D. de Sá Carneiro?

Estas comemorações partidárias veicularam inequivocamente uma mensagem de resistência ao governo de direita liderada por Sá Carneiro e, ao seu candidato à Presidência da República general Soares Carneiro. Num contexto em que a memória do Estado Novo era ainda muito forte na consciência popular, qualquer tentativa de «obstrução» ou mudança em relação às conquistas do 25 de Abril por parte do Executivo era encarada como um regresso ao passado. Os militares do M.F.A. em conjunto com outros quadrantes políticos de esquerda pressentiam que o país estava em perigo em virtude de a A.D., com a sua propaganda eleitoral, desvirtuar o espírito e património da revolução. É o caso de Melo Antunes, Vítor Alves e Vasco Gonçalves que viam o sexto aniversário do 25 de Abril como o momento para a reafirmação dos valores de Abril que resistissem à demanda restauracionista que o governo de Sá Carneiro, em sua opinião pretendia repor em Portugal minimizando a influência do povo e dos militares na vida política, consubstanciada no seu projecto de revisão constitucional e na figura do seu candidato presidencial, Soares Carneiro.¹⁸¹

¹⁸⁰ *A Luta*, Lisboa – 26 de Abril de 1977, p. 6; *Diário de Notícias*, Lisboa – 25 de Abril de 1977, p. 3; *Diário Popular*, Lisboa – 26 de Abril de 1977, p. 5; *Diário de Lisboa*, Lisboa – 26 de Abril de 1977, p. 6; *O Primeiro de Janeiro*, Porto – 25 de Abril de 1977, p. 5; *O Comércio do Porto*, Porto – 25 de Abril de 1977, p. 6.

¹⁸¹ ANTUNES, Melo, “O projecto de restauração está aí prova-o a troca de cartas entre a AD e o seu candidato”, *Portugal Hoje*, Lisboa – 25 de Abril de 1980, p. 13; ALVES, Vítor, «Este o maior 25 de Abril depois de 74», *Tempo*, Lisboa – 24 de Abril de 1980, p. 6; GONÇALVES, Vasco, “A influência dos militares na política não é um atavismo dos portugueses”, *O Jornal*, Lisboa – 30 de Abril a 8 de Maio de 1980, p. 9.

Tanto Francisco Salgado Zenha como Maria de Lourdes Pintassilgo e João Gomes afinavam pelo mesmo diapasão que este aniversário da efeméride devia ser festejado a pensar no futuro. Mas enquanto a ex-Primeira-Ministra e João Gomes consideraram que todos os democratas se deviam unir em torno de um projecto mobilizador da identidade nacional, Francisco Salgado Zenha ia mais longe ao relembrar uma distinção feita por Eça de Queirós entre *patriotas* e *patrioteiristas*. Aos patrioteiros que identificava como símbolo da decadência nacional e da contra-revolução, havia que responder com os patriotas que pela sua acção libertadora lutavam pelo futuro e pelo progresso nacional.¹⁸²

É neste contexto que se realizou a manifestação encabeçada pelo P.S. e onde participaram dirigentes de outras organizações partidárias como Jorge Sá Borges do M.S.D., Cunha Leal da A.S.D.I. e Fernando Matos da U.E.D.S. em representação de António Lopes Cardoso. Estariam também presentes António Macedo, Salgado Zenha e outros dirigentes socialistas. Mário Soares no discurso que fez às massas pautou-se pela saudação ao 25 de Abril e pela defesa dos seus valores, da Constituição e do Conselho da Revolução. Além disso homenageou Salgueiro Maia e Otelo Saraiva de Carvalho pelo feito histórico realizado ali mesmo no Largo do Carmo que constituiu a queda simbólica do regime autoritário. Prosseguiu a sua alocução com críticas aos partidos e à governação da direita por subverterem os valores de Abril como a democracia e a liberdade querendo regressar, pelas suas palavras, a um «neomarcelismo sem colónias». Reivindicou também que os socialistas eram herdeiros do espírito da I República, espírito esse que se identificou no 25 de Abril, uma vez que ele representava a II República. Por fim apelou aos socialistas e democratas para criarem uma frente unitária capaz de derrotar nas urnas a maioria «revanchista e saudosista» no poder.¹⁸³

Em suma, o P.S. quis demonstrar que era o fiel depositário do movimento libertador levado a cabo pelos capitães, estabelecendo-se como o partido «charneira» da revolução que, por um lado preservava a memória da resistência antifascista considerando-se herdeiro da ideologia republicana e, por outro lado, assumia a defesa

¹⁸² GOMES, João, “Comemorações de resistência”, *Portugal Hoje*, Lisboa – 25 de Abril de 1980, p. 1; PINTASSILGO, Maria de Lourdes, “O 25 de Abril conta por aquilo que foi”, *Portugal Hoje*, Lisboa – 25 de Abril de 1980, p. 17; ZENHA, Francisco Salgado, “Comemorar o 25 de Abril olhando para o futuro”, *República*, Lisboa – Edição Especial 25 de Abril de 1980, p. 5.

¹⁸³ *Portugal Hoje*, Lisboa – 26 de Abril de 1980, pp. 12-13; *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1980, p. 5; *Diário Popular*, Lisboa – 26 de Abril de 1980, p. 9; *Diário de Lisboa*, Lisboa – 26 de Abril de 1980, p. 8; *O Primeiro de Janeiro*, Porto – 27 de Abril de 1980, p. 10; *Jornal de Notícias*, Porto – 27 de Abril de 1980, p. 7.

dos princípios essenciais da Constituição como o pluralismo, a liberdade e a democracia.

O M.R.P.P. também aproveitou o primeiro aniversário do 25 de Abril para realizar uma manifestação no Rossio. Essa manifestação tinha como intuito apelar ao boicote às eleições para a Assembleia Constituinte e à libertação do seu secretário-geral Arnaldo de Matos. Algumas das principais palavras de ordem desta manifestação foram «boicote activo da farsa eleitoral», «abaixo a ditadura militar», «nenhum apoio ao Governo Provisório» e «o Povo libertará Arnaldo de Matos».¹⁸⁴

A F.U.P., frente eleitoral fiel a Otelo Saraiva de Carvalho, realizou comícios em Lisboa e no Porto pelo sexto aniversário do 25 de Abril. Em Lisboa este comício teve lugar em S. Pedro de Alcântara com a presença de cantores populares como José Mário Branco, Vitorino e Francisco Naia. No Porto, o outro comício teve lugar na Faculdade de Ciências com a participação de Acácio Barreiros, Manuel Serra e Alberto Martins, ambos da comissão executiva nacional da F.U.P. Nesses comícios o estratega do 25 de Abril salientou que o mesmo valeu a pena ter sido feito para acabar com a ditadura e, principalmente com a guerra colonial. Por outro lado, criticou o 25 de Novembro por ter retardado a revolução e acentuado a crise; não obstante, acalentou a esperança de que o 25 de Abril continuava vivo na memória dos portugueses, sendo que só uma alternativa popular resolveria a crise que o país atravessava.¹⁸⁵

A linguagem usada por estes partidos era característica própria da extrema-esquerda ou esquerda revolucionária. Além disso o M.R.P.P. não comemorava o 25 de Abril, apesar de realizar as suas manifestações durante os festejos da efeméride, em virtude de a revolução não ter avançado para um regime de democracia popular ou directa baseada na participação dos trabalhadores nos destinos do seu país. Desse modo os partidos que comemoravam o 25 de Abril eram, a seu ver, «traidores» e portadores de uma ideologia «social-fascista» incluindo-se neste leque também o Partido Comunista. As derivações ideológicas que se verificaram nas manifestações e comícios das forças de esquerda revolucionária ou radical reflectiam, por um lado a restrição do seu raio de acção apenas a um campo, ao da crítica aos detentores do poder e ao perigo que representava a sociedade capitalista e, por outro lado, mostravam também a crítica

¹⁸⁴ *Jornal Novo*, Lisboa – 26 de Abril de 1975, p. 8; *O Primeiro de Janeiro*, Porto – 26 de Abril de 1975, p. 8.

¹⁸⁵ *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1980, p. 5; *Diário Popular*, Lisboa – 26 de Abril de 1980, p. 8; *A Capital*, Lisboa – 26 de Abril de 1980, p. 6; *O Primeiro de Janeiro*, Porto – 27 de Abril de 1980, p. 10; *Jornal de Notícias*, Porto – 27 de Abril de 1980, p. 7.

aos “(...) líderes dos partidos e sindicatos socialistas, que se deixaram envolver junto com aqueles na luta pela partilha do poder e que, portanto, fizeram de tudo para evitar a revolução.”¹⁸⁶

Os comunicados dos partidos ou de associações cívicas desejavam mostrar o seu apego à efeméride ou alertar para o incumprimento do programa político que o 25 de Abril pretendeu trazer para o país.

No caso da Comissão Cívica Independente, pela passagem do sexto aniversário do 25 de Abril, verificamos que o seu comunicado alertou que os propósitos do 25 de Abril não estariam a ser cumpridos. Existiam, em seu entender, dois factores que eram sintomáticos dessa mesma ineficácia: a apropriação dos órgãos de soberania pela instituição militar, dando o exemplo da Presidência da República que era disputada por dois generais com o apoio mais ou menos declarado dos partidos, intitulado a Revolução dos Cravos como a dos «Generais de Abril». Por outro lado, tínhamos os aparelhos partidários que transformavam a democracia numa «partidocracia», o que minimizava o papel dos cidadãos na vida política do seu país.¹⁸⁷

Pelo décimo segundo aniversário do 25 de Abril, a comissão nacional do P.R.D. também divulgou um comunicado, em que saudava a efeméride e os Capitães de Abril, onde se destacavam militantes seus como Marques Júnior enquanto deputado e Ramalho Eanes como ex-Presidente da República. Nesta mensagem o P.R.D. apelou também aos seus militantes que participassem activamente nas comemorações populares do 25 de Abril, uma vez que os renovadores reclamavam-se como partido que perfilhava também os valores de Abril. Desse modo a sua participação nas festividades cívicas representaria também uma homenagem à liberdade e à democracia.¹⁸⁸

Os partidos situados ideologicamente ao centro-direita (P.S.D.) ou à direita mais conservadora (C.D.S. e P.P.M.) também comemoravam o 25 de Abril, mas com outros mecanismos que os diferenciavam dos partidos de esquerda ou centro-esquerda, uma vez que não promoviam comícios ou manifestações de rua, antes debates que procurassem reflectir sobre o acontecimento, as suas causas e os caminhos a desbravar para o futuro.

¹⁸⁶ BONAZZI, Tiziano, “Mito Político”, BOBBIO, Norberto e outros, *Dicionário de Política*, vol. 2, 12ª Ed., Brasília, Dinalivro, 2004, p. 755.

¹⁸⁷ *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1980, p. 5; *O Primeiro de Janeiro*, Porto – 27 de Abril de 1980, p. 14.

¹⁸⁸ *O Dia*, Lisboa – 25 de Abril de 1986, pp. 16-17.

Assim sendo, no sexto aniversário do 25 de Abril, a coligação da Aliança Democrática (P.S.D+C.D.S.+P.P.M.) participou num colóquio-debate promovido pela comissão política distrital do P.S.D. de Lisboa e subordinado ao tema «25 de Abril». Nesse colóquio seriam oradores Francisco de Sousa Tavares enquanto deputado independente da A.D., Pedro Roseta do P.S.D., Lucas Pires do C.D.S. e Henrique Barrilaro Ruas do P.P.M. Sousa Tavares foi o primeiro orador da sessão e preconizou que a responsabilidade principal da maioria da A.D. era recuperar o P.S. para a democracia portuguesa e nunca marginalizar o seu eleitorado, sob pena de ter uma surpresa desagradável nas eleições legislativas que se avizinhavam, sendo certo também que era mais fácil para um partido recuperar eleitorado estando na oposição e não no governo. Os restantes oradores procuraram contextualizar e explicar as razões que culminaram no 25 de Abril e a evolução da democracia portuguesa. Foi unânime a opinião de que o 25 de Abril foi um golpe de Estado militar que aniquilou um regime ditatorial já esgotado e que originou uma revolução sem precedentes; por isso Lucas Pires acentuou de forma clara que o 25 de Abril foi «Um tiro de misericórdia num regime moribundo». No que concerne à evolução política da democracia portuguesa, é que as perspectivas dos oradores divergiram ligeiramente. Enquanto Pedro Roseta referiu que, a seguir ao 25 de Abril seguiram-se dois processos diferentes, o primeiro de tipo vanguardista militar liderado pelo P.C.P. e depois o processo democrático ainda influenciado pelas sequelas vanguardistas, Lucas Pires enfatizou que após o golpe militar sucederam-se três 25 de Abril, respectivamente, a 11 de Março, 25 de Novembro de 1975 e a 2 de Dezembro do ano transacto com a vitória da A.D. nas eleições intercalares. Já Henrique Barrilaro Ruas expôs na sua alocução que o 25 de Abril embora tenha permitido a construção de um Estado Moderno, ainda assim não tinha recuperado a identidade nacional que, numa perspectiva monárquica, tinha desaparecido no Estado Novo salazarista e no Estado Social caetanista.¹⁸⁹

Após esta análise verificamos que todos os partidos se reclamavam do 25 de Abril e do seu ideal de construção de um futuro melhor para Portugal, todavia nem todos tinham as mesmas iniciativas. Os partidos de esquerda e centro-esquerda baseavam as suas festividades em comícios, espectáculos, manifestações e comunicados e a sua principal mensagem era a defesa dos valores de Abril e a necessidade de lembrar

¹⁸⁹ *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1980, p. 5; *Diário Popular*, Lisboa – 26 de Abril de 1980, p. 12; *A Capital*, Lisboa – 26 de Abril de 1980, p. 6; *Jornal de Notícias*, Porto – 27 de Abril de 1980, p. 7; *A Tarde*, Lisboa – 26 de Abril de 1980, p. 28; *O Dia*, Lisboa – 28 de Abril de 1980, pp. 10-11.

a resistência antifascista para justificar a ruptura com o passado recente. Note-se que este «vício» de recordar os mesmos acontecimentos ajudava a construir uma memória colectiva que permitisse “(...) compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.”¹⁹⁰ Os partidos de direita tentaram minimizar as manifestações de massas e procuraram reflectir sobre a importância dos valores da democracia e da liberdade que o 25 de Abril trouxe e encontrar perspectivas que visassem um futuro melhor e não o retorno a experiências autoritárias de direita ultraconservadora ou de esquerda revolucionária. Em suma todos os partidos trabalharam a memória do 25 de Abril junto dos seus adeptos de forma a travar a amnésia colectiva do povo em relação ao seu passado. Este esforço de consolidação da memória constituía um motivo para o poder político alimentar um determinado tipo de memória e trabalhá-la de modo a recuperar a identidade nacional e essa reconstrução identitária levou ao uso de uma narrativa política do passado como instrumento de poder.

3.5. Suportes materiais da memória: que originalidades?

À memória discursiva do 25 de Abril associou-se a sua representação simbólica sob variadas maneiras e que abrangiam o campo numismático, filatélico e toponímico. Esta memória material perpetuou o 25 de Abril numa viagem exterior ao passado que só a mente humana poderia traçar e produzir tendo em vista partilhá-la com o seu semelhante.

Os actos comemorativos não se cingiam apenas aos discursos orais e escritos, também se reproduziam em imagens ou símbolos que ressuscitavam o tempo histórico. Nas comemorações do 25 de Abril esta ritualização material não fugiu à regra. O monumento foi, por sinal o suporte de memória mais usado, e que procurou tornar o ritual comemorativo menos monótono e banal, construindo e conservando o passado daqueles que se destacaram do cidadão comum pelas causas que defendiam e desejavam passar para os seus contemporâneos. Essa mensagem podia ser representada e veiculada através da sua edificação, que testemunhava e se constituía como prova da existência desse passado, combatendo a amnésia colectiva ou o esquecimento premeditado.¹⁹¹

¹⁹⁰ GOFF, Jacques Le, “Memória”, *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, p. 46.

¹⁹¹ JOÃO, Maria Isabel, *Memória e Império [...]*, p. 395.

Assim sendo, no sétimo aniversário do 25 de Abril, a Câmara Municipal do Seixal apresentou a maquete de um monumento à revolução que seria erigido nessa vila e que estava integrado no seu programa comemorativo. Tratou-se de uma peça da autoria do escultor Anjos Teixeira e que simbolizava a luta dos trabalhadores contra os mecanismos opressivos e repressivos da ditadura em prol de uma sociedade melhor e mais justa, simbologia essa que além de representar a memória da libertação conseguida com o 25 de Abril, ao mesmo tempo representou a memória da resistência antifascista.¹⁹²

Temos ainda outros exemplos levados a cabo pelas Câmaras Municipais de Sesimbra e Angra do Heroísmo para celebrar o décimo primeiro aniversário do 25 de Abril. Na cidade da margem sul de Lisboa foi então inaugurado um monumento à efeméride com um conjunto metálico de cravos vermelhos estilizados e mandado erguer pelo executivo camarário. Nessa cerimónia esteve presente o Presidente da Câmara Sesimbrense Ezequiel Lino, o Presidente da Comissão de Honra das Comemorações da mesma cidade Miguel Bastos e ainda o almirante Vítor Crespo como representante da Associação 25 de Abril.¹⁹³ Na cidade açoriana o 25 de Abril foi assinalado com a reinauguração de um monumento que tinha sido destruído pelo sismo de 1980, de seu nome «Memória». Este obelisco tinha sido construído em homenagem a D. Pedro IV, o monarca que tinha posto fim ao reinado absolutista de D. Miguel e que era considerado um herói nessa cidade açoriana.¹⁹⁴

Já as medalhas e moedas que comemoram qualquer efeméride distinguem-se dos monumentos, uma vez que produzem objectos comemorativos. Estas peças tem como finalidade celebrar um facto ou figura histórica inscrevendo-a como memória através da imagem, do nome ou da data para enaltecer o seu feito pretérito e, nestas comemorações, tornaram-se uma prática constante.

No que diz respeito à medalhística, tomamos como exemplos concretos desta prática a edição das medalhas oficiais. Referimos como exemplo, aquela que aludiu ao 25 de Abril como Dia da Liberdade aquando do seu quarto aniversário. Foi a Comissão Organizadora das Comemorações Oficiais presidida pelo capitão Sousa e Castro quem tomou esta iniciativa.¹⁹⁵ No ano seguinte foi também editada a medalha oficial comemorativa do quinto aniversário do 25 de Abril. Essa medalha foi desenhada em

¹⁹² *O Diário*, Lisboa – 26 de Abril de 1981, p. 5.

¹⁹³ *O Diário*, Lisboa – 26 de Abril de 1985, p. 15.

¹⁹⁴ *O Primeiro de Janeiro*, Porto – 27 de Abril de 1985, p. 3.

¹⁹⁵ *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1978, p. 18; *O Diário*, Lisboa – 25 de Abril de 1978, p. 9.

forma de pentágono para simbolizar os cinco anos da revolução e fazia alusão a temas como liberdade, democracia, justiça social, descolonização e, ainda ao Ano Internacional da Criança. Nesse mesmo pentágono foram inscritos os principais acontecimentos desses cinco anos: 1974 – o golpe dos capitães; 1975 – Eleições para a Assembleia Constituinte; 1976 – Eleições para a Assembleia da República; 1977 – Comemoração do Dia de Portugal; 1978- -Comemoração do Dia da Liberdade.¹⁹⁶

Em relação à numismática verificamos que, a partir do sexto aniversário da efeméride, passaram a ser editadas moedas comemorativas. Assim sendo o Banco de Portugal distribuiu moedas de 100 e 250 escudos com referências alusivas ao 25 de Abril e à República Portuguesa para assinalar o acontecimento.¹⁹⁷ Em 1984, pelo décimo aniversário da revolução, foi a Imprensa Nacional – Casa da Moeda que cunhou uma moeda comemorativa do 25 de Abril. Essa moeda apresentou no seu anverso o escudo das armas nacionais e a legenda referenciou a primeira década de 1974-1984 como a de ascensão da República Portuguesa. No reverso da moeda foram evocados os princípios da Democracia e da Liberdade.¹⁹⁸

Os selos e bilhetes-postais não tiveram o mesmo protagonismo neste tipo de comemorações como as moedas ou medalhas. Desse modo só no primeiro aniversário do 25 de Abril encontramos uma emissão extraordinária de selos comemorativos da revolução. Esses selos eram alusivos ao 25 de Abril e às suas conquistas, tais como o direito às liberdades fundamentais, à descolonização e à nova ordem constitucional estabelecida.¹⁹⁹ No sexto aniversário do 25 de Abril os C.T.T. emitiram bilhetes-postais sobre a revolução contudo, a mesma estação de correios foi criticada pela forma como editou a efeméride em causa. Exibiu uma imagem da Assembleia da República sem indiciar o motivo pelo qual o fez e utilizou uma legenda muito vaga intitulada «25 de Abril de 1980».²⁰⁰

A representação material do 25 de Abril e a perpetuação da sua memória não se circunscreveu apenas ao campo numismático, medalhístico e filatélico. Também foi reproduzida no discurso iconográfico. Este tipo de representação idealizou no imaginário colectivo uma concepção abstracta do passado que permitia recriar e ilustrar os acontecimentos históricos mais marcantes de forma alegórica ou figurada, o que

¹⁹⁶ *O Jornal*, Lisboa – 20 a 26 de Abril de 1979, p. 19.

¹⁹⁷ *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1980, p. 29.

¹⁹⁸ *O Dia*, Lisboa – 25 de Abril de 1984, pp. 4, 22.

¹⁹⁹ *República*, Lisboa – 24 de Abril de 1975, p. 12.

²⁰⁰ *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1980, p. 29; *A Capital*, Lisboa – 26 de Abril de 1980, p. 12.

podia atrair os mais curiosos e fazer passar a ideia de que a revolução estava viva na consciência colectiva.

Por isso, as pinturas murais também preencheram o leque comemorativo desta efeméride. Logo no primeiro aniversário do 25 de Abril foi pintado um mural nas paredes das ruas de Lisboa que evidenciou a vitória da «Revolução das Flores», mas também recordou a aliança Povo - M.F.A. representada numa pomba branca que marchava no caminho da paz.²⁰¹ Em 1977, no distrito da Amadora, uma comissão de moradores do Bairro Janeiro pintou um mural alusivo ao Movimento dos Capitães por decisão da respectiva Assembleia de Freguesia.²⁰²

A forma de materializar a memória do 25 de Abril também trouxe algumas inovações em relação às práticas tradicionais existentes outrora noutras comemorações. Por exemplo, a lotaria, a partir do primeiro aniversário do 25 de Abril, também se tornou um novo mecanismo de corporização da memória da revolução e, para tal, utilizou o cravo como símbolo e imagem da sua propaganda.²⁰³ Pelo quinto aniversário da efeméride temos outra inovação a registar: a edição, pela primeira vez, de um disco comemorativo do 25 de Abril. Esse disco continha arranjos de Pedro Osório sobre «Life on the Ocean Wave», de Russell conhecida como «Marcha do MFA» que antecedia a divulgação dos comunicados com que o país foi informado da movimentação militar de 25 de Abril e, ainda a senha decisiva para o arranque das operações «Grândola, Vila Morena» de José Afonso. A capa deste disco reproduziu o cartaz do Dia da Liberdade e, na contracapa a letra da canção de José Afonso em várias línguas.²⁰⁴ Tivemos ainda outra inovação, pertencente ao campo serigráfico e, por isso, no décimo segundo aniversário do 25 de Abril foi publicada uma serigrafia de Malangatana, conhecido artista moçambicano. Tratou-se de uma iniciativa do Clube Naval de Lisboa.²⁰⁵

No que diz respeito à toponímia que estuda os nomes dados a determinados lugares e a sua razão histórica, ou seja o *topos*, verificamos que no fenómeno comemorativo predominou a necessidade de se representar simbolicamente a resistência antifascista e republicana à ditadura, a memória da repressão e do silenciamento de vozes dissonantes ao regime, a oposição da ala liberal durante a «primavera marcelista» e outros «heróis» que deixaram a sua marca em momentos históricos que Portugal

²⁰¹ *Diário de Notícias*, Lisboa – 25 de Abril de 1975, p. 4.

²⁰² *O Diário*, Lisboa – 26 de Abril de 1977, p. 20.

²⁰³ *República*, Lisboa – 23 de Abril de 1975, p. 3; *Diário Popular*, Lisboa – 24 de Abril de 1975, p. 3; *A Capital*, Lisboa – 24 de Abril de 1975, p. 8; *Expresso*, Lisboa – 15 de Abril de 1976, p. 4.

²⁰⁴ *O Jornal*, Lisboa – 20 a 26 de Abril de 1979, p. 19.

²⁰⁵ *Diário de Notícias*, Lisboa – 24 de Abril de 1986, p. 18.

vivera outrora épocas de glorificação e de grandeza nacional e que explicavam a necessidade de se retomar no futuro esse exemplo estoico. Esta representação da memória reflectia não só o respeito por quem era homenageado e pelo contributo que deu para o progresso dos povos, mas também a curiosidade dos cidadãos pelo seu passado comum, não deixando que o mesmo esmorecesse no tempo.

Assim sendo, nas comemorações do 25 de Abril a representação toponímica teve a necessidade de cultivar a memória do passado, mas também intuítos políticos, uma vez que todas as tendências partidárias homenageariam figuras que constituíram exemplo de tenacidade na defesa dos seus valores, que exerceram o seu mandato cívico defendendo a democracia e a liberdade, cidadãos comuns que caíram na defesa desses mesmos valores e personalidades de um passado mais antigo que foram marcantes na história da Nação portuguesa. Além disso, as Câmaras também inscreveram as suas políticas de memória na toponímia municipal.

Nesse sentido verificamos que, no terceiro aniversário do 25 de Abril no Porto, o coronel Hélder Ribeiro (um dos homens do 5 de Outubro) recebeu uma homenagem póstuma com a atribuição do seu nome a uma das artérias da cidade de Matosinhos. No mesmo ano em Lisboa, foi plantada uma «Árvore do 25 de Abril» e lido um texto alusivo à mesma iniciativa, à criança e à democracia.²⁰⁶ No sexto aniversário do 25 de Abril em Fafe, foram descerradas placas toponímicas em homenagem a Alexandre Herculano, Afonso Costa, António Sérgio, Camilo Castelo Branco, Egas Moniz e Ferreira de Castro.²⁰⁷ Em Viana do Castelo, pelo décimo aniversário do 25 de Abril e por iniciativa do Centro Cultural do Alto Minho, a Praça 1º de Maio foi designada para implantação de um monumento alusivo à efeméride, além disso foi também descerrada uma placa evocativa da participação do BC 9 no Movimento dos Capitães.²⁰⁸ Por fim em 1985, pela comemoração da efeméride, na Freguesia de S. Sebastião em Setúbal foi descerrada uma lápide em memória de Manuel da Luz Graça, um antigo operário e resistente antifascista, para além de ex-prisioneiro do Tarrafal já falecido. A esta iniciativa associou-se o Presidente da Câmara Municipal do Setúbal.²⁰⁹ No mesmo ano mas em Faro, a respectiva Câmara Municipal associou às celebrações do 25 de Abril uma homenagem póstuma a Júlio Almeida Carrapato, destacado dirigente político,

²⁰⁶ *Diário de Notícias*, Lisboa – 25 de Abril de 1977, pp. 4, 11.

²⁰⁷ *Portugal Hoje*, Lisboa – 25 de Abril de 1980, p. 2.

²⁰⁸ *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1984, p. 4; *Diário Popular*, Lisboa – 26 de Abril de 1984, pp. 4-5; *Diário de Lisboa*, Lisboa – 24 de Abril de 1984, p. 5; *Jornal de Notícias*, Porto – 26 de Abril de 1984, p. 5; *A Tarde*, Lisboa – 26 de Abril de 1984, p. 9.

²⁰⁹ *O Diário*, Lisboa – 26 de Abril de 1985, p. 14.

conferindo-lhe a medalha de ouro da cidade e descerrando-lhe uma placa toponímica com o seu nome na antiga Avenida Olivença.²¹⁰

Em 1977, uma Comissão Organizadora das Comemorações Populares, à qual se associaram Capitães de Abril como Otelo Saraiva de Carvalho, Dinis de Almeida, Rosa Coutinho, Eurico Corvacho, Campos de Andrada, entre outros e ainda partidos de Esquerda Revolucionária como o M.E.S. e a U.D.P., evocou os quatro cidadãos mortos pela PIDE-DGS na tarde de 25 de Abril de 1974. Foi então descerrada uma lápide em homenagem a estes quatro cidadãos antifascistas na Rua António Maria Cardoso (sede da ex-polícia política), por um ex-presos político de seu nome José Manuel Esperto, depois Otelo depôs, por baixo da lápide, uma coroa de flores. De seguida, esse ex-presos político recordou a repressão exercida durante muitos anos pela PIDE-DGS e foram entoadas palavras de ordem como «A Luta Continua», «Soldados Sempre, Sempre ao Lado do Povo» e «O 25 de Abril está Vivo».²¹¹ Nesse mesmo ano de 1977, mas na cidade do Porto, a Marinha Portuguesa, na pessoa do C.E.M.A. almirante Souto Cruz, descerrou uma placa em honra ao Infante D. Henrique junto ao monumento ao Tripeiro da Inclita Geração, pela sua importância nos descobrimentos portugueses. A propósito das comemorações do 25 de Abril, o almirante Souto Cruz afirmou, a dada altura, a importância desta data como um momento histórico, no qual as liberdades e a dignidade do povo português foram restauradas após meio século de regime autoritário. Posteriormente, evocou algumas das efemérides mais importantes da História de Portugal começando pela Idade Média com a revolução de 1383, passando pela restauração de 1640, as guerras liberais, a tentativa revolucionária do 31 de Janeiro de 1891 e o PREC de 1975 para justificar os desafios históricos que os portugueses enfrentavam àquela data e incentivá-los a alcançar as vitórias que os seus antepassados tinham conseguido, como foi o caso do Infante D. Henrique. Nessa cerimónia estiveram presentes várias autoridades militares e civis, o comandante da Região Militar do Norte brigadeiro Pires Veloso, o governador e vice-governador civil do Porto, Carlos Cal Brandão e Manuel Ramos e o Presidente da Câmara Municipal do Porto Aureliano Veloso. Além disso foi também prestada homenagem à Região Militar do Norte como

²¹⁰ *Diário de Lisboa*, Lisboa – 26 de Abril de 1985, p. 4; *A Tarde*, Lisboa – 26 de Abril de 1985, p. 5.

²¹¹ Nessa mesma lápide podia-se ler a seguinte frase: «Aqui na tarde de 25 de Abril a Pide abriu fogo sobre as massas populares e matou: Fernando Carvalho Gesteira, José Janes Barretto, Fernando Guerreiro Reis e José Guilherme Rego Arruda». *Diário Popular*, Lisboa – 26 de Abril de 1977, p. 6; *Diário de Lisboa*, Lisboa – 26 de Abril de 1977, p. 6; *A Luta*, Lisboa – 26 de Abril de 1977, p. 6; *O Primeiro de Janeiro*, Porto – 25 de Abril de 1977, p. 5; *O Comércio do Porto*, Porto – 27 de Abril de 1977, p. 9; *Jornal Novo*, Lisboa – 26 de Abril de 1977, p. 8; *O Dia*, Lisboa – 26 de Abril de 1977, p. 3.

sendo um dos baluartes da democracia portuguesa. A bordo do «Sagres» o almirante Souto Cruz salientou a importância dessa mesma região militar na defesa das conquistas de Abril e apelou à união de todas as Forças Armadas, no sentido da construção de um país mais próspero no porvir. De seguida o C.E.M.A. ofereceu ao brigadeiro Pires Veloso, como comandante da respectiva Região Militar, uma placa artística, na qual a Marinha relembrou os altos serviços prestados ao País pelas forças militares nortenhas.²¹²

Na madrugada que assinalou o quarto aniversário do 25 de Abril, o secretário-geral do P.S. Mário Soares homenageou José Magalhães Godinho, fundador do partido e um dos resistentes da oposição republicana à ditadura salazarista, com o descerrar de uma lápide com o seu nome numa sede do P.S. em Alcântara. Nessa sessão de homenagem ao Provedor de Justiça, Mário Soares historiou o percurso antifascista do homenageado e o seu combate pelo socialismo democrático, lembrando a primeira greve académica de 1927 e a geração do M.U.D. a que Magalhães Godinho pertenceu e que durante décadas foi ostracizada e perseguida pela sua oposição ao salazarismo. Aproveitou ainda para alertar os seus militantes para o perigo das forças reaccionárias que pretendiam regressar ao 28 de Maio, dando o exemplo da libertação de cinco suspeitos que tinham agredido Almeida Santos e avisou que os socialistas estariam prontos a combater na rua essas forças com a mesma determinação de 1975 durante o PREC. José Magalhães Godinho agradeceu a iniciativa tomada e recordou a transformação da antiga A.S.P. (Acção Socialista Portuguesa) em Partido Socialista a 19 de Abril de 1973 enaltecendo a figura de Mário Soares. Salientou ainda que aquilo que os unia naquela ocasião era a lembrança dos combates pelo socialismo e pela liberdade em Portugal. Participaram nesta homenagem vários socialistas como António Arnaut, Salgado Zenha, Jaime Gama, Manuel Alegre entre muitos outros.²¹³

No sétimo aniversário da Revolução o Primeiro-Ministro da A.D. Francisco Pinto Balsemão deslocou-se à Herdade dos Machados em Moura tendo em vista homenagear a passagem do antigo chefe de governo da A.D., Francisco Sá Carneiro um ano antes nesse lugar com o intuito de distribuir as terras aos respectivos proprietários. Nesta visita ao local, Pinto Balsemão descerrou uma lápide em memória da distribuição de terras a pequenos agricultores feita pelo antigo Primeiro-Ministro Sá Carneiro (que

²¹² *O Primeiro de Janeiro*, Porto – 27 de Abril de 1977, p. 8; *O Comércio do Porto*, Porto – 27 de Abril de 1977, p. 10; *Diário de Notícias*, Lisboa – 25 de Abril de 1977, p. 4; *Diário de Lisboa*, Lisboa – 26 de Abril de 1977, p. 20.

²¹³ *A Luta*, Lisboa – 26 de Abril de 1978, p. 9; *O Diário*, Lisboa – 26 de Abril de 1978, p. 10.

faleceu num desastre aéreo em 4 de Dezembro de 1980). Nesse descerrar da respectiva lápide, Pinto Balsemão recordou o amigo e o homem que, na sua óptica, sempre se bateu pelas suas convicções tendo em vista o bem-estar do povo português. De seguida honrou a coragem desses agricultores na defesa das suas terras, o que significou a derrota do sistema latifundiário e do colectivismo.²¹⁴

Em resumo este tipo de representações ou evocações de figuras míticas do passado, constituíram num processo de rememoração que Paul Ricoeur interpreta como “o retorno à consciência despertada de um acontecimento reconhecido como tendo ocorrido antes do momento em que esta declara tê-lo sentido, percebido, sabido.”²¹⁵

E a memória do 25 de Abril materializou-se neste retorno a vários tipos de memórias: a memória da resistência antifascista e republicana, a memória da tradição mais liberal e oposicionista ao Estado Novo consubstanciada em Sá Carneiro durante o período em que combateu a ditadura como na altura em que tomou nas suas mãos a defesa da democracia representativa, a memória de cidadãos comuns que tombaram em defesa das suas convicções e, por fim, a memória de um passado mais antigo onde se procurou buscar vários futuros.

Assim sendo verificamos que a construção desta memória vivida visou instituir ou reforçar a coesão e a identidade dos evocadores legitimando a procura de respostas para os problemas do presente através do passado. Isto também significa que a recordação é uma imagem que nunca se separa da nossa consciência, antes pelo contrário, já que o acto de recordar é a causa – efeito dessa percepção que se desenrola no nosso espírito e que aprova ou reprova os nossos actos praticados no presente e no futuro.²¹⁶

3.6. Práticas culturais: que novidades?

Passaremos agora a considerar as práticas culturais inerentes a este modelo de comemorações. Como sabemos os discursos orais ocuparam sempre uma posição privilegiada na evocação das efemérides, uma vez que o peso da retórica e da capacidade de persuasão das lealdades pátrias dos cidadãos era um elemento

²¹⁴ *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1981, p. 6; *A Tarde*, Lisboa – 27 de Abril de 1981, p. 16; *O Dia*, Lisboa – 27 de Abril de 1981, p. 15.

²¹⁵ RICOEUR, Paul, *A memória, a história, o esquecimento*, Brasil, Unicamp, 2000, p. 73.

²¹⁶ FENTRESS, James; WICKHAM, Chris, *Memória social. Novas perspectivas sobre o passado*, Lisboa, Editorial Teorema, 1994, p. 19.

fundamental para todas as forças políticas conseguirem congregar as massas em torno de uma determinada memória ideológica que narram acerca do acontecimento em causa.

No entanto, o uso da escrita também ocupou um lugar importante na forma de as sociedades perpetuarem a memória, tal como a organização constante de exposições e colóquios, onde se procura transmitir a um público menos consciencializado ou letrado e às gerações mais novas, os testemunhos de memória de um acontecimento. A edição ou reedição de obras bibliográficas, iconográficas e artísticas é, em si mesma, uma forma de comemoração, uma vez que procura partilhar com os outros a memória vivida e alargar a um largo espectro da sociedade um conhecimento mais aprofundado dos factos ocorridos e da forma como se desenrolaram.

Nas comemorações do 25 de Abril foram múltiplas as práticas culturais levadas a cabo onde podemos destacar uma panóplia de exposições de teor numismático, filatélico, bibliográfico e documental acerca dos acontecimentos de 25 de Abril e do processo revolucionário que lhe esteve subjacente.

Relativamente a iniciativas culturais, logo no primeiro aniversário do 25 de Abril foi inaugurada na Galeria Nacional de Arte Moderna, uma exposição documental acerca dos acontecimentos revolucionários do biénio 1974 – 1975 organizada pelos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, da Educação e Cultura e da Comunicação Social e com a colaboração da Secretaria de Estado da Emigração, da 5ª Divisão do E.M.G.F.A. e da Associação Portugal – R.D.A. Esta exposição tinha como finalidade evidenciar alguns dos acontecimentos mais marcantes do ano a que fizemos referência, dando ênfase à queda do Estado Novo, ao processo de descolonização, aos variados contra-golpes que tentaram travar o curso da revolução (28 de Setembro e 11 de Março), às campanhas de dinamização cultural levadas a cabo pelo M.F.A. que, por conseguinte ajudaram ao esclarecimento político do povo e a influência que as nacionalizações tiveram na caminhada de Portugal para a via socialista.²¹⁷

Existiu também outra exposição na FIL sob o tema «O 25 de Abril na Moeda, na Medalha e nos Selos». Nesta exposição a Imprensa Nacional – Casa da Moeda fez-se representar com um projecto para a moeda e medalha comemorativas da revolução, o Banco Nacional Ultramarino fez figurar na respectiva exposição, a sua medalha comemorativa aludindo e estabelecendo um paralelismo entre o 1º de Dezembro de

²¹⁷ *República*, Lisboa – 26 de Abril de 1975, p. 10; *O Século*, Lisboa – 25 de Abril de 1975, p. 4; *Diário de Lisboa*, Lisboa – 26 de Abril de 1975, p. 4; *Diário Popular*, Lisboa – 26 de Abril de 1975, p. 12; *O Comércio do Porto*, Porto – 25 de Abril de 1975, p. 12.

1640 e o 25 de Abril de 1974, coincidindo as duas efemérides por uma razão comum: a restauração da liberdade e da independência nacional aos portugueses. Por fim tínhamos os Correios, Telégrafos e Telefones que apresentaram uma exposição de teor filatélico sobre o primeiro aniversário do 25 de Abril e das campanhas de dinamização cultural efectuadas pelo M.F.A.²¹⁸

No terceiro aniversário do 25 de Abril, no Porto o Governador Civil Mário Cal Brandão inaugurou no átrio dos Paços do Concelho uma exposição bibliográfica e fotográfica referente ao 25 de Abril. Nessa exposição figuraram duas obras de inequívoco destaque como *Portugal Amordaçado* de Mário Soares e *Rumo à Vitória* de Álvaro Cunhal, duas obras que demonstravam o caminho percorrido por dois dos principais políticos desse tempo e a sua resistência antifascista que culminou em múltiplas prisões.²¹⁹

No décimo aniversário do 25 de Abril os Ministérios das Finanças e da Cultura quiseram comemorar a efeméride com a criação de três prémios literários. Em despacho conjunto dos dois ministérios foram criados prémios de 1000, 500 e 250 contos para obras históricas que versassem um destes dois temas: «História da Oposição à Ditadura (1926-1974)» ou «História de declínio e ruína da ditadura».²²⁰

De salientar também que, no mesmo ano, a Associação 25 de Abril em conjunto com a Associação Portuguesa de Escritores, realizou na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, uma exposição bibliográfica e documental intitulada «25 de Abril – 10 Anos de Democracia». Esta exposição foi aberta ao público a 30 de Abril e era constituída por: uma homenagem aos escritores falecidos nesses 10 anos de liberdade e democracia; livros e outras publicações de carácter literário, folhetos e brochuras realizados nessa década e que reflectiam o espírito de liberdade alcançado com o 25 de Abril; jornais, revistas, folhas e suplementos culturais e literários de 1984; jornais e revistas portugueses e estrangeiros que referenciavam os acontecimentos do 25 de Abril e do 1º de Maio de 1974; trabalhos académicos e ensaios; estatísticas, indicadores, estudos sobre a produção, divulgação e comercialização do livro em Portugal ao longo dessa década; cartazes, programas de teatro e de cinema e capas de

²¹⁸ *O Século*, Lisboa – 25 de Abril de 1975, p. 7.

²¹⁹ *O Primeiro de Janeiro*, Porto – 27 de Abril de 1977, p. 8; *Jornal de Notícias*, Porto – 27 de Abril de 1977, p. 3; *O Comércio do Porto*, Porto – 27 de Abril de 1977, p. 9; *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1977, pp. 2, 8; *O Diário*, Lisboa – 26 de Abril de 1977, p. 7.

²²⁰ *Diário de Lisboa*, Lisboa – 26 de Abril de 1984, p. 7; *A Capital*, Lisboa – 26 de Abril de 1984, p. 3; *Jornal de Notícias*, Lisboa – 26 de Abril de 1984, p. 5; *O Diário*, Lisboa – 26 de Abril de 1984, p. 17; *O País*, Lisboa – 27 de Abril de 1984, p. 36.

discos selecionados; colóquios que tiveram lugar às terças e quartas-feiras do mês de Maio num anfiteatro da Faculdade de Letras e que versavam temas como a poesia, o canto e a canção, o teatro, o cinema, tendo em conta filmes inspirados em obras literárias, música, os jornais e o papel dos jornalistas, por fim houve um encontro dos escritores com jovens estudantes.²²¹

Por outro lado, a Associação 25 de Abril realizou um seminário de 2 a 4 de Maio na Fundação Gulbenkian subordinado ao tema «25 de Abril – 10 anos depois» e que teve a presença do Presidente da República. Nos dias 26 e 27 de Abril esta organização cívica realizou também cerimónias evocativas da libertação dos presos políticos em Caxias e Peniche e, no dia 28, um espectáculo no Coliseu dos Recreios onde se projectaram diaporamas alusivos à ditadura, à guerra colonial, à censura e à importância que os cânticos de intervenção tiveram no combate pela liberdade, daí a presença de individualidades ligadas à música de resistência como Carlos Paredes, Fausto, José Mário Branco e Luís Cília.²²²

Também eram feitos seminários ou colóquios para comemorar a efeméride. Nesse tipo de sessões procurou-se reflectir sobre o que foi o 25 de Abril, o que o mesmo trouxe ao país e o que faltava fazer em nome do futuro de Portugal. E nestas comemorações temos múltiplos exemplos deste tipo de iniciativa político-cultural.

Assim sendo no sexto aniversário do 25 de Abril o núcleo cultural da Câmara Municipal de Amarante promoveu uma sessão onde estiveram presentes, como oradores os professores Vitorino Magalhães Godinho e José Augusto Seabra. Vitorino Magalhães Godinho defendeu a desmilitarização do poder político, olhando para um órgão de soberania – a Presidência da República definindo-a como a base do regime democrático onde os cidadãos devem participar. José Augusto Seabra, num debate acerca do tema «O 25 de Abril e a Liberdade de Cultura», analisou a acção da censura durante o regime autoritário do Estado Novo e as consequências que advieram, a seguir ao 25 de Abril para a liberdade cultural, referindo a dificuldade de publicação do livro «Arquipélago do Gulag» e a participação da imprensa estatizada, apelando para o fim do dogmatismo cultural e a independência da comunidade intelectual.²²³ No mesmo ano realizou-se, na Sociedade Portuguesa de Autores, uma sessão subordinada ao tema «A Literatura e o 25

²²¹ *Liber 25*, Lisboa – Março/Abril de 1984, pp. 53-54.

²²² *O Diário*, Lisboa – 26 de Abril de 1984, p. 10; *O Jornal*, Lisboa – 27 de Abril a 3 de Maio de 1984, p. 17; *O Dia*, Lisboa – 25 de Abril de 1984, p. 4.

²²³ *O Primeiro de Janeiro*, Porto – 27 de Abril de 1980, p. 9; *Jornal de Notícias*, Porto – 27 de Abril de 1980, p. 7.

de Abril» onde várias personalidades como Orlando Costa, Maria do Céu Guerra, Rui Mendes, Fernanda Lapa e Morais e Castro leram textos de vários escritores portugueses ligados à cultura literária e à poesia.²²⁴

Não obstante, este leque de iniciativas não gerou consenso entre as individualidades ligadas à música e poesia. Por exemplo, neste décimo aniversário da efeméride, José Jorge Letria fez uma crítica cultural acerca da desvalorização da música de intervenção e acentuou que a necessidade de intervir socialmente, através da canção popular, ainda se impunha face ao quadro económico-social que sobraçava na sociedade portuguesa. Por um lado, criticou os meios de comunicação social por terem criado uma cultura e uma narrativa depreciativa deste tipo de música sobre estratos da população mais permeáveis ao mediatismo (os mais jovens e aqueles que sofriam de debilidades económicas e culturais que, por consequente, se deixariam influenciar por essa propaganda). Por outro lado, José Jorge Letria sublinhou que o aparecimento de novos grupos de música tradicional portuguesa, o aumento do interesse pelo cinema e pela literatura portuguesa contribuíram para diminuir essa “(...) importação de modas nada inocentes do ponto de vista ideológico.”²²⁵

Em 1985 a Associação 25 de Abril organizou um seminário sobre «A Sociedade e as Forças Armadas» no Instituto Nacional de Investigação das Pescas em Lisboa e integrado nas comemorações do décimo primeiro aniversário do 25 de Abril. Este seminário foi coordenado pelo general Garcia dos Santos e pretendeu reflectir sobre o papel que as Forças Armadas deviam ter naquela altura no seio da sociedade portuguesa, sendo que o general Garcia dos Santos criticou o facto de as entidades políticas, civis e militares não comparecerem àquele debate, procurando fugir às responsabilidades que tinham na resolução dos problemas do país. Nesta sessão esteve presente o Presidente da República general Ramalho Eanes, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e alguns embaixadores acreditados em Lisboa. Além disso, a Associação 25 de Abril publicou obras como *Resenha Bibliográfica sobre a Guerra Colonial e a Revolução Portuguesa (1961-1982)* e ainda *Seminário «25 de Abril – 10 Anos Depois»* que tinha sido realizado no ano anterior.²²⁶

²²⁴ *O Diário*, Lisboa – 25 de Abril de 1980, p. 17.

²²⁵ LETRIA, José Jorge, “Cantar por Abril: dez anos depois de Abril”, *Liber* 25, Lisboa – Setembro/Outubro de 1984, p. 31.

²²⁶ *Boletim da Associação 25 de Abril*, Lisboa – Fevereiro a Abril de 1985, pp. 4-6, 10; *Diário de Lisboa*, Lisboa – 26 de Abril de 1985, p. 7.

Mas este tipo de sessões não se limitavam a pensar o 25 de Abril enquanto acontecimento histórico olhado apenas para o futuro. Também existiram outro tipo de sessões que evocaram o passado e o longo caminho de oposição à ditadura do qual, o Movimento dos Capitães foi herdeiro e que lhe serviu de exemplo para o seu êxito militar a 25 de Abril de 1974.

No terceiro aniversário do 25 de Abril essa luta foi evocada no Teatro Aberto com uma sessão intitulada de «Resistência Militar ao Fascismo». Esta sessão foi promovida por antigos militares pertencentes a essa geração de resistência, embora também tivesse sido extensiva a civis que colaboraram com algumas acções militares, como foi o caso da Revolta da Sé em 1959 e do assalto ao Quartel de Beja em 1962, liderado pelo capitão Varela Gomes e por Manuel Serra. Estiveram também presentes nesta sessão marinheiros sobreviventes da revolta de 8 de Setembro de 1936 e figuraram na mesa individualidades doutros movimentos militares contra o regime como os coronéis César de Almeida, Manuel da Silva Almeida e Clomodiro Alvarenga, os Tenentes-coronéis Carlos Vilhena e Cesariny Calafate, major Brissos de Carvalho, sargento Vilarigues (pertencente à Revolta de 26 de Agosto de 1931), o marinheiro Casquinha da Revolta dos Marinheiros e antigo deportado do Tarrafal, Edmundo Pedro (outro dos civis que assaltaram o quartel de Beja e também ex-prisioneiro no Tarrafal) e o jornalista Carlos Ferrão. Presidiu à mesa o comandante Molarinho do Carmo.

Todos os intervenientes nessa sessão evocaram as suas experiências de luta contra o regime salazarista. Carlos Vilhena evocou a sua experiência revolucionária na revolta de 26 de Agosto de 1931 contra a ditadura militar, apesar de não ter descurado a sua participação no golpe militar de 28 de Maio de 1926. Aí salientou, em seu entender a traição de que foram vítimas os tenentes dessa revolta e terminou agradecendo aos Capitães de Abril a vitória da liberdade; O Tenente-coronel Cesariny Calafate evocou a sua participação no Movimento Militar Independente conhecido por «Revolta da Sé» em 12 de Março de 1959, agradecendo também aos Capitães de Abril pelo seu acto histórico e patriótico e o marinheiro João Faria Borda explicou que a revolta desses marinheiros em 1936 tinha motivações políticas e que se integravam numa velha tradição popular e republicana da Marinha. O jornalista Carlos Ferrão historiou as variadas tentativas de derrube da ditadura desde 1926 e Fernando Piteira Santos fez a ligação entre esses movimentos e o MFA, recordando que, alguns dos revolucionários do 28 de Maio, embora descontentes com o caminho levado pela I República, nunca presumiram que a sua revolta desembocasse num regime «fascista». Exemplificou essa

afirmação com o afastamento do general Gomes da Costa e com as perseguições, prisões e o exílio forçado de muitos dos tenentes dessa revolta como foi o caso de Carlos Vilhena.

A sessão terminou evocando-se o 25 de Abril com a «Grândola, Vila Morena», a projecção de slides desse acontecimento e o entoar do Hino Nacional. Além dos vários símbolos da resistência antifascista estiveram presentes nessa sessão vários Capitães de Abril como Otelo Saraiva de Carvalho, Carlos Fabião, Eurico Corvacho, Rosa Coutinho, Almada Contreiras, Vítor Crespo, Melo Antunes, Pezarat Correia, Martins Guerreiro, Duran Clemente e o general Vasco Lourenço enquanto governador da Região Militar de Lisboa.²²⁷

Para além de exposições e seminários que tinham um carácter mais solene e mais reflexivo procurando pensar o 25 de Abril como problema, estas práticas culturais também envolviam actividades mais recreativas e de carácter informal como os concertos, concursos de escultura ou artes plásticas onde se promovia a criatividade e até mesmo o cinema que, apesar de ser baseado em factos históricos e verídicos onde se cruzava a memória do passado e do futuro, também envolvia a quebra da rotina diária dos cidadãos proporcionando-lhes momentos de distracção.

No que diz respeito a actividades de teor musical, tivemos no primeiro aniversário da revolução, um concerto de homenagem ao M.F.A. organizado pela Orquestra Filarmónica de Lisboa com o intuito de assinalar a data e que foi transmitido no Teatro de S. Luís. Este concerto foi encerrado com a «Grândola, Vila Morena» de José Afonso, a senha escolhida pelo Movimento dos Capitães e que serviu de mote para o desencadear das operações militares.²²⁸

Em relação a actividades recreativas como concursos de escultura ou artes plásticas podemos destacar, no quarto aniversário do 25 de Abril, a abertura de um concurso de escultura alusivo ao «25 de Abril – Dia da Liberdade», a impressão de cartazes respeitantes à data em questão na Praça do Comércio e ainda uma pintura mural colectiva feita por estudantes com o apoio da Escola Superior de Belas Artes em Lisboa. No campo teatral actuaram companhias e grupos subsidiados pela Secretaria de Estado da Cultura, órgão governamental que também promoveu a recolha de poemas referentes

²²⁷ *Diário de Lisboa*, Lisboa – 26 de Abril de 1977, pp. 1, 20; *A Luta*, Lisboa – 26 de Abril de 1977, p. 2.

²²⁸ *Diário Popular*, Lisboa – 24 de Abril de 1975, p. 2; *Diário de Lisboa*, Lisboa – 24 de Abril de 1975, p. 15.

à efeméride.²²⁹ O Secretário de Estado da Comunicação Social João Gomes inaugurou no Palácio Foz também, nesse mesmo ano, uma exposição fotográfica sobre os acontecimentos de 25 de Abril de 1974. Esta exposição constava de 150 fotografias relativas à efeméride em causa, sendo que as mesmas fotografias foram selecionadas por um júri que, por sua vez, premiou fotografias da autoria de Pereira de Sousa, Paulo Oliveira Nunes, Rui Ochôa, Eduardo Gageiro, José Magalhães Pedrosa, João Manuel Ferreira de Oliveira e António Fonseca.²³⁰

No quinto aniversário do 25 de Abril, o Ministro da Comunicação Social Daniel Proença de Carvalho, inaugurou uma exposição fotográfica subordinada ao tema «A Criança, a Liberdade e a Democracia» novamente no Palácio Foz. Esta exposição vinha na sequência de um concurso elaborado pela Comissão Organizadora das Comemorações do quinto aniversário da revolução presidida pelo major Vasco Lourenço. O concurso referido tinha um júri constituído por dois fotógrafos profissionais e por representantes da Direcção-Geral da Divulgação do Ministério da Comunicação Social e da Comissão Organizadora das Comemorações. Alfredo Cunha e Ana Esquivel ganharam os primeiros prémios desse concurso nas categorias documental e artística. Pelo conteúdo da exposição podemos constatar que a mesma tinha os olhos postos no futuro, uma vez que enquadrava o 25 de Abril e as crianças numa perspectiva prospectiva, associando-as a uma efeméride que inaugurou um tempo de prosperidade. O Presidente da República general Ramalho Eanes, a convite da Comissão Organizadora das Comemorações, visitou esta exposição²³¹

Nas comemorações do oitavo aniversário da efeméride, o Presidente da Assembleia da República Francisco de Oliveira Dias, anunciou a abertura de um concurso público para um conjunto de pintura mural evocativa da revolução. Essa mesma pintura seria colocada nos cinco arcos da parede do átrio do Palácio de S. Bento, a fim de assinalar dessa forma a memória do 25 de Abril.²³²

²²⁹ *Diário de Lisboa*, Lisboa – 26 de Abril de 1978, p. 7; *A Capital*, Lisboa – 26 de Abril de 1978, p. 7; *Jornal Novo*, Lisboa – 26 de Abril de 1978, p. 4.

²³⁰ *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1978, p. 18; *A Capital*, Lisboa – 26 de Abril de 1978, p. 7; *A Luta*, Lisboa – 26 de Abril de 1978, p. 9.

²³¹ *Diário Popular*, Lisboa – 26 de Abril de 1979, p. 8; *Diário de Lisboa*, Lisboa – 26 de Abril de 1979, p. 11; *Jornal Novo*, Lisboa – 26 de Abril de 1979, p. 16; *Jornal de Notícias*, Porto – 27 de Abril de 1979, p. 5; *Expresso*, Lisboa – 21 de Abril de 1979, p. 2R.

²³² *Diário de Notícias*, Lisboa – 27 de Abril de 1982, p. 5; *Diário Popular*, Lisboa – 26 de Abril de 1982, p. 3; *Jornal de Notícias*, Porto – 27 de Abril de 1982, p. 3; *A Capital*, Lisboa – 26 de Abril de 1982, p. 4; *A Tarde*, Lisboa – 26 de Abril de 1982, p. 11; *Portugal Hoje*, Lisboa – 27 de Abril de 1982, p. 2; *O Diário*, Lisboa – 26 de Abril de 1982, p. 9.

Por fim, no décimo aniversário do 25 de Abril, a pintora Vieira da Silva contribuiu para as comemorações ao oferecer o quadro da sua autoria «A árvore da liberdade». Este quadro foi divulgado, a pedido do Ministério da Cultura, em cartaz pela comissão organizadora das comemorações, mas o original de Vieira da Silva passou a integrar o espólio do Museu de Arte Moderna do Porto.²³³

Em relação ao cinema consideramo-lo uma inovação que, em termos culturais, foi proporcionada às comemorações do 25 de Abril. Esta inovação cultural presenteou ao quotidiano a reprodução de forma rápida, na sua memória, dos acontecimentos relatados ou fotografados criando uma ilusão de movimento, isto é, a percepção de que a história se movia ou estava a acontecer perante os seus olhos. Esta movimentação da memória também transmitia ou partilhava com os cidadãos as experiências vividas ou adquiridas com o passado. Além disso, o cinema era um meio de expressão de muitas artes como as artes cénicas, música, encenação, fotografia ou literatura que representavam o passado com conhecimento de causa e estabeleciam uma relação entre a história e a ficção.

Por isso, o cinema no 25 de Abril reproduziu a memória do passado e as expectativas de futuro, baseando a reprodução dessa mesma memória em factos verídicos que oferecessem aos cidadãos uma outra forma de conhecimento do pretérito. Assim sendo, no quarto aniversário do 25 de Abril, foi exibido o filme *Deus, Pátria, Autoridade* (1976) da autoria de Rui Simões. Este filme retratou o Portugal sob alçada do Estado Novo e da sua ideologia, desconstruindo a narrativa definida por Salazar em 1936 de que «Não discutimos Deus e a virtude. Não discutimos a Pátria e a Nação. Não discutimos a Autoridade e o seu prestígio» e retratando a sociedade portuguesa numa perspectiva da constante luta de classes do proletariado contra o mundo capitalista. Retratava também a propaganda do regime salazarista na defesa do Império Português, como um direito histórico de Portugal, pelo facto de os portugueses se terem evidenciado no seu passado na descoberta de mundos desconhecidos em África, na Ásia e no Brasil fazendo desses novos mundos descobertos parte, alegadamente integral de Portugal. Daí o uso da narrativa do «Portugal uno e indivisível, que se estendia do Minho a Timor» e da defesa do Ultramar Português contra os movimentos de libertação, alegadamente «terroristas» na perspectiva do Estado Novo, contra a ideia da exploração colonial e de uma guerra sem solução militar que, no entender do salazarismo

²³³ *O Dia*, Lisboa – 25 de Abril de 1984, p. 22.

representava «uma traição à Nação e aos valores antepassados da Pátria». Este filme evidenciou também a influência da Igreja Católica, na pessoa do Cardeal Cerejeira, pela propagação do ideal salazarista e da defesa do Império Português como uma missão ditada pela tradição católica que foi passada pelos portugueses que passaram nas colónias. Ou seja, era a defesa da missão evangélica que os seus antepassados deixaram. Por outro lado, esta perspectiva da luta de classes estabelecia uma relação de historicidade entre a I República e o 25 de Abril, uma vez que a base ideológica, tanto do 5 de Outubro como do 25 de Abril, assentou na defesa da classe operária e trabalhadora, contra o domínio da exploração dos grandes grupos económicos e da burguesia.²³⁴

Em meados dos anos 80, mais precisamente nas comemorações do décimo segundo aniversário do 25 de Abril, João Botelho realizou um filme intitulado um *Um Adeus Português*. Este filme tinha o intuito de retratar a realidade da África portuguesa na última fase da guerra colonial (1973) comparando-a com o ambiente político-social de Portugal em 1985 e estabelecendo uma relação entre as marcas que o passado colonial deixou na memória colectiva dos portugueses com a crise de identidade vivida em 1985, fruto das consequências que a crise económica deixou a muitas famílias portuguesas, como do trauma ainda presente dos efeitos da guerra. Neste filme duas histórias evidenciavam o sentimento de decadência e de culpabilidade pelos actos praticados nas respectivas vidas e as consequências que esse capital afectivo acumulado ao longo do tempo originavam na mentalidade portuguesa. Nesse sentido é evidenciada uma acção militar durante a guerra onde um soldado foi morto, transportando essa realidade doze anos depois para a família que perdeu esse seu «ente-querido». Esta experiência de trazer à memória acontecimentos que mexiam com o foro íntimo dos portugueses, traduziu-se na incomodidade de reviver os traumas do passado e na necessidade de acumular esse sofrimento consigo próprio. Esse silêncio não se traduziu num esquecimento premeditado dessa memória, mas num bloqueio psicológico e agonia constante criando uma resistência à partilha dessa culpabilidade para com o seu semelhante. Ao mesmo tempo a recordação de uma morte dramática gerava um clima de saudade para com o passado vivido e a necessidade de culpabilizar o processo subsequente, neste caso concreto a descolonização que, apesar de ter acabado com uma

²³⁴ A *Capital*, Lisboa – 26 de Abril de 1978, p. 7; *Jornal Novo*, Lisboa – 26 de Abril de 1978, p. 4; SIMÕES, Rui, “Deus, Pátria e Autoridade”, 1976. [Online] Disponível em: <http://www.25abril.org/a25abril/index.php?content=281> [Acedido em 17 de Março de 2015].

guerra que durava há treze anos, também constituiu uma ruptura com um pensamento enraizado e solidificado na sociedade portuguesa durante séculos, gerando a sensação de perda de identidade histórica.²³⁵

No respeitante à elaboração de sondagens de opinião, verificamos que elas constituíram também uma inovação que foi trazida às comemorações do 25 de Abril. As sondagens elaboradas por altura das comemorações procuraram perceber quais os resultados desse acontecimento histórico e como é que isso se traduziu na realidade político-cultural portuguesa. Referimos dois exemplos de sondagens que reflectiam o estado de espírito da população portuguesa em décadas diferentes.

Desse modo, no segundo aniversário do 25 de Abril foi elaborada uma sondagem acerca das transformações ocorridas no pós-25 de Abril. Nessa sondagem a população portuguesa, apesar de manifestar alguma desilusão com o facto de as transformações não terem sido tão profundas na sociedade, ainda assim respondiam de forma favorável à mudança ocorrida no país passados dois anos. Os resultados por partidos mostravam uma vantagem muito favorável dos partidos de esquerda pontificando o P.C.P. em primeiro lugar, seguido da U.D.P. e do P.S. a uma grande distância dos partidos de direita como o P.P.D. e o C.D.S. Esta ordem partidária só sofre alterações no grupo dos «moderadamente favoráveis» onde o P.S. solidifica a liderança, seguido pela U.D.P., P.C.P. e P.P.D. relegando o C.D.S. para o último lugar. No grupo dos «desfavoráveis» é que o C.D.S. detém uma larga vantagem, deixando a uma grande distância o P.P.D., a U.D.P. e o P.C.P. e relegando aqui o P.S. para o último lugar. Os abstencionistas também obtiveram uma larga percentagem de descontentes com o processo desencadeado. O mesmo tipo de resultado é obtido na resposta relativamente à Constituição, onde uma parte, apesar de minoritária, dos inquiridos que olhavam a Constituição numa perspectiva de esquerda mais radical se mostrava descontente com os resultados alcançados, criticando o facto de as transformações não terem sido mais ousadas como desejavam. Esta franja de descontentes registava-se entre os eleitores de partidos como o P.C.P. e a U.D.P. Contudo, e analisando a situação na sua globalidade, verifica-se que o descontentamento com a Lei Fundamental, grassava ainda mais no eleitorado que se inclinava para posições ideológicas de direita, ao contrário do

²³⁵ MATOS, Sérgio Campos; MATOS, Teresa, “Entrevista a João Botelho”, *O Estudo da História*, II Série, Nº 1, 1986, pp. 34-36; LOURENÇO, Eduardo, *O Labirinto da Saudade: psicanálise mítica do destino português*, 9ª Ed., Lisboa, Gradiva, 2013, p. 61; *O Século*, Lisboa – 25 de Abril de 1986, p. 21; *Semanário*, Lisboa – 24 de Abril de 1986, p. 46.

eleitorado que votava em partidos de esquerda ou extrema-esquerda que se mostrava bastante favorável ao conteúdo ideológico que foi expresso na Constituição de 1976.²³⁶

Pelo décimo segundo aniversário da efeméride, foi realizada uma sondagem que reflectia a evolução da sociedade portuguesa com o 25 de Abril, isto é, quais os quadros mentais e o tipo de valores que os portugueses defendiam entre gerações diferentes, a geração que viveu a ditadura e o 25 de Abril e a geração que já era contemporânea da revolução. As questões feitas aos inquiridos foram divididas por quadros e o objectivo era perceber se à ruptura política dada com o 25 de Abril se terá correspondido também uma ruptura social. No primeiro quadro a questão colocada era qual o ideal de vida mais importante para os entrevistados. Na sua totalidade os inquiridos manifestaram o desejo de viverem num mundo em paz, logo seguida de objectivos individuais como ter uma vida confortável e segurança familiar. Apesar das faixas etárias serem quase coincidentes nas respostas que deram, verifica-se que entre os mais jovens o sentimento de generosidade, de realização pessoal e os sonhos são a realidade mais proeminente, enquanto os adultos optavam por uma vida estabilizada e pela segurança familiar. Quando se pedia no mesmo quadro que os inquiridos indicassem os cinco valores mais importantes na sua vida para se verificar se existiriam diferenças entre gerações, constatou-se uma regularidade nos princípios expressos como um mundo melhor, uma vida confortável, segurança familiar, a felicidade e a liberdade. Não obstante, também averiguamos que o sentimento religioso como «salvação da alma» surge como um dos elementos mais importantes na vida da faixa etária mais jovem, ao contrário do que se verificava na pergunta anterior onde os adultos apresentavam uma maior tendência para esse princípio de vida. Também se notou uma maior proximidade entre a juventude e os adultos, depois do cinco ideais já mencionados, a valores como um «verdadeiro amor», notando-se maior oposição em valores como a dignidade que os jovens preterem a favor da sua realização pessoal. A oposição entre ideais de vida a concretizar era mais visível no cruzamento sexo/idade, isto é, entre homens mais novos e mulheres com idade superior. Valores como a segurança familiar e salvação da alma aparecem como mais importantes para as mulheres maiores de 30 anos, enquanto os homens mais jovens dão maior predominância a valores como a liberdade, à sua realização pessoal e a uma vida mais desafogada e descontraída. Observa-se aqui um sentido de ambição pessoal, de generosidade e de princípios mais lúdicos como apanágio da juventude, enquanto as

²³⁶ *Vida Mundial*, Lisboa – 6 de Maio de 1976, pp. 61-62.

gerações veteranas optam por um maior conservadorismo e conformismo em relação à realidade social do país. Noutro quadro em que se perguntava qual o ideal que se desejava encontrar noutra pessoa, a totalidade dos inquiridos optou pela honestidade. Mas para além desta característica os portugueses também apreciavam o espírito aberto, a educação, a alegria e a responsabilidade e, em contrapartida, tinham pouca consideração pelos intelectuais, lógicos, indulgentes e criativos. Esta apreciação abrangia tanto a juventude como a classe mais velha. No concernente às características que se apreciavam no seu semelhante era possível destringer algumas diferenças. Com efeito, a juventude apreciava a ambição e independência, a criatividade e a rebeldia, enquanto a classe mais veterana resignava-se e era mais submissa dando maior primazia à obediência, prestabilidade e indulgência. Observa-se aqui novamente uma oposição entre homens e mulheres, uma vez que os primeiros davam maior supremacia à ambição pessoal, autonomia e criatividade, enquanto a afectuosidade era característica intrínseca a todas as mulheres. Num outro quadro volta-se a notar a mesma distância que separava os homens mais novos das mulheres mais velhas, verificado anteriormente e que agora dizia respeito à escolha das características ideais das outras pessoas. Finalmente num último quadro foram seleccionadas frases relacionadas com o quotidiano onde os entrevistados deviam responder se concordavam ou não, estabelecendo assim o perfil moral de cada grupo etário. Nesse último inquérito percebe-se que existe uma diferença entre gerações, uma vez que, os mais jovens são menos conservadores e mais abertos ao mundo moderno, tal como, consideram positivo a emancipação das mulheres na sociedade, já os mais velhos são mais apegados a alguns valores do passado como a religião, o papel submisso da mulher enquanto «dona de casa» fruto da influência do Estado Novo. Em conclusão verifica-se, nos resultados finais desta sondagem, que a geração que viveu com intensidade o 25 de Abril, ao contrário da geração que era contemporânea da revolução, não liberalizou os seus costumes, ao contrário do que se poderia pensar fruto da vivência intensa das transformações ocorridas após a revolução e que, eventualmente se traduziria numa maior modernização dos seus hábitos. Assim sendo essa «geração de Abril» com o passar do tempo conformou-se com a realidade, tornando-se mais conservadora, ao contrário da juventude daquela altura que visava modernizar e sonhar com um mundo novo, apesar de não terem conhecido a revolução.²³⁷

²³⁷ *Expresso*, Lisboa – 25 de Abril de 1986, pp. 16-18.

Em resumo, percebemos que as práticas culturais levadas a cabo nas comemorações do 25 de Abril tiveram maior liberdade de expressão fruto do fim da censura à imprensa, o que permitiu uma maior democratização da cultura. Além disso estas iniciativas não procuraram só comemorar o presente, também comemoraram o passado, na medida em que não esqueceram a memória da resistência antifascista e republicana à ditadura e procuraram passar a um público menos esclarecido aquilo que foi a história de oposição ao Estado Novo, tal como os mecanismos de repressão que lhe eram indissociáveis e que não eram do conhecimento público fruto da existência da censura. É claro que a existência de uma maior liberdade cultural também levou os meios políticos a apropriarem-se dessa mesma liberdade para criarem os seus programas político-culturais, uma vez que são muitos os nomes ligados à cultura que passam a ocupar os cargos do Poder e, desse modo influenciavam as novas formas de criar cultura e de lhe dar nova identidade. Essa nova identidade cultural é bem patente logo no primeiro aniversário do 25 de Abril, com a tentativa dos governos de Vasco Gonçalves, com o apoio da 5ª Divisão, de fazerem a «Revolução Cultural», isto é, de colocar a cultura ao serviço da revolução, das massas e das vanguardas revolucionárias através de exposições ou de debates sobre as lutas antifascistas, tudo com a finalidade de colocar a cultura ao «serviço do povo».²³⁸ Contudo, qual foi o motivo que levou à criação desta identidade cultural? Porque é que a cultura era colocada ao «serviço do povo»?

Esta nova identidade cultural provinha do ambiente político-social vivido após o 25 de Abril. A sociedade portuguesa passou a viver uma experiência nova com a revolução como se esse tempo novo tivesse inaugurado um período em que a luz se sobrepunha às trevas. Essa experiência nova consubstanciou-se no novo léxico popular adoptado com a revolução, uma vez que a maioria da população antes do 25 de Abril só conhecia as expressões «A Bem da Nação», «Senhor Doutor», «Angola é Nossa» com o advento da guerra colonial, enquanto a palavra *comunista* significava «metido na política», «traidor e antipatriota» de acordo com a ideologia oficial difundida pelo Estado Novo. A partir do 25 de Abril a palavra comunista gerou uma semântica totalmente diferente, já que a mesma coexistia com as palavras «socialista, antifascista e partido» o que produziu, por vezes uma confusão semântica levando as pessoas a questionar «então os socialistas não são comunistas?». Também se gerou uma dicotomia entre outras palavras como «fascista contra progressista» ou «capitalista

²³⁸ DIONÍSIO, Eduarda, “As Práticas Culturais”, *Portugal: 20 Anos de Democracia* (coord. de António Reis), Lisboa, Círculo de Leitores – Temas e Debates, 1996, pp. 452-453.

contra trabalhador». Em suma, este novo léxico ganhou contornos fortes na população fruto da sua difusão em campanhas de dinamização cultural, comícios e sessões de esclarecimento ou em comissões de moradores e trabalhadores.²³⁹

A partir dos anos 80, fruto da institucionalização da democracia constitucional, a designada «cultura de massas» deu lugar à necessidade de uma maior democratização a cultura e a valorização do património nacional, pondo fim à ideologia cultural do período revolucionário de 1974/75. Foi criada uma nova identidade nacional mais preocupada com a imagem do País e com o reconhecimento europeu, o que gerou uma ausência de memória do 25 de Abril, das ideologias e do colectivo, dando lugar a uma cultura do imediato baseada na liberalização dos costumes, na desconfiança do social e na valorização do individual como criador de uma identidade cultural própria. Além disso, alguns intelectuais mostraram-se desiludidos com a «Revolução Cultural» operada após o 25 de Abril, uma vez que não tinham surgido novos movimentos culturais e existia uma espécie de bloqueio ou uma relação de conflito com a efeméride em causa, o que provocou um esquecimento premeditado desse tempo histórico.²⁴⁰

²³⁹ *A Capital/ Destacável*, Lisboa – 24 de Abril de 1978, p. VI.

²⁴⁰ DIONÍSIO, Eduarda, *Op. Cit.*, pp. 473, 476-477; LOURENÇO, Eduardo, “A galáxia ideológica no pós-25 de Abril e as suas raízes culturais”, *Portugal: o sistema político e constitucional 1974-1987* (coord. de Mário Baptista Coelho), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1989, p. 77.

4. Conclusões

Depois de fazermos esta longa análise temática do processo comemorativo do 25 de Abril, desde o seu primeiro aniversário em 1975 até à entrada de Portugal na C.E.E. em 1986, concluímos que as práticas comemorativas adoptadas deram continuidade à herança comemorativa presente nas ritualizações do passado, embora não descuremos as inovações importantes que são promovidas nestas festividades. Essa tradição dos rituais pretéritos observa-se em grande número nas comemorações populares e nas comemorações oficiais do 25 de Abril.

Nas comemorações populares identificou-se a tradição das manifestações cívicas promovidas por comissões ligadas a representantes partidários e à Associação 25 de Abril (que terminavam sempre com um comício), às romagens aos cemitérios públicos para homenagear figuras do passado e depositar simbolicamente coroas de flores (especialmente no Porto), tal como às concentrações de civis em lugares que constituíram uma memória de afecto com o 25 de Abril nas cidades de Lisboa e Porto como o Rádio Clube Português, a Emissora Nacional, a R.T.P., o Quartel-General da Região Militar do Porto e – claro está - o Largo do Carmo, assim como em lugares que constituíam uma memória de conflito com a efeméride, de que temos exemplos nos edifícios onde estavam instaladas a PIDE-DGS e a Censura. Esta tradição litúrgica também se observava nas iluminações de determinados edifícios, nos fogos-de-artifício organizados pelas Câmaras Municipais, nas paradas de carros alegóricos ou em espectáculos organizados para a população, fosse em forma de concertos, teatro, visitas a museus ou exposições. Houve aqui continuidade com o comemorativismo que se iniciou no séc. XIX, a partir do Centenário de Camões. Isto significa que a liturgia cívica adoptada nas comemorações do 25 de Abril mostrou a relação com duas experiências memoriais diversas já estudadas por Maria Isabel João: por um lado, a ruptura com o modelo autoritário do Estado Novo e, por outro, a adopção de um modelo de ritualizações que recuperou a memória liberal e republicana.

Nas comemorações oficiais as práticas comemorativas consubstanciavam-se nos discursos efectuados pelos órgãos de soberania como o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República e os deputados de cada grupo parlamentar. Mas também nas paradas ou desfiles militares, nas quais o Presidente da República também discursava às Forças Armadas, pelo menos até 1980, altura em que o general Ramalho Eanes deixou de poder acumular o cargo de C.E.M.G.F.A. com o de Presidente da

República. Apesar de o discurso oral ser um dos elementos centrais nas comemorações oficiais da efeméride, também podemos observar outro tipo de políticas de memória adoptadas como a promoção de exposições, festivais de música e poesia e ainda sessões solenes, conferências ou colóquios, tudo iniciativas promovidas por órgãos governamentais, dando à efeméride uma forte conotação política.

As festas partidárias eram o principal elemento de «colagem» dos partidos políticos à efeméride e também constituíam uma prática tradicional nas festas cívicas, uma vez que os dirigentes partidários ou figuras de relevo na sociedade portuguesa convidadas para o efeito, utilizavam o poder da oratória para explicar aos militantes a importância da efeméride em causa e tiravam dividendos pessoais ou políticos da sua proclamação como modo de chegar ao poder.

A emissão de objectos comemorativos de teor numismático e filatélico, tal como medalhas, bilhetes-postais e reedições de obras bibliográficas, também eram uma prática constante nestas comemorações. A memória material foi outro dos suportes tradicionais nas comemorações do 25 de Abril. Esta iniciativa foi também aproveitada por forças partidárias para homenagearem individualidades que se constituíram como exemplo a seguir pelos seus contemporâneos, o que deu azo à inauguração de monumentos ou ao descerramento de lápides em placas toponímicas, que constituíam sobretudo evocações de cidadãos ligados ao espírito democrático e à luta pela liberdade que o 25 de Abril acabou por instituir.

No respeitante às inovações que o 25 de Abril trouxe nas práticas comemorativas, podemos destacar a utilização de novas formas de evocação da efeméride, entre as quais, o cravo vermelho e a entoação da música de José Afonso «Grândola, Vila Morena» como símbolos máximos da revolução e que se tornaram uma marca imprescindível na memória do 25 de Abril, perdurando até aos dias de hoje. Também foram criados novos gestos, como o punho fechado que simbolizava a vitória do proletariado sobre a burguesia e o capital, tal como o “V” que representava a vitória do M.F.A. sobre a ditadura, as novas palavras de ordem como «25 de Abril Sempre, Fascismo Nunca Mais», «Unidade», «O povo unido jamais será vencido», «Força, força Companheiro Vasco, nós seremos a muralha de aço», «O Povo está com o M.F.A.», entre outras. Ao mesmo tempo a efeméride foi representada alegoricamente através de uma viatura militar que simulava uma chaimite, novo elemento simbólico introduzido nestas comemorações, uma vez que este carro militar recordava a ruptura com o passado (a rendição de Marcelo Caetano no Largo do Carmo e a queda do regime).

Outro elemento simbólico inovador nestas comemorações do Dia da Liberdade foi a introdução, em Coimbra, da «queima do Fascismo», que se tornaria um ritual constante e que mostrou também a ruptura com um tipo de passado tenebroso onde as trevas e o silêncio se sobrepunham à luz. Além disso, também foram introduzidas as lotarias celebrativas do 25 de Abril que utilizavam o cravo como maneira de propagandear a sua iniciativa, a edição de um disco comemorativo da efeméride, as pinturas murais como forma de manter vivo o acontecimento no tempo e perpetuá-lo na memória colectiva e ainda a edição de uma serigrafia.

As provas desportivas, apesar de já serem uma prática comum noutras comemorações antes do 25 de Abril, também se constituíram como elemento novo, uma vez que trouxeram novas actividades que, para além de quebrarem a rotina diária dos cidadãos, invocavam também o acontecimento. Tivemos para isso a I Meia-Maratona organizada pela Associação 25 de Abril, as Corridas da Liberdade e ainda as Estafetas da Liberdade organizadas em Évora a partir do Monte Sobral simbolizando o local onde ocorreu a primeira reunião do Movimento dos Capitães.

Tivemos ainda as vigílias populares feitas em apoio a Otelio Saraiva de Carvalho, a partir de 1985, quando este esteve detido no Forte de Caxias.

No que diz respeito a órgãos de carácter mais institucional e oficial temos que salientar, por um lado, os comunicados feitos pelo Conselho da Revolução nas comemorações do 25 de Abril, uma vez que foi um órgão político-militar criado para defender o novo regime até 1982, altura da sua extinção, e que no oitavo aniversário da revolução teve a iniciativa de promover o antigo capitão republicano do 5 de Outubro, João Sarmento Pimentel, ao posto de general. Por outro lado, destacamos também a iniciativa tomada pelo Presidente da República general Ramalho Eanes, no sexto e sétimo aniversário do 25 de Abril, em condecorar antigos combatentes antifascistas, alguns a título póstumo, com a Ordem da Liberdade.

Por fim, em termos de práticas culturais, foram transmitidos na televisão ou em sessões de cinema, filmes que desmistificaram a narrativa desenvolvida pelo Estado Novo com a trilogia «Deus, Pátria e Família», tal como da necessidade de defesa do Império Português em África, reclamando-o como um direito histórico e adquirido pelos seus antepassados. Neste caso concreto, temos de destacar, no quarto aniversário do 25 de Abril, a emissão do filme *Deus, Pátria, Autoridade*, de Rui Simões. Assistimos também à elaboração de sondagens aos cidadãos, protagonizada pelo *Expresso* e pela *Vida Mundial*, que auscultava as preferências dos cidadãos em relação à evolução da

democracia, prática que se prolongaria pela década de 80, embora direccionada para outros assuntos da sociedade portuguesa. Não deixa, contudo, de ser um reflexo da democratização generalizada lograda pela revolução de Abril, em certo sentido um novo padrão comportamental.

Não obstante estas práticas festivas terem evidenciado uma maior tradição nos rituais adoptados, o tipo de mensagem política veiculada nas comemorações foi totalmente diferente daquele que existira outrora noutras efemérides. Apesar de por vezes encontrarmos sinais de declínio nestas solenidades (posto que nem sempre, mantendo-se também a esperança singularmente presente), o 25 de Abril foi visto como o momento da profunda ruptura com o passado e a inauguração de um tempo novo em Portugal.

Enquanto na Monarquia Constitucional, na I República e no Estado Novo os ritos comemorativos e a mensagem transmitida recorreram sempre ao exemplo da Idade Média e dos Descobrimentos para justificar a defesa e a grandeza do Império Português como um direito histórico inalienável fruto do exemplo que homens como o Infante D. Henrique, Vasco da Gama ou Pedro Álvares Cabral deixaram aos seus contemporâneos, o 25 de Abril instaurou a ruptura total com esta memória apologética do Império. Acabou a guerra colonial e iniciou-se o processo que levou à descolonização de Angola, Guiné e Moçambique e, por conseguinte, à sua autodeterminação e independência. Com o fim do Império Português em África, compreende-se pois que a memória imperial se tornasse incómoda.

A adesão à C.E.E. em 1986 confirmou a inauguração desse tempo novo em Portugal, uma vez que o país abriu as portas a um novo mundo, ao mundo Europeu. Mas também se estreitaram relações diplomáticas com países comunistas e do então chamado Terceiro Mundo. Na sequência da entrada na Comunidade Europeia, Portugal abriu todas as possibilidades de erradicar as sequelas do passado ditatorial, consolidando uma era de evolução, prosperidade e progresso. Um novo ciclo de esperança e de expectativa num futuro melhor eram as palavras que o poder político procurava veicular no imaginário colectivo dos portugueses, pois o país tinha recuperado o prestígio internacional que fora declinando durante décadas pela narrativa do «orgulhosamente sós» de Salazar. Além disso, a descolonização dos países africanos permitiu a união dos laços morais entre portugueses e africanos com a finalidade de desmistificar que a vocação histórica de Portugal não tinha sido imperialista, antes de preparação dos seus colonizados para a independência, o que é, em si, uma metamorfose

hermenêutica muito significativa e que se integrava nas correntes, então embrionárias, dos estudos pós-coloniais.²⁴¹

A partir das práticas comemorativas do 25 de Abril podemos observar também a constante evocação de duas memórias que confluíam entre si: a memória da resistência republicana e antifascista à ditadura e a memória da libertação, ou seja, manteve-se viva uma determinada memória histórica que representava o desejo de modernidade e mudança.

A recuperação desta memória nas comemorações do 25 de Abril esteve patente na evocação que os políticos faziam dos acontecimentos e das figuras históricas que representaram o espírito democrático do 25 de Abril. Foram constantes as evocações de figuras históricas que representaram a resistência antifascista e republicana e o espírito da I República como António Sérgio, Jaime Cortesão, Raúl Proença, Afonso Costa, Sarmento Pimentel, da oposição republicana e liberal encarnada em Sá Carneiro e de monárquicos liberais ou dissidentes do Estado Novo como Rolão Preto e Rocha Martins, sem esquecer uma personalidade que se tornou um ícone da oposição eclesiástica à ditadura como o bispo do Porto D. António Ferreira Gomes. A evocação do general Humberto Delgado e dos prisioneiros mortos no Tarrafal como Bento Gonçalves, fosse através do «chamamento» dos seus nomes ou de exposições que relembavam esses episódios, mostravam a necessidade de recordar os «mártires» da liberdade, pois como refere António Borges Coelho “Ao evocarmos o passado juntamos vidros do espelho”²⁴², isto é, a visita ao passado mantém viva a chama da memória, tornando a comemoração em si mesma não um fenómeno efémero mas uma constante construção do pretérito no futuro.²⁴³ A construção desta memória individual era indissociável da evocação de acontecimentos históricos que se inscreveram, por um lado numa memória colectiva que antecedeu o 25 de Abril e, por outro lado, na reafirmação da identidade nacional dos portugueses. Nestas comemorações foram pois invocados dois tipos de passados: um passado mais recente e um passado mais antigo.

Esse passado mais recente estava familiarizado com uma memória republicana baseada em acontecimentos como o 31 de Janeiro de 1891 e o próprio 5 de Outubro, cujo património histórico o 28 de Maio de 1926 delapidou. Daí que as variadas revoltas

²⁴¹ CATROGA, Fernando, “Ritualizações da História”, *História da História em Portugal [...]*, pp. 612-613.

²⁴² COELHO, António Borges, «O povo unido jamais será vencido», *O Diário. Suplemento 25 de Abril*, Lisboa – 25 de Abril de 1984, p. 24.

²⁴³ LOURENÇO, Eduardo, “Comemorações”, *Visão*, Lisboa – 3 de Dezembro de 1998, p. 46.

militares contra o Estado Novo como a revolta de Fevereiro de 1927 no Porto onde participou Jaime Cortesão e Sarmento Pimentel, a campanha presidencial de Humberto Delgado em 1958, a «Revolta da Sé» em 1959 e a «Revolta de Beja» em 1962 fossem vistas como afirmação do espírito de liberdade e democracia que os republicanos do 5 de Outubro sempre defenderam e que se configuravam como uma genealogia ideológica do qual o 25 de Abril se inscreve e é o seu ponto culminante.

Já a invocação de um passado mais recuado identificado com a Revolução de 1383, com a Restauração da Independência em 1640 e a Revolução Liberal de 1820 estavam consubstanciados com uma relação de historicidade que os homens estabeleciam entre o seu passado e o seu futuro. Na alusão a estas efemérides mais antigas estabeleceram-se conexões, não com o passado colonial português com o qual o 25 de Abril rompeu, mas com os ideais de liberdade e de independência nacional por que o povo português sempre teria batalhado, na perspectiva marxista de uma constante luta de classes e baseada no combate ao «Imperialismo» e à «exploração colonial de outros povos». Por esta via, a revolução do 25 de Abril, estava ligada aos ideais de modernidade e de progresso que as outras revoluções evocadas teriam trazido, combatendo a exploração do outro e o declínio do país, numa constante renovação da identidade nacional, uma vez que a memória histórica do passado nos dá as chaves do presente e nos permite prevenir o futuro com conhecimento de causa do pretérito.

Cabe-nos questionar, então, se a memória ritualizada nas comemorações do 25 de Abril coincidiu ou divergiu da memória construída pelos historiadores.

É uma questão discutível e complexa, pois os historiadores que viveram o 25 de Abril, como José Medeiros Ferreira e António Reis, também podem ter desenvolvido a sua escrita histórica com dificuldades de distanciamento temporal, visto que a memória do acontecimento poderia, inevitavelmente, fervilhar nas suas consciências e condicionar o seu exercício de interpretação e compreensão do fenómeno histórico²⁴⁴. No entanto, a memória do 25 de Abril que foi ritualizada nas suas comemorações, fossem elas populares ou oficiais, era sempre uma memória mais emocional. Esse tipo de memória elaborou narrativas históricas muito variadas e diferentes entre si do ponto de vista ideológico. As diversas correntes políticas tinham a sua versão própria do acontecimento. A esquerda radical via o 25 de Abril como o momento da afirmação

²⁴⁴ Uma incursão no domínio da história oral (que se traduziria em entrevistas, depoimentos pessoais, entre outras modalidades de abordagem) a alguns destes intervenientes/historiadores poderá elucidar até que ponto ambos os pontos de vista (leia-se, a discursividade historiográfica e as ritualizações colectivas) se interpenetram.

revolucionária das camadas mais desfavorecidas da população portuguesa, considerando o 25 de Novembro uma traição; o Partido Comunista adoptou uma posição mais estratégica consoante a evolução político-social do país, procurando defender, após o 25 de Novembro, as conquistas do 25 de Abril consagradas na Constituição; o Partido Socialista preservou uma memória republicana e de resistência antifascista, afirmando que o 25 de Abril resultou da acção das forças armadas, mas conjugada com essa luta contra a ditadura; já os partidos de direita (P.S.D.+C.D.S.) adoptaram sempre uma memória liberal e institucional do 25 de Abril bem diversa da narrativa militante pelas forças de esquerda. Afirmaram sempre que os ideais de liberdade e democracia pluralista e parlamentar do 25 de Abril só foram retomados graças ao 25 de Novembro; por fim a extrema-direita tinha uma posição claramente oposicionista ao 25 de Abril – uma contra memória, retomando sempre a apologia do Império e comemorando o «24 de Abril».

Políticos, intelectuais e as populações por eles influenciadas, tomavam assim partido de uma parte da história formulando interpretações sobre aquilo que gostavam que tivesse sido o «seu 25 de Abril» e os tipos de futuros que pretendiam comemorar, marginalizando ou omitindo os aspectos mais incómodos do passado para não prejudicar os rumos traçados para o futuro.²⁴⁵

Por outro lado, o historiador procura não ser um *remembrancer* na elaboração do seu trabalho. A sua função é procurar compreender as dinâmicas que se estabelecem em tempos históricos determinados, acontecimentos ou figuras do passado que foram rotuladas de «heróis» ou «vilões» e perceber a circunstância que os envolveu no desfecho dos acontecimentos que fizeram história. Por isso as suas atitudes perante o passado devem passar por uma análise cuidada e interpretativa da complexidade que a história coloca, pois a escrita histórica não é estática nem «dona» da verdade. Admitimos que a história seja uma ciência «movediça» porque, ao estudar o passado, não exerce uma dominação absoluta sobre ele, uma vez que todo o conhecimento histórico pode sofrer erupções repentinas consoante os ventos de mudança que se operam no mundo, dando novos sentidos ao passado e assumindo-o como “(...) uma dimensão permanente da consciência humana (...)”²⁴⁶, já que todas as sociedades têm precedentes que explicam a sua existência enquanto comunidades colectivas.

²⁴⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa, “O 25 de Abril do futuro”, *Visão*, Lisboa – 29 de Abril de 1999, p. 44.

²⁴⁶ HOBSBAWM, Eric, *Escritos sobre a História*, Lisboa, Relógio D’Água, 2010, p. 9.

A partir destas leituras ideológicas da história podemos abrir novas perspectivas de trabalho futuras estabelecendo a ligação entre conceitos e efemérides. Por exemplo, como se cruzaram conceitos como liberdade e resistência em 1910 e 1974? Como se aplicaram os conceitos de república e independência ao 5 de Outubro e ao 25 de Abril, ou a ideia da luta de classes, aplicada a momentos históricos tão significativos como 1383, 1640, 1820, 1910 e 1974. Em que medida a narrativa histórica dominante nas comemorações do 25 de Abril coincide com a memória histórica da historiografia liberal e republicana acerca do passado medieval e moderno português? Mas isso já é matéria para um outro trabalho.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I. FONTES

1. Publicações oficiais

- COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES, *Resultados Eleitorais. Assembleia Constituinte. Assembleia da República. Eleições Presidenciais*. Lisboa, CNE.
http://eleicoes.cne.pt/sel_eleicoes.cfm?m=raster

2. Imprensa Periódica

- *A Capital*, Lisboa (1975-1986)
- *A Luta*, Lisboa (1976-1978)
- *A Tarde*, Lisboa (1980-1985)
- *As Forças Armadas Informam*, Lisboa (1975)
- *Boletim da Associação 25 de Abril*, Lisboa (1985-1987)
- *Diário de Lisboa*, Lisboa (1975-1986)
- *Diário de Notícias*, Lisboa (1975-1986)
- *Diário Popular*, Lisboa (1975-1986)
- *Expresso*, Lisboa (1975-1986)
- *Grande Reportagem*, Lisboa (1984)
- *Jornal de Notícias*, Porto (1975-1986)
- *Jornal Novo*, Lisboa (1975-1979)
- *Liber 25*, Lisboa (1984)
- *O Comércio do Porto*, Porto (1975-1977)
- *O Diário*, Lisboa (1976-1986)
- *O Dia*, Lisboa (1976-1986)
- *O Diabo*, Lisboa (1977)
- *O Jornal*, Lisboa (1976-1986)
- *O País*, Lisboa (1977-1984)
- *O Primeiro de Janeiro*, Porto (1975-1986)
- *O Século*, Lisboa (1975-1976, 1986)
- *Opção*, Lisboa (1976-1978)

- *Portugal Hoje*, Lisboa (1980-1982)
- *Portugal Informação*, Lisboa (1976-1977)
- *República*, Lisboa (1975, 1980)
- *Sábado*, Lisboa (1989)
- *Semanário*, Lisboa (1984-1986)
- *Tempo*, Lisboa (1977-1986)
- *Vida Mundial*, Lisboa (1974-1976)
- *Visão*, Lisboa (1998-1999)

3. Memórias

a) de militares

AFONSO, Aniceto, *Diário da Liberdade*, Lisboa, Editorial Notícias/Associação 25 de Abril, 1995.

ALVES, Vítor, «Este o maior 25 de Abril depois de 74», *Tempo*, Lisboa – 24 de Abril de 1980, p. 6.

ALVES, Vítor, “Um esforço tremendo perante o imobilismo criminoso”, *Semanário. Às portas de Abril*, Lisboa – 18 de Abril de 1984, pp. 10-11.

ANTUNES, Melo e outros, *O Movimento, as Forças Armadas e a Nação*, Cascais – 5 de Março de 1974.

ANTUNES, Melo, “O projecto de restauração está aí prova-o a troca de cartas entre a AD e o seu candidato”, *Portugal Hoje*, Lisboa – 25 de Abril de 1980, p. 13.

ARRIAGA, Kaúlza de, “Dez anos de 25 de Abril”, *A Capital. 25 de Abril/10 Anos Depois – Paixão, Mito, Realidade*, Lisboa – 24 de Abril de 1984, p. II.

ARRIAGA, Kaúlza de, “Dez anos de 25 de Abril”, *O Dia*, Lisboa – 25 de Abril de 1984, p. 4.

ARRIAGA, Kaúlza de, *Guerra e Política: em nome da verdade os anos decisivos*, Lisboa, Edições Referendo, 1987.

CARVALHO, Otelio Saraiva de, *Alvorada em Abril*, 6ª Ed., Lisboa, Divina Comédia, 2014.

CASTRO, Coronel Sousa e, *Capitão de Abril, Capitão de Novembro*, Lisboa, Edições Guerra e Paz, 2009.

CHARAIS, Franco, *História Viva. 25 de Abril: Golpe Militar ou Revolução*, Lisboa, Âncora, 2013.

CORREIA, Pedro Pizarat, *Questionar Abril*, Lisboa, Caminho, 1994.

CRUZEIRO, Maria Manuela, *Costa Gomes. O Último Marechal*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998.

CRUZEIRO, Maria Manuela, *Vasco Gonçalves. Um General na Revolução*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.

CRUZEIRO, Maria Manuela, *Melo Antunes. O Sonhador Pragmático*, 2ª Ed., Lisboa, Editorial Notícias, 2004.

CRUZEIRO, Maria Manuela, *Vasco Lourenço. Do Interior da Revolução*, Lisboa, Âncora, 2009.

DUARTE, António de Sousa; SERAFIM, João Pedro, *Confissões do 25 de Abril*, Lisboa, Âncora, 1999.

EANES, General Ramalho, “O 25 de Novembro”, BERNARDO, Manuel Amaro, *Memórias da Revolução – Portugal 1974-1975*, Lisboa, Editora Prefácio, 2004, pp. 593-596.

GOMES, João Varela, *Esta Democracia Filofascista*, Lisboa, Terramar, 1999.

GONÇALVES, Vasco, “A influência dos militares na política não é um atavismo dos portugueses”, *O Jornal*, Lisboa – 30 de Abril a 8 de Maio de 1980, p. 9.

MAIA, Salgueiro, *Capitão de Abril. Histórias da Guerra do Ultramar e do 25 de Abril*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997.

MARQUES, Silvino Silvério, “O esforço humano da guerra era suportável pela Nação”, *Semanário. Às portas de Abril*, Lisboa – 18 de Abril de 1984, pp. 9, 11.

MELO, Galvão de, “Duas revoluções entrelaçadas”, *O Diabo*, Lisboa – 27 de Abril de 1977, p. 4.

NETO, Diogo, “Não tive participação directa no 25 de Abril”, *O Diabo*, Lisboa – 27 de Abril de 1977, p. 5.

PIMENTEL, João Sarmiento, «O que fiz, foi pelo coração», *25 de Abril: 1974-1982 Sempre! Suplemento Portugal Hoje*, Lisboa – 24 de Abril de 1982, pp. VIII-IX.

REIS, António, “O «República» em 25 de Abril”, *República*, Lisboa – Edição Especial 25 de Abril de 1980, p. 12.

REIS, António, “A ocupação da RTP”, *História Contemporânea de Portugal* (dir. de João Medina), vol. 7, Lisboa, Amigos do Livro, 1990, pp. 13-14.

SANTOS, Amadeu Garcia dos, *General Garcia dos Santos – Memórias Políticas. Um pouco do que vivi*, Lisboa, Bertrand, 2011.

SANTOS, Garcia dos e CASTAÑO, David, *Apontamentos Políticos – Eanes e os Partidos*, Lisboa, Bertrand, 2013.

SPÍNOLA, António de, *Portugal e o Futuro*, Lisboa, Arcádia, 1974.

SPÍNOLA, António de, *País sem Rumor*, Lisboa, SCIRE, 1978.

THOMAZ, Américo, *Últimas Décadas de Portugal*, vol. I, Lisboa, Cognitio, 1980.

b) de políticos e intelectuais

AMARAL, Diogo Freitas do, *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975)*, 3ª Ed., Lisboa, Bertrand, 1995.

AMARAL, Diogo Freitas do, *A Transição para a Democracia. Memórias Políticas II (1976-1982)*, Lisboa, Bertrand, 2008.

ANTUNES, António Lobo, *Os cus de Judas*, 28ª Ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2009.

AVILLEZ, Maria João, *Soares – Ditadura e Revolução*, Lisboa, Público, 1996.

BAPTISTA, Jacinto, *Caminhos para uma Revolução. Sobre o fascismo em Portugal e a sua queda*, Lisboa, Bertrand, 1975.

BRITO, Carlos, *Álvaro Cunhal. Sete Fôlegos do Combatente. Memórias*, 2ª Ed., Lisboa, Edições Nelson de Matos, 2010.

CAETANO, Marcello, *Depoimento*, Rio de Janeiro, Distribuidora Record, 1974.

COELHO, António Borges, «O povo unido jamais será vencido», *O Diário. Suplemento 25 de Abril*, Lisboa – 25 de Abril de 1984, p. 24.

CUNHA, Silva, *Ainda o «25 de Abril»*, Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, 1984.

CUNHAL, Álvaro, *Rumo à Vitória. As tarefas do partido na revolução democrática e nacional*, Porto, A Opinião, 1974.

CUNHAL, Álvaro, *A Revolução Portuguesa. O Passado e o Futuro*, 2ª Ed., Lisboa, Edições Avante, 1994.

CUNHAL, Álvaro, *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril: a contra-revolução confessa-se*, Lisboa, Edições Avante, 1999.

FILHO, Artur Portela, *A Funda*, 5º vol., Lisboa, Arcádia, 1974.

FILHO, Artur Portela, “Que é feito do 25 de Abril?”, *Opção*, Lisboa – 28 de Abril a 4 de Maio de 1977, pp. 16-17.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Pensar a democracia para Portugal incomodamente*, Lisboa, s.n., 1977.

GOMES, João, “Comemorações de resistência”, *Portugal Hoje*, Lisboa – 25 de Abril de 1980, p. 1.

LETRIA, José Jorge, “Cantar por Abril: dez anos depois de Abril”, *Liber 25*, Lisboa – Setembro/Outubro de 1984, pp. 31-36.

LOURENÇO, Eduardo, “Reinventar a Revolução”, *Diário Popular. Destacável 25 de Abril dia da liberdade*, Lisboa – 24 de Abril de 1978, pp. II-III.

LOURENÇO, Eduardo, “Em Memória de Abril. Antigo e novo silêncio”, *O Jornal*, Lisboa – 27 de Abril a 3 de Maio de 1984, pp. 11-12.

LOURENÇO, Eduardo, *Os Militares e o Poder*, Lisboa, Gradiva, 2013.

MACEDO, Jorge Borges de, *A Experiência Histórica Contemporânea: 1974-1994*, Lisboa, s.n., 1995.

MEDINA, João, “O meu 25 de Abril”, *História de Portugal* (dir. de João Medina), vol. XIV, Lisboa, Ediclube, 1993, pp. 164-174.

PATRÍCIO, Rui, “Memórias dos Ministros de Marcello”, *Sábado*, Lisboa – 22 a 29 de Abril de 1989, pp. 24-26.

PEDRO, Edmundo, *Memórias – Um Combate pela Liberdade*, III Vol., Lisboa, Âncora, 2012.

PINTASSILGO, Maria de Lourdes, “O 25 de Abril conta por aquilo que foi”, *Portugal Hoje*, Lisboa – 25 de Abril de 1980, p. 17.

PRAÇA, Afonso et.al., *25 de Abril*, 2ª Ed., revista e aumentada, Lisboa, Casa Viva Editora, 1974.

RODRIGUES, Avelino; BORGA, Cesário; CARDOSO, Mário, *O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril*, 5ª Ed., revista e aumentada, Lisboa, Planeta, 2014.

SANTOS, António Almeida, *Quase Memórias*, 1º vol., Lisboa, Casa das Letras, 2006.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Marcello Caetano – Confidências no Exílio*, 10ª Ed., Lisboa, Verbo, 1985.

SOARES, Mário, *25 de Abril, 20 Anos: 1974-1994* (coord. de Vítor Alves), Lisboa, Associação 25 de Abril, 1994.

SOUSA, Marcelo Rebelo de, *A Revolução e o Nascimento do PPD*, 2 vols., 5ª Ed., Lisboa, Bertrand, 2000.

TAVARES, Francisco de Sousa, “Quatro anos depois”, *A Capital. Destacável 25 de Abril*, Lisboa – 26 de Abril de 1978, pp. I-III.

TAVARES, Francisco de Sousa, «Acabaremos por ser uma Nação Ocidental e livre», *Tempo*, Lisboa – 26 de Abril de 1979, p. 17.

TAVARES, Francisco de Sousa, “Em 1974 o horizonte português era de cortar à faca”, *Semanário. Às portas de Abril*, Lisboa – 18 de Abril de 1984, p. 3.

ZENHA, Francisco Salgado, “Comemorar o 25 de Abril olhando para o futuro”, *República*, Lisboa – Edição Especial 25 de Abril de 1980, p. 5.

c) outras fontes

COELHO, António Borges, *O 25 de Abril e o problema da independência nacional*, Lisboa, Seara Nova, 1975.

CUNHAL, Álvaro, *As lutas de classes em Portugal nos fins da Idade Média*, 3ª Ed., Lisboa, Caminho, 1997.

GOMES, João, “Do 25 de Abril ao 10 de Junho”, *Diário de Notícias*, Lisboa – 25 de Abril de 1977, p. 1.

GONÇALVES, Vasco, “Discurso do Primeiro-Ministro”, *As Forças Armadas Informam*, Lisboa – 5 de Outubro de 1974, pp. 1-4.

JÚNIOR, Capitão Marques, “25 de Abril. Dia de Portugal”, *Portugal Informação. Especial 25 de Abril*, Lisboa – Abril/Maio de 1977, pp. 2-3.

LOURENÇO, Eduardo, “Do fascismo que “nunca existiu”, *O Jornal*, Lisboa – 9 a 15 de Abril de 1976, pp. 12-13.

PRAÇA, Afonso, “O 25 de Abril no 5 de Outubro”, *Vida Mundial*, Lisboa – 10 de Outubro de 1974, pp. 13-14.

SANTOS, Fernando Piteira, “A República de Abril”, *República*, Lisboa – Edição Especial 25 de Abril de 1980, p. 17.

4. Fontes audiovisuais

Associação 25 de Abril

“3º Congresso da Oposição Democrática”, Aveiro – 1973. [Online] Disponível em: <http://www.25abril.org/a25abril/index.php?content=196> [Acedido em 18 de Março de 2015].

“Portugal 74-75 – O Retrato do 25 de Abril (Documentário)”, s.d.. [Online] Disponível em: <http://www.25abril.org/a25abril/index.php?content=279> [Acedido em 17 de Março de 2015].

“Filme 4 – O dia 25 de Abril”, 1974. [Online] Disponível em: <http://www.25abril.org/a25abril/index.php?content=206> [Acedido em 18 de Março de 2015].

“EPAM ocupa RTP”, 1974. [Online] Disponível em: <http://www.25abril.org/a25abril/index.php?content=205> [Acedido em 18 de Março de 2015].

“25 de Abril – Libertação dos Presos Políticos”, 1974. [Online] Disponível em: <http://www.25abril.org/a25abril/index.php?content=170> [Acedido em 18 de Março de 2015].

SIMÕES, Rui, “Deus, Pátria e Autoridade”, 1976. [Online] Disponível em: <http://www.25abril.org/a25abril/index.php?content=281> [Acedido em 17 de Março de 2015].

RTP Arquivo

“Primeiro Comunicado do Movimento das Forças Armadas”, 1974. [Online] Disponível em: <http://www.rtp.pt/arquivo/index.php?article=433&tm=34&visual=4> Colecção 25 de Abril de 1974 [Acedido em 17 de Março de 2015].

“Posse de Ramalho Eanes como Presidente da República”, 14 de Julho de 1976. [Online] Disponível em: <http://www.rtp.pt/arquivo/index.php?article=1102&tm=33&visual=4> Colecção Presidentes da República [Acedido em 16 de Março de 2015].

“Posse de Mário Soares como Presidente da República”, 09 de Março de 1986. [Online] Disponível em: <http://www.rtp.pt/arquivo/index.php?article=1095&tm=33&visual=4> Colecção Presidentes da República [Acedido em 17 de Março de 2015].

Youtube

SIC, “A Hora da Liberdade, 25-04-1974 – 03:00 1/3”, 1999. [Online] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ymNfocSxZTM> [Acedido em 17 de Março de 2015].

SIC, “A Hora da Liberdade, 25-04-1974 – 03:00 2/3”, 1999. [Online] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2Kp6h5vPpIk> [Acedido em 19 de Março de 2015].

II. BIBLIOGRAFIA

1. Obras de referência

1.1. Dicionários e enciclopédias

BONAZZI, Tiziano, “Mito Político”, BOBBIO, Norberto e outros, *Dicionário de Política*, vol. 2, 12ª Ed., Brasília, Dinalivro, 2004, pp. 754-762.

GOFF, Jacques Le, “Memória”, *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, pp. 11-50.

MACEDO, Jorge Borges de, “Revolução”, *Pólis. Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, vol. 5, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 1987, col. 540-552.

NEVES, José, “Marxismo”, *Dicionário de Historiadores Portugueses* (coord. de Sérgio Campos Matos), http://dichp.bnportugal.pt/tematicas/tematicas_marxismo8.htm [Consultado/Acedido em 9 de Março de 2015].

OZOUF, Mona, “Revolução”, *Dicionário Crítico da Revolução Francesa* (coord. de François Furet e Mona Ozouf), 2ª Reimp., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, pp. 840-851.

1.2. Estudos em obras de carácter geral

AFONSO, Aniceto, “O Movimento dos Capitães”, *História Contemporânea de Portugal* (dir. de João Medina), vol. 6, Lisboa, Amigos do Livro, 1990, pp. 255-280.

AFONSO, Aniceto, “O Portugal de Abril”, *História Contemporânea de Portugal* (dir. de João Medina), vol. 7, Lisboa, Amigos do Livro, 1990, pp. 7-57.

DIONÍSIO, Eduarda, “As Práticas Culturais”, *Portugal: 20 Anos de Democracia* (coord. de António Reis), Lisboa, Círculo de Leitores – Temas e Debates, 1996, pp. 443-489.

FRANCO, A.L. de Sousa, “O Tempo Crítico (1976-1985)”, *Portugal: 20 Anos de Democracia* (coord. de António Reis), Lisboa, Círculo de Leitores – Temas e Debates, 1996, pp. 206-257.

JOÃO, Maria Isabel, “Comemorações e mitos da expansão”, *História da Expansão Portuguesa* (dir. de Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri), vol. 4, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 403-424.

MAGALHÃES, José, “A Constituição e as suas revisões, a Lei e a Justiça”, *Portugal: 20 Anos de Democracia* (coord. de António Reis), Lisboa, Círculo de Leitores – Temas e Debates, 1996, pp. 114-135.

REIS, António, “A Revolução do 25 de Abril de 1974”, *História de Portugal* (dir. de José Hermano Saraiva), vol. 3, Lisboa, Publicações Alfa, 1983, pp. 761-785.

REIS, António, “A revolução de 25 de Abril de 1974, o MFA e o processo de democratização”, *Portugal Contemporâneo* (dir. de António Reis), vol. 6, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, pp. 13-62.

REIS, António, “A Revolução de 25 de Abril”, *Portugal: 20 Anos de Democracia* (coord. de António Reis), Lisboa, Círculo de Leitores – Temas e Debates, 1996, pp. 12-18.

REIS, António, “O processo de democratização”, *Portugal: 20 Anos de Democracia* (coord. de António Reis), Lisboa, Círculo de Leitores – Temas e Debates, 1996, pp. 19-39.

VITORINO, António, “Constituição e evolução constitucional”, *História de Portugal* (dir. de João Medina), vol. XIV, Lisboa, Ediclube, 1993, pp. 253-264.

2. Estudos

2.1. Sobre comemorativismo histórico e memória

AUGÉ, Marc, *As formas do esquecimento*, Lisboa, Íman, 2001.

BERNARDES, Joana Duarte, “Memória e Narração. Invólucro do silêncio na expressão do vário”, *Revista de História das Ideias*, vol. 27, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006, pp. 529-547.

BRAGA, Teófilo, *Os Centenários como Syhthese affectiva nas sociedades modernas*, Porto, Typ. de A.J. da Silva Teixeira, 1884.

BOURDIEU, Pierre, *O Poder Simbólico*, 4ª Ed., Lisboa, Difel, 1989.

BURKE, Peter, “Capítulo XIV – A história como memória social”, *O mundo como teatro – estudos de antropologia histórica*, Lisboa, Difel, 1992.

CABECINHAS, Rosa e outros, “Identidades nacionais e memória social: Hegemonia e polémica nas representações da história”, *Identidades Nacionais em Debate* (Org. de Joana Miranda e Maria Isabel João), Oeiras, Celta Editora, 2006, pp. 67-92.

CATROGA, Fernando, “Ritualizações da História”, *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

CATROGA, Fernando, *O Céu da Memória. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos (1756-1911)*, Coimbra, Minerva, 1999.

CATROGA, Fernando, *Entre Deuses e Césares. Secularização, Laicidade e Religião Civil*, Lisboa, Almedina, 2006.

CATROGA, Fernando, *Os passos do homem como restolho do tempo. Memória e fim do fim da história*, 2ª Ed., Lisboa, Almedina, 2011.

CONNERTON, Paul, *Como as sociedades recordam*, 2ª Ed., Oeiras, Celta Editora, 1999.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris, *Memória social. Novas perspectivas sobre o passado*, Lisboa, Editorial Teorema, 1992.

GODINHO, Vitorino Magalhães, “Comemorações e História (A descoberta da Guiné)”, *Vértice*, Nº 63, Nov.-Dez. 1994, pp. 73-79.

HOBBSAWM, Eric, *Escritos sobre a História*, Lisboa, Relógio D’Água, 2010.

JOÃO, Maria Isabel, *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, FCG-FCT, 2002.

LOURENÇO, Eduardo, “Comemorações”, *Visão*, Lisboa – 3 de Dezembro de 1998, p. 46.

LOURENÇO, Eduardo, *O Labirinto da Saudade: psicanálise mítica do destino português*, 9ª Ed., Lisboa, Gradiva, 2013.

MATOS, Sérgio Campos; MATOS, Teresa, “Entrevista a João Botelho”, *O Estudo da História*, II Série, Nº 1, 1986, pp. 26-36.

MATOS, Sérgio Campos, *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.

MATOS, Sérgio Campos, *Consciência Histórica e Nacionalismo*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.

MATOS, Sérgio Campos, “*Finis Patriae* e consciência de crise no Portugal contemporâneo”, *Estudos do Século XX*, Nº 10, 2010, pp. 361-384.

MATOS, Sérgio Campos, “Historiografia e intervenção cívica em Portugal no século XIX: de Herculano à I República”, *Historiografia e Memórias (Séculos XIX-XXI)* (Org. de Sérgio Campos Matos e Maria Isabel João), Lisboa, CHUL – CEMRIUAb, 2012, pp. 153-166.

PONTES, Joana, “História, memória e política”, *Ler História*, Nº 60, 2011, pp. 185-192.

RICOEUR, Paul, *A memória, a história, o esquecimento*, Brasil, Unicamp, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa, “O 25 de Abril do futuro”, *Visão*, Lisboa – 29 de Abril de 1999, p. 44.

TRAVERSO, Enzo, *O Passado, modos de usar. História, Memória e Política*, Lisboa, Edições Unipop, 2012.

2.2. Sobre o 25 de Abril

ALMEIDA, Sónia Vespeira de, *Camponeses, Cultura e Revolução. Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do M.F.A. (1974-1975)*, Lisboa, Edições Colibri/IELT, 2009.

CERVELLO, Josep Sánchez, *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola (1961-1976)*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1993.

CRUZEIRO, Maria Manuela, “O Imaginário Político do 25 de Abril”, *Revista de História das Ideias*, vol. 16, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1994, pp. 443-469.

FERREIRA, José Medeiros, *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril. O período pré-constitucional*, 2ª Ed., Lisboa, Publicações Alfa, 1990.

FERREIRA, José Medeiros, «Portugal em Transe (1974-1985)», *História de Portugal* (dir. de José Mattoso), vol. 8, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

LOURENÇO, Eduardo, “A galáxia ideológica no pós-25 de Abril e as suas raízes culturais”, *Portugal: o sistema político e constitucional 1974-1987* (coord. de Mário Baptista Coelho), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1989, pp. 71-77.

MAXWELL, Kenneth, *A Construção da Democracia em Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1999.

PINTO, António Costa, *O Fim do Império Português. A Cena Internacional, a Guerra Colonial e a Descolonização (1961-1975)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

REZOLA, Maria Inácia, *Os Militares e a Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, Lisboa, Campo da Comunicação, 2006.

REZOLA, Maria Inácia, *25 de Abril. Mitos de uma Revolução*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007.

RODRIGUES, Luís Nuno, *Marechal Costa Gomes. No centro da tempestade*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008.

RODRIGUES, Luís Nuno, *Spínola*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010.

RUIVO, Francisco Bairrão, “O 25 de Abril? O que é o 25 de Abril?”, *O eterno retorno. Estudos em homenagem a António Reis* (coord. de Maria Inácia Rezola e Pedro Aires Oliveira), Lisboa, Campo da Comunicação, 2013, pp. 599-616.

SARDICA, José Miguel, *O Século XX Português*, Lisboa, Texto Editores, 2011.

TELO, António José, *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Actualidade*, 2 vols., Lisboa, Editorial Presença, 2007, 2008.

TORNADA, Joana de Matos, *Nas Vésperas da Democracia em Portugal: o golpe das Caldas de 16 de Março de 1974*, Coimbra, Almedina, 2009.

VARELA, Raquel, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, Lisboa, Bertrand, 2011.

2.3 Outros estudos

ANDRADE, Luís Oliveira; TORGAL, Luís Reis, *Feriados em Portugal. Tempos de Memória e de Sociabilidade*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

BRAGA, Teófilo, *História das Ideias Republicanas em Portugal*, 3ª Ed., Lisboa, Nova Veja, 2010.

BRITO, Ricardo de, *A Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos no contexto historiográfico nacional (1911-1928)*. Tese de Mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2012.

CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, 3ª Ed., Lisboa, Casa das Letras, 2010.

CATROGA, Fernando, *Ensaio Respublicano*, Lisboa, FFMS, 2011.

FERREIRA, Fátima Sá e Melo, “Do moderno conceito de povo em Portugal: constituição e usos (1807-1850)”, *Como se faz um Povo. Ensaaios em História Contemporânea de Portugal* (coord. de José Neves), Lisboa, Tinta-da-china, 2010, pp. 25-39.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Há cem anos a República*, Lisboa, CLEPUL/Gradiva, 2010.

NEVES, José, *Comunismo e Nacionalismo em Portugal. Política, Cultura e História no Século XX*, Lisboa, Tinta-da-china, 2010.

PROENÇA, Maria Cândida, “A educação”, *História da Primeira República Portuguesa* (coord. de Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo), 2ª Ed., Lisboa, Tinta-da-china, 2011, pp. 169-189.

SANTOS, Fernando Piteira, *Geografia e Economia na Revolução de 1820*, 3ª Ed., Lisboa, Publicações Europa – América, 1980.

SERRA, João Bonifácio, “A Primeira República vista pela Segunda”, *Das Urnas ao Hemiciclo: Eleições e Parlamento em Portugal (1878-1926) e Espanha (1875-1923)*

(coord. de Pedro Tavares de Almeida e Javier Moreno Lúzon), Lisboa, Assembleia da República, 2012, pp. 253-266.

SOUSA, José Manuel Guedes de, *Vitorino Magalhães Godinho: história e cidadania nos anos 40*. Tese de Mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2012.